

APRESENTAÇÃO

Seguimos firmes

É num contexto de luta e de resistência, que lançamos mais um número da *Crítica e Sociedade*, publicação do Instituto de Ciências Sociais da UFU, com cinco artigos que, cada um a seu modo, são um feixe de luz sobre assuntos relevantes da atualidade.

De início, Alecilda Aparecida Alves Oliveira no artigo *Os limites da política de cotas para disputas eleitorais: a sub-representação feminina a partir do estudo de caso da câmara municipal da cidade de Uberlândia* nos brinda com uma pesquisa sobre os limites das cotas nas disputas eleitorais, constatadas através de pesquisa da sub-representação feminina na Câmara de Uberlândia. Analisando a inserção das mulheres na política local por meio de dados e teorias, a pesquisadora demonstra que, apesar do acerto da construção das políticas de cotas no legislativo para as mulheres, historicamente sub-representadas nos parlamentos brasileiros sob a alegação de que política é “assunto de homem” e que o espaço das mulheres era o privado, da família, dos cuidados com a casa e com os filhos, enquanto aos homens caberiam os espaços de decisão, ainda há desvios e dificuldades na participação das mulheres na política: confrontando os dados de antes e depois das cotas, o artigo aponta que a mudança, quando houve, não foi significativa o bastante para atestar o fim da luta pela participação das mulheres na política.

O artigo *Mulher negra congadeira: engajamento cultural e ativismo negro para além das grandes metrópoles* da autora Claudelir Correa Clemente, discute o empoderamento das mulheres negras congadeiras, participantes da Congada, tradicional manifestação cultural afro-brasileira de Uberlândia na qual, além dos aspectos religiosos, os valores culturais e ações que promovem a consciência racial são construídos e reforçados. Desenvolvido com base em um estudo etnográfico detalhado, a autora demonstra o expressivo prestígio e protagonismo das mulheres, cuja ação conecta gerações passadas às futuras no esforço da manutenção de saberes e fazeres afro-brasileiros agenciados pela própria festa do Congado. A análise crítica dessas ações, realizada a partir do enfoque do feminismo negro, permite a compreensão do papel desempenhado por essas mulheres, seja no cotidiano laboral, seja no período dos preparativos e realização da festa, enquanto esteio promotor e provedor de ações micropolíticas que, em geral, são invisibilizadas apesar de sua fundamental importância para a própria realização da Congada e da luta antirracista.

Em *Etnografia da música rap: africanidade e saberes musicais na prática do DJ* o autor José Carlos Gomes da Silva analisa a música enquanto experimento relacionado à diáspora dos povos

africanos. Realça o forte viés contestador e de denúncia da situação da negritude, da pobreza, da violência, do racismo, entre outros. O autor reconhece na música rap aspectos oriundos das tradições orais africanas, seus símbolos e elementos sonoros e culturais que foram essenciais na construção do ritmo e, principalmente, de sua posição contestadora e “subversiva”, tais como a oralidade, indumentárias e outros. Tudo isso junto recomenda a leitura do trabalho, que nos insere em uma visão profunda sobre a origem do *rap* e de seu papel social.

Márcio Bonesso no artigo *Homicidas, Ladrões, Milicianos, Organizações Criminosas, Traficantes e White Collars: a administração do crime em Uberlândia no século XXI* apresenta os resultados de pesquisa por ele operada que se dedica a analisar as políticas de segurança pública estaduais dedicadas à prevenção da criminalidade, seus efeitos e consequências. Suas constatações apontam para, de um lado, um aumento da repressão ao invés da proteção social, invertendo a lógica da prevenção para a da repressão; de outro, as ações sociais desenvolvidas pelos agentes envolvidos nestas políticas acabaram por favorecer ações de prevenção para as populações destas localidades, além de outros aspectos que não pudemos resumir aqui, mas que valem a leitura do trabalho.

A pergunta se é possível construir um mundo diferente do que temos (sim!) ecoa com força do texto *Forum Social Mundial: palestra de Celso Daniel na abertura da reunião regional preparatória* de Cláudio Di Mauro, que traz a transcrição da palestra do então prefeito de Santo André e dirigente do Partido dos Trabalhadores Celso Daniel, ministrada na cidade de Rio Claro (SP), no ano de 2001, durante a Reunião Preparatória Regional do Fórum Social Mundial (FSM) daquele ano e pouco antes de sua morte. O FSM foi criado na expectativa de alimentar nos povos a esperança de que podemos sim construir alternativas para a humanidade. A palestra reflete, na perspectiva de Celso Daniel, os caminhos a serem trilhados pelos movimentos sociais e quais articulações poderiam ser feitas para erguer alternativas a um mundo cada vez mais excludente e violento. Não obstante a palestra seja de 2001, sua análise não é datada e contribui para nossa reflexão sobre o mundo que temos hoje, 19 anos depois.

Com isso fechamos essa edição da revista *Crítica e Sociedade* com artigos que na sua maioria são baseados em pesquisas científicas. E também demonstram esperança, coragem e disposição de nos mantermos firmes na luta pela ciência.

Os Editores

Os limites da política de cotas para as disputas eleitorais: A sub-representação feminina a partir do estudo de caso da Câmara Municipal da cidade de Uberlândia

The limits of the quota policy for electoral disputes: The female sub-representation from the case study of the city of Uberlândia city hall

Alecilda Aparecida Alves Oliveira¹

Resumo

No Brasil, a presença de mulheres é bastante expressiva no âmbito das organizações e associações que compõem a sociedade, mas, ao se analisar a esfera político institucional – entendendo esta composta pelos partidos políticos, parlamentos e governos – esses números caem drasticamente. Com o intuito de influir diretamente na diferença entre mulheres e homens no interior desses espaços públicos, implantou-se no Brasil, em setembro de 1995, a Lei n. 9.100 de cotas por sexo para a disputa legislativa. Essa lei determina a obrigatoriedade de que cada partido ou coligação reserve o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento de vagas para candidaturas de cada sexo. Trouxe como objetivo o aumento no número de candidaturas femininas e, conseqüentemente, a elegibilidade de mulheres. Neste texto, realiza-se um mapeamento do seu desempenho no que se refere à participação feminina na Câmara Municipal da cidade de Uberlândia, ponderando acerca das candidaturas e da elegibilidade das mulheres.

Palavras chave: gênero; participação política; política de cotas; sub-representação feminina.

Abstract

In Brazil, the presence of women is quite expressive in the context of the organizations and associations that make up society, however, when analyzing the institutional political sphere - considering it is composed by political parties, parliaments, and governments - these numbers drop dramatically. In order to directly influence the difference between women and men within these public spaces, the Law no. 9,100, regarding sex quotas for legislative dispute, was implanted in September 1995 in Brazil. This law mandates that each party or coalition must reserve a minimum of thirty percent and a maximum of seventy percent of seats for candidates of each sex. Its objective was to increase the number of female candidates, and consequently, the

¹ Atualmente é professora do Curso de Direito da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Ituiutaba, da Faculdade Mais (FACMAIS) e da Educação Básica do Estado de Minas Gerais.

eligibility of women. In this text, a mapping of their performance with regard to women's participation in the City Council of the city of Uberlândia is made, considering the candidacies and the eligibility of women.

Keywords: gender; political participation; quota policy; female underrepresentation.

Introdução

Este texto resulta de uma pesquisa acerca da sub-representação das mulheres na Câmara Municipal da cidade de Uberlândia, Minas Gerais, realizada em parte como Iniciação Científica e, posteriormente, dando continuidade ao trabalho monográfico que serve como requisito para a conclusão acadêmica. Neste caso, na área de Ciências Sociais. Torna-se importante esse destaque, uma vez que desde a sua escrita foram possíveis amadurecimentos teóricos e também a busca por um aprimoramento da análise até então realizada. Este, com toda a certeza, é o exercício constante daqueles(as) que se dedicam ao “fazer científico”.

Para o tratamento do processo de ampliação da cidadania e de correção de assimetrias, a valorização das “diferenças”, abarcando componentes como as relações de gênero, raça/etnia, geracional e socioeconômicas, ganhou centralidade para a compreensão sobre um tipo particular de organização do Poder, do Governo e do Estado. É nesse contexto que a reflexão sobre as mulheres na atuação política se faz presente e necessária.

No Brasil, as mulheres representam 52% (cinquenta e dois por cento) do eleitorado², mas ao se analisar o espaço político-institucional – entendendo este pelos partidos políticos, parlamentos e governos – esses números caem drasticamente. Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) referentes ao período em que a pesquisa foi realizada, entre 2011 e 2012, revelavam que o Brasil ocupa um dos piores lugares no ranking mundial da participação feminina na política.

Na época, das 513 (quinhentas e treze) vagas disponibilizadas pela Câmara dos Deputados, apenas 45 (quarenta e cinco) haviam sido preenchidas por mulheres, o equivalente a 8,7% do total de parlamentares. No Senado Federal, havia, até então, 11 (onze) senadoras e 70 (setenta) senadores, ou seja, apenas 13,5% do total de parlamentares da casa eram mulheres (RANGEL, 2010).

Nas últimas eleições para o Congresso Nacional, em 2018, tivemos uma mudança neste cenário. De acordo com a matéria³ disponibilizada no sítio eletrônico do TSE, o número de

² Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Marco/mulheres-representam-52-do-eleitorado-brasileiro>

³ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Marco/numero-de-mulheres-eleitas-em-2018-cresce-52-6-em-relacao-a-2014>

mulheres eleitas naquele pleito para a Câmara dos Deputados aumentou em 51% em relação ao anterior, em 2014. Foram eleitas 77 (setenta e sete) mulheres para a casa. No ano de 2014 contávamos apenas com 51 (cinquenta e uma) mulheres parlamentares. Para o Senado não tivemos mudanças, o número de eleitas se manteve o mesmo que o alcançado no pleito anterior, em 2010. Foram 7 (sete) mulheres eleitas, o que representa 13% dos parlamentares da casa. Esses dados refletem mais uma das formas de opressão que marcam a vida das mulheres.

Com o intuito de influir diretamente na diferença entre mulheres e homens no interior desses espaços públicos – de discussão, decisão e intervenção política –, implantou-se no Brasil, em setembro de 1997, a lei de cotas por sexo para a disputa legislativa. Neste texto será realizada a análise desta política de cotas por sexo para cargos eletivos do legislativo estadual/distrital, federal e municipal. Tal análise será feita a partir do estudo de caso do Legislativo de Uberlândia, ponderando acerca da participação feminina no âmbito da Câmara Municipal da cidade de Uberlândia a partir das candidaturas e da elegibilidade das parlamentares.

Entendendo a política de cotas

Os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mencionados no início da exposição dizem muito a respeito dos caminhos percorridos por essa medida. Concluídos onze processos eleitorais – sendo que 1998, 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018 se referem, respectivamente, às disputas estaduais/distritais e federais, e 2000, 2004, 2008, 2012 e 2016 às disputas municipais –, ainda é possível conjecturar que os números referentes à presença de mulheres no legislativo estão aquém daqueles esperados com a implementação da lei, demonstrando que ainda persiste uma sub-representação feminina no espaço da política institucional.

A política de cotas corresponde a uma medida, resultante de ações empreendidas por setores dos movimentos sociais e representantes da política nacional. Por meio dela determinou-se a obrigatoriedade de que cada partido – e até as últimas eleições as coligações, agora extintas para a disputa proporcional – reserve o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) de vagas para candidaturas de cada sexo. Ou seja, a partir dela estabeleceu-se a obrigatoriedade de uma quantidade mínima de mulheres nas chapas concorrentes à disputa eleitoral. O objetivo desta medida é aumentar o número de candidaturas femininas e, consequentemente, a elegibilidade de mulheres (GROSSI & MIGUEL, 2001; MIGUEL, 2000).

De acordo com Miguel (2000), a política de cotas por sexo para a disputa legislativa se insere em um contexto de adoção de ações afirmativas ou discriminações positivas no sentido de afirmar, recuperar e redistribuir direitos. Estes dispositivos vêm sendo aplicados para, na prática,

equilibrar relações de gênero, raça/etnia ou geração em diferentes esferas da vida social. No que se refere a situação das mulheres nos espaços de tomada de decisão, temos ainda a perspectiva de que tais ações podem contribuir para o empoderamento feminino.

Para autores e autoras que trabalham com esta categoria, o empoderamento se fundamenta em uma noção de poder como elemento a ser partilhado tendo por base relações sociais mais democráticas. Deste modo, o ato de “empoderar-se” significa a aquisição de controle de suas vidas, obter a habilidade de fazer coisas e tomar as decisões que julgar mais acertadas (MARIANO & SOUSA, 2019).

O empoderamento feminino requer a promoção de mecanismos institucionais, econômicos, políticos e sociais que atribuam às mulheres maior capacidade de defender seus interesses e comandar suas próprias vidas. A forma mais universalista possível para implantar tais mecanismos é por meio de políticas públicas, com a incorporação da perspectiva de gênero (MARIANO & SOUSA, 2019). Faz-se importante que essa incorporação de uma perspectiva de gênero não venha descolada de ações que visem alterar a lógica das desigualdades, contemplando também outras dimensões.

O conceito de empoderamento, assim como muitos outros, não é consensual, mas tem há algum tempo feito parte das discussões acerca da ocupação de espaços anteriormente exclusivos aos homens. Essa concepção implica que o sujeito se converta em agente ativo, portando, de certo modo, um caráter emancipador. Por outro lado, pode-se explorar a concepção emancipacionista das mulheres já elaborada anteriormente e com trajetória teórica e política, como uma perspectiva para vencer as opressões a que as mulheres são submetidas. O presente texto não terá condições de fazê-lo, mas o aponta como um debate frutífero.

Dicotomia público/privado nas relações de gênero

Houve um tempo em que as categorias mulher e política eram tratadas como excludentes, sob a alegação de que existiam espaços e papéis adequados aos homens e às mulheres. É importante, ainda, mencionar que já tivemos momentos da história de nossa civilização em que às mulheres não eram conferidas a condição de cidadãs.⁴

Estavam às mulheres destinados os espaços privados, não políticos – aqueles referentes à casa, aos cuidados com os filhos e com a família – enquanto aos homens era possibilitado o acesso aos espaços públicos, de debates e tomadas de decisão. É importante ressaltar que não se nega que

⁴ Temos como exemplo as cidade-estado gregas, na Antiguidade, em que condição era colocada às mulheres, mas este é um fato recorrente em vários outros períodos.

todos estes espaços, sejam considerados públicos ou privados, são espaços de disputa de poder.

Conforme aponta com Flávia Biroli, “essa dualidade corresponde a uma compreensão restrita de política, que, em nome da universalidade na esfera pública, define uma série de tópicos e experiências como privados e, como tal, não políticos” (BIROLI, 2014, p. 31). Esta é uma estratégia de isolamento das relações de poder na vida cotidiana, não reconhecendo “o caráter político ou conflitivo das relações de trabalho e das relações familiares” (BIROLI, 2014, p. 31) e a necessidade de levar seus convites ao debate público.

Desta dicotomia, no que concerne às relações de gênero, as mulheres historicamente foram forjadas como “naturalmente” inadequadas à esfera pública e, portanto, incapazes de exercer domínio sobre suas vidas, tornando-se dependentes dos homens e subordinadas à família. Por muito tempo, também, as mulheres tiveram como saída compulsórias para suas vidas o casamento e a reprodução. Enquanto aos homens permitia-se a ocupação das esferas da vida econômica e política e a legislação sobre a vida de outros homens e mulheres (OKIN, 2008).

No que se refere à conquista de direitos, temos também historicamente a condição de desvantagem das mulheres em relação aos homens, concretizando um distanciamento entre a cidadania formal e a cidadania real. Pertencentes à concepção liberal moderna, tanto os direitos políticos como os direitos civis foram defendidos como direitos de um sujeito moderno abstrato. E desta abstração, mesmo que em busca de uma universalidade, esse indivíduo traduziu-se no perfil de homens, brancos, adultos e livres.

Com isso, buscou-se por muito tempo “a preservação da esfera privada em relação à intervenção do Estado” e, com isso, “a preservação das relações de autoridade que limitaram a autonomia das mulheres” (BIROLI, 2014, p. 32). O contratualista liberal, John Locke, por exemplo, definia o poder político distinguindo-o das relações que operam dentro dos limites da casa. Com isso quer se estabelecer, por exemplo, que o Estado está isento ao que acontece na vida privada de seus cidadãos.

A distinção liberal entre os espaços público e privado projeta a sociedade através de uma perspectiva baseada em diferentes papéis para homens e mulheres. Uma distinção como essa não cabe em uma teoria política que se pretenda inclusiva, representativa de homens e mulheres.

Em consequência disso, aspectos relevantes atribuídos a esfera privada demoraram a receber sua politização e tratamentos devidos. Temos exemplos como a tipificação da violência doméstica e do estupro no casamento, os abusos perpetrados em nome da privacidade, proteção e autonomia da família, a distribuição desigual de responsabilidades no cuidado com as crianças e atividades domésticas, a dependência e subordinação econômica das mulheres em relação aos

homens, entre outros (BIROLI, 2014).

A “politização do privado”, daquilo que é definido como pessoal, desafia ainda concepções de mundo que insistem em assumir que a criação dos filhos e os cuidados com o ambiente doméstico são tarefas exclusivamente femininas. Estes são aspectos objetivos da realidade social, inclusive, que fazem com que mulheres desistam da participação em espaços de tomada de decisão e não tenham as mesmas chances que homens nessa arena de disputa.

Com isto, evidencia-se que a reprodução social e, com ela a divisão do trabalho doméstico e a conservação da mulher frente à criação dos(as) filhos(as), precisa ser pautada pela teoria política a fim de promover análises que possam modificar a realidade social.

Balanco da participação feminina nas eleições para o legislativo de Uberlândia

Partindo da conjectura de que a política institucional, ainda no tempo presente, tende a ser uma arena de disputas, com estruturas fechadas e de acesso dificultado às mulheres optou-se por explorar o Poder Legislativo no que concerne a permeabilidade feminina na ocupação de cargos eletivos.

Com o conhecimento de que havia um instrumento legal aprovado com o objetivo de interferir neste cenário - a Lei n. 9.100/1995, desenvolveu-se três questões norteadoras, sendo elas: (1) de que modo se manifesta a política de cotas para as mulheres no Legislativo? (2) qual a interferência dessa política no quadro de sub-representação feminina? (3) quais fatores explicam os resultados observados acerca dessa política?

Buscou-se, então, explorar o quadro de representação das mulheres no Legislativo, a partir do estudo de caso da Câmara Municipal de Uberlândia, segundo maior colégio eleitoral do estado de Minas Gerais, apontando a sub-representação feminina como hipótese. E, a partir daí, pôr em evidência fatores que explicam esta sub-representação e quais outros explicam a insuficiência da política de cotas, uma vez que os resultados demonstravam que a medida não havia surtido efeito para modificar este quadro.

Para atender a este objetivo, estabeleceu-se uma comparação entre o cenário anterior e posterior a aprovação da ação afirmativa. No momento de início da pesquisa, em 2009, estabeleceu-se o recorte temporal entre 1988 a 2008 – abordando dois processos eleitorais anteriores à aprovação da medida e seis processos posteriores. Neste texto, os dados de eleições posteriores a esse período, correspondentes a 2012 e 2016, foram acrescentados.

É importante destacar as dificuldades enfrentadas no momento da pesquisa. Dentre elas o

difícil acesso às fontes das quais foram extraídas as informações para construção do banco de dados. No site da Câmara Municipal, a maior parte das informações disponíveis eram referentes aos processos eleitorais mais recentes. Para os anteriores foi necessário contatar o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais (TRE/MG) e também buscar informações no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Observou-se uma oscilação nas informações relativas ao número de registro de candidaturas, impactando, conseqüentemente, em outras informações relevantes. Outro fator prejudicial à época foi o fato de que os dados obtidos juntos ao TSE e TRE-MG não forneciam elementos necessários a respeito das coligações realizadas para os pleitos. Em decorrência disso, o processo de análise acerca do cumprimento da lei no município ficou comprometido.

Os dados referentes aos cargos de vereadores(as) da Câmara Municipal de Uberlândia levados em consideração foram: os Partidos que disputaram o pleito, a relação de candidatos por sexo e a quantidade de eleitos por sexo. É importante salientar que nem todos os dados disponibilizados pelo TSE e TRE-MG trazem informações agregadas por sexo, o que dificulta a análise dos dados, trazendo agravantes para uma análise que pretende observar o desempenho da lei de cotas. É importante reconhecer que, além das informações relacionadas a sexo/gênero, seria também importante informações acerca da raça/etnia, idade etc.

A seguir construiu-se um panorama dos seis últimos processos eleitorais, no que se refere a participação de homens e mulheres:

Panorama das candidaturas à Câmara Municipal de Uberlândia (1988-2016)

	Candidaturas ♀ - %	Candidaturas as ♂ - %	Total - %	Eleitas - %	Eleitos - %	Total - %
1988	46 (11,91)	340 (89,09)	386 (100)	03 (15,78)	16 (84,22)	19 (100)
1992	65 (13,56)	414 (86,44)	479 (100)	01 (04,76)	20 (95,23)	21 (100)
1996 ¹	50 (18,11)	226 (81,89)	276 (100)	02 (09,52)	19 (90,47)	21 (100)
2000 ²	57 (17,37)	271 (82,63)	328 (100)	02 (09,52)	19 (90,47)	21 (100)
2004	107 (25,65)	310 (74,35)	417 (100)	01 (04,76)	20 (95,23)	21 (100)
2008 ³	80 (23,46)	261 (76,54)	341 (100)	02 (09,52)	19 (90,47)	21 (100)
2012	201 (31,60)	435 (68,39)	636 (100)	04 (14,81)	23 (85,18)	27 (100)
2016 ⁴	273 (37,66)	452 (69,53)	686 (100)	04 (14,81)	23 (85,18)	27 (100)

Fonte: Tribunal Superior eleitoral (TSE) e Tribunal Regional de Minas Gerais (TRF-MG)

¹1996 – Vigência da lei de cotas para mulheres, prevendo que 20% das vagas para candidaturas para o legislativo fossem reservadas para as mulheres;

²2000 – O número de candidaturas a serem reservadas passou de 20 para 30%, pois a lei sofreu alterações em 1997;

³2008 - Uma das eleitas deixou a Câmara de Uberlândia em 2010 quando eleita Deputada Estadual. Seu nome foi substituído por um suplente do sexo masculino.

⁴2016 - Em 2019 o Legislativo municipal foi alvo por duas operações, “Guardião” e “Má Impressão”, coordenadas pelo Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco). Neste processo, três vereadoras deixaram seus mandatos. Com a recomposição, foi mantido o número de vereadoras ainda que por coligações diferentes.

Os dados correspondentes às eleições ocorridas nos anos de 1988 e 1992 são fundamentais para a análise, uma vez que correram antes da implementação da lei de cotas. A partir deles é possível estabelecer uma comparação com os pleitos posteriores.

Em 1988, a disputa eleitoral para Câmara Municipal de Uberlândia contava com 19 (dezenove) cadeiras. Pela pesquisa, observou-se que as vagas foram disputadas por 13 (treze) partidos que lançaram 386 (trezentos e oitenta e seis) candidatos(as), numa relação de 20,315 candidatos por vaga. Destas 386 candidaturas, 46 (quarenta e seis) eram femininas, totalizando um percentual de 11,91 de candidaturas femininas em relação ao total de candidaturas. Destas 46

(quarenta e seis) candidatas, apenas 3 (três) foram eleitas, perfazendo um percentual de 15,78 em relação ao total de eleitos(as). Durante a pesquisa, verificou-se que apenas 01 (um) partido político não apresentou nenhuma candidatura feminina. As três candidatas eleitas eram oriundas de partidos distintos.

Nas eleições municipais ocorridas no ano de 1992, último processo eleitoral anterior a lei de cotas, houve um aumento de 02 (duas) cadeiras para o legislativo municipal de Uberlândia. Participaram desse processo 15 (quinze) partidos políticos, com um total de 479 (quatrocentos e setenta e nove) candidaturas. A relação de candidatos(as) por vaga foi de 22,809. Deste total de candidaturas, 65 (sessenta e cinco) foram de mulheres, alcançando um percentual de 13,569 em relação ao total de candidaturas. Já o número de eleitas caiu de 03 (três) para 01 (um) com relação à eleição anterior. Merece destaque o fato de que essa mulher foi eleita com o maior número de votos, uma votação expressiva para a disputa. Do mesmo modo que na eleição de 1988, um partido político deixou de apresentar candidaturas femininas.

Em uma comparação aos dois pleitos eleitorais, identifica-se que não aconteceram avanços significativos em relação ao número de candidaturas femininas. O aumento no percentual de candidaturas femininas foi apenas de pouco mais 1,6%, mantendo-se um equilíbrio com relação ao número de homens candidatos. E com relação ao número de eleitos, é possível identificar uma regressão no número de eleitas, caindo de 3 em 1988 para 1 em 1992.

As eleições realizadas no ano de 1996 contaram com o diferencial: a vigência da lei de cotas para mulheres, prevendo que 20% das vagas para candidaturas para o legislativo fossem reservadas para as mulheres. Neste ano, a disputa para o legislativo uberlandense foi feita por 15 (quinze) partidos políticos, registrando um total de 276 (duzentas e setenta e seis) candidaturas. O número de candidaturas em 1996 caiu pela metade em comparação às eleições de 1992. Com isso, a relação de candidatos(as) por vaga foi de 13,143.

No que se refere às candidaturas de mulheres, do total de 276 (duzentas e setenta e seis) foram registradas 50 (cinquenta) candidaturas femininas e, como nas eleições anteriores, 01 (um) dos 15 partidos registrou apenas candidaturas masculinas. Em observação ao número de eleitos(as), nota-se que o número de mulheres continuou baixíssimo. Das 21 cadeiras, apenas 2 foram ocupadas por mulheres.

Quando se analisa o resultado da política de cotas por sexo no legislativo municipal, é possível constatar a dificuldade para apresentação de candidaturas femininas. Nas eleições de 1996 muitos partidos alegaram terem sido pegos de surpresa, pois os intervalos entre a discussão, a aprovação da lei e sua implementação foram muito curtos. Com isso, o período previsto entre a

aprovação da legislação eleitoral e o encerramento do prazo de filiação partidária (condição indispensável para se pleitear uma candidatura) foi de apenas 45 dias (MALHEIROS, 2000).

Partindo para a análise das eleições realizadas no ano 2000, segunda eleição municipal após da aprovação da política de cotas por sexo, vemos que o cenário não sofreu alterações no que diz respeito ao objeto de pesquisa aqui proposto. Cabe destacar que, para as eleições de 2000, o número de candidaturas a serem reservadas passou de 20 para 30%, pois a lei sofreu alterações em 1997.

O número de partidos na disputa se manteve nas eleições de 2000 (15 partidos políticos), registrando o total de 328 (trezentos e vinte e oito) candidaturas, das quais apenas 57 (cinquenta e sete) eram de mulheres. Esses números indicam que apenas 17,37% das candidaturas eram femininas, mantendo o baixo registro de candidaturas de mulheres. Observando o número de eleitas, manteve-se apenas 02 (duas) mulheres em um total de 21 cadeiras. Dois partidos políticos deixaram de apresentar candidaturas de mulheres nas eleições ocorridas neste ano, infringindo a lei de cotas estabelecida.

As eleições de 2004, por sua vez, apresentaram algumas mudanças no quadro da disputa legislativa. A primeira delas, que merece atenção, está relacionada ao número de partidos presentes na disputa eleitoral. Durante os pleitos anteriores observou-se que havia uma estabilidade no número de partidos que disputavam o processo eleitoral. Nestas eleições, em especial, o número que antes era em média de 15 partidos, passou para 25. Identifica-se, então, uma presença grande de partidos pequenos e novos no cenário político municipal.

O número total de candidaturas, em 2004, foi de 417 (quatrocentas e dezessete), das quais 107 (cento e sete) eram de mulheres. Com essa alteração no número de partidos disputando o processo, alterou também o número de candidaturas femininas, perfazendo 25,65% do total de candidaturas. O aumento no número de candidaturas não significou, entretanto, um aumento no número de mulheres eleitas – apenas 01 (uma) mulher foi eleita vereadora no ano de 2004. Dos 25 partidos, 01 deixou de registrar candidatas mulheres.

No ano de 2008 observou-se, mais uma vez, que o cenário não sofreu alterações significativas em comparação às eleições anteriores. O número de partidos disputando o processo caiu de 25 (vinte e cinco) para 23 (vinte e três) e o número de candidaturas registradas caiu para 341 (trezentas e quarenta e uma), numa relação de 16,2 candidatos(as) por vaga. Dos 23 (vinte e três) partidos presentes na disputa, 07 (sete) não registraram candidatura feminina.

O número de candidaturas de mulheres registradas foi 80 (oitenta), perfazendo 23,46% do total de candidaturas. Neste ano, 02 (duas) mulheres foram eleitas vereadoras, sendo importante mencionar que uma delas deixou a Câmara de Uberlândia em 2010 quando foi eleita Deputada

Estadual. Seu nome foi substituído por um suplente do sexo masculino. Merece destaque o fato de que essa mesma candidata conseguiu a façanha de ser a vereadora mais votada por duas vezes na história da cidade. Na primeira votação foi eleita com mais de 12 (doze mil) votos e na última, recebeu quase 10 (dez) mil votos. Foi a segunda mais votada na ocasião.

Com o objetivo de produzir um acúmulo sobre a temática, pôde-se acrescentar informações referentes ao cenário eleitoral no que compete aos anos de 2012 e 2016. Em 2012 apenas 201 (duzentas e uma) candidaturas, de um total de 636 (seiscentas e trinta e seis) foram femininas, perfazendo 31,6%. Neste processo eleitoral, a Câmara de Uberlândia já contava 27 (vinte e sete) cadeiras, o número atual. Destas, apenas 04 (quatro) foram ocupadas por mulheres, perfazendo o total de 14,81%.

No ano de 2016, foram registradas 273 (duzentas e setenta e três), candidaturas femininas dentro de um total de 686 (seiscentas e oitenta e seis) candidaturas. Com isto, atingiu-se o percentual de 37,66% de candidaturas femininas. Deste total, manteve-se o número de eleitas no pleito anterior, apenas 04 (quatro). Destaca-se o fato de que uma das mulheres eleitas era transexual, o que é interessante do ponto de vista da diversidade.

Em 2019, penúltimo ano de mandato, o Legislativo uberlandense foi alvo de duas investigações do Ministério Público Estadual (MPE), coordenadas pelo Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco). Denominadas como “Guardião” e “Má Impressão”, os(as) envolvidos(as) foram denunciados por crimes relacionados ao desvio de recursos públicos da Câmara Municipal de Uberlândia. Entre os(as) denunciados(as) estavam empresários do setor gráfico da cidade e vereadores, sendo a maioria presos por uso irregular de dinheiro público.

No que concerne ao objeto de estudo proposto nos interessa o fato de que, neste processo, vereadoras também estão envolvidas nas investigações e, caso deixem seus mandatos, poderemos ter uma reconfiguração do parlamento municipal, alterando o número de vereadoras. Para exemplificar, já se desenrolou a primeira renúncia ao cargo por parte de uma parlamentar, filiada ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), após firmar acordo com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) no final de 2019. Sua investigação decorria da acusação de desvios de verbas de gabinete em serviços de impressão gráfica na cidade de Uberlândia⁵.

No que concerne a pesquisa, torna-se importante enfatizar que os números obtidos junto ao TSE e TRE-MG não nos forneciam os elementos para saber quais foram as coligações e quais

⁵Disponível em: <https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/23800/vereadora-flavia-carvalho-renuncia-apos-ser-presa-na-operacao-ma-impressao>.

partidos lançaram chapas próprias e, por isso, não podemos aferir quantas candidaturas de homens e mulheres cada partido/coligação registrou. Mas, de um modo geral, os números obtidos não deixam dúvida com relação ao baixo número de candidaturas femininas comparadas com o número de candidaturas masculinas. As candidaturas femininas num quadro geral, não atingem nem mesmo 1/3 do total de candidaturas e os reflexos com relação ao número de eleitas são ainda piores: a média de eleitas para a Câmara Municipal tende a ser de apenas duas mulheres num total de 21 cadeiras.

Outro agravante é que, numa observação mais atenta com relação aos números de eleitos e eleitas, é possível identificar que a Câmara Municipal de Uberlândia, como muitas outras espalhadas pelo Brasil, não passa por um processo do que poderíamos chamar de “oxigenação”. O que se quer dizer com isso é que as cadeiras da Casa são sempre ocupadas pelos mesmos partidos e, muitas vezes, pelos mesmos representantes que estão lá há vários mandatos.

Considerações Finais

Em busca de um aprofundamento da discussão sobre a representação feminina nos espaços de tomada de decisão da cidade, pôde-se realizar um estudo acerca do desempenho da lei de cotas por sexo para a disputa legislativa. Os dados coletados e trabalhados corroboram com a hipótese apresentada de que há uma baixa participação das mulheres na política institucional, assim como já havia sido constatado por outros(as) pesquisadores. Levando-se em consideração que se trata de um estudo de caso, pode-se afirmar que a representatividade feminina na Câmara Municipal de Uberlândia é reflexo do que acontece em outros colégios eleitorais brasileiros e, em alguns casos, em outras partes do mundo. E, como apresentado, também em outras instâncias do Legislativo.

É fato que a política de cotas aprovada pelo Congresso Nacional significou um avanço importante no que diz respeito à participação política de mulheres. Essa iniciativa deu abertura para que o problema da ausência de mulheres nos espaços institucionais entrasse para a agenda do debate público. E este fenômeno, mesmo passado mais de duas décadas, ainda se faz presente, o que nos leva a entender que ação afirmativa apresenta várias limitações que estão ligadas a uma confluência de fatores.

Analisando-se os processos eleitorais, é possível ver que vários aspectos vinculados à estrutura política, perpassando o sistema eleitoral, contextos culturais e socioeconômicos, são responsáveis pelo entrave à participação política feminina no Brasil. Durante a pesquisa identificou-se alguns elementos relevantes para a compreensão.

No caso do baixo número de candidaturas e, com isso, do descumprimento da lei de cotas, algumas explicações são dadas mais correntemente. Dentre elas, temos partidos políticos, por um lado, que alegam que não há mulheres dispostas a se candidatar, pois elas não se interessam por política. Deste modo, acabam responsabilizando as mulheres e transferindo o problema para uma esfera individual, tratando a questão como apatia e não como um problema do nosso modelo de democracia. As mulheres, por outro lado, alegam que a política é um espaço ainda de difícil inserção. Os próprios partidos políticos são vistos como entidades de resistência à participação das minorias sociais em geral.

Há ainda o fato de que muitos partidos atuam no cenário político brasileiro apenas como legendas, não exercendo uma atuação orgânica. Com isto, a tarefa de discutir e estimular a participação das mulheres aparece somente no momento de formação de chapa para disputa no processo eleitoral e servindo apenas a interesses pessoais transitórios de algumas lideranças partidárias. É recorrente, neste tipo de agremiação partidária, a utilização de nomes de mulheres como “laranjas”, ou seja, apenas para completar a chapa e/ou garantir o cumprimento da lei.

Outra alegação que comumente aparece entre as mulheres é a dificuldade que elas têm em conseguir apoio financeiro para seguir adiante com uma candidatura. Os partidos políticos muitas vezes não oferecem as mesmas condições para todos os candidatos que estão na disputa eleitoral. E as maiores prejudicadas com isso, conseqüentemente, são as mulheres. Com a falta de apoio financeiro e recursos materiais para as campanhas, as mulheres são colocadas em situação de desvantagem em relação aos homens.

Outra explicação observada está nas dificuldades que as mulheres encontram para administrar as tarefas que exercem e conciliá-las com a atuação na arena política. O papel exercido por elas na esfera familiar, os cuidados com a casa, com os(as) filhos(as), o trabalho doméstico e a atuação no mercado de trabalho acabam sendo empecilhos para a participação feminina. Esta dicotomia entre público e privado parece ser o ponto central nesse debate. Poderia a situação ainda ser explicada pela lógica da reprodução social, em que há uma divisão sexual do trabalho desigual entre homens e mulheres sendo tratada como “natural”. É necessário, neste sentido, alterar a lógica que responsabiliza a mulher no exercício de diversas funções fazendo com que essas responsabilidades sejam compartilhadas.

No que concerne a legislação, especificamente, está o fato de que a política cotas se trata de uma medida que assegura apenas as candidaturas na disputa eleitoral e não as cadeiras no espaço institucional. A participação no processo eleitoral não garante a elegibilidade de mulheres; é

necessário que se garantam, minimamente, condições para que mulheres e homens participem com as mesmas condições do processo eleitoral.

Desde que foi aprovada, os partidos políticos vêm mostrando dificuldade no seu cumprimento. No momento de implantação, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tomou a decisão de não firmar entendimento em relação ao descumprimento da lei, delegando aos Tribunais Regionais Eleitorais (TRE). Dessa forma, nos estados onde houve uma atuação mais firme dos tribunais no sentido de se fazer cumprir a lei, obtiveram-se os melhores índices.

No ano de 2009 a Lei 12.034 alterou a redação da lei anterior de “deverá reservar” para “preencherá”, tornando obrigatório o cumprimento do dispositivo legal e punindo os partidos descumpridores com a impugnação da chapa. Juntamente com essa alteração, foram aprovadas duas outras medidas com o intuito de promover e fortalecer a participação política feminina e incentivar suas candidaturas: a destinação de dez por cento (10%) do tempo de propaganda partidária e de cinco por cento (5%) dos recursos do fundo partidário para a formação política e o incentivo à participação feminina. Nos últimos pleitos têm se observado que Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tem sido mais incisivo no acompanhamento.

Mas este cenário nos abre possibilidade para discutir o nosso modelo de representação política, já indicado por muitas pesquisas como um fator influente sobre as chances de acesso das mulheres a esses espaços.

No Brasil, vigora o sistema proporcional. Este modelo pode adotar técnicas diferentes na estruturação das candidaturas pelos partidos e no modo como os eleitores escolhem seus candidatos, como o voto de legenda e o escrutínio de lista. No voto de legenda, o(a) eleitor(a) define seu voto a uma legenda partidária, ou seja, seu voto não é dado a um candidato ou uma lista pré-ordenada de candidatos e sim ao partido político.

No que diz respeito ao escrutínio de listas, pode-se dizer que existem basicamente três tipos: o primeiro tipo é a lista fechada, na qual os partidos estabelecem a hierarquia de prioridades dos seus candidatos e os eleitores votam na lista partidária como um todo, sem poder alterar a sua ordem, ou seja, vota-se predominantemente no partido. O segundo tipo é o escrutínio de lista semifechada ou flexível, na qual é apresentada uma ordem de prioridades pelos partidos, mas isto pode vir a ser alterado pelos eleitores no momento de votação e com isso redefinir a prioridade dos nomes. E o terceiro tipo é o escrutínio de lista aberta, em que o partido apresenta um universo de nomes, sem ordem de prioridade formal, e o eleitor dá seu voto num candidato específico.

No caso brasileiro, o(a) eleitor(a) tem a possibilidade de exercer dois tipos de votação: o voto no candidato, através do escrutínio de lista aberta, e o voto na legenda partidária. O escrutínio

de lista aberta é um aspecto bastante debatido quando se trata da elegibilidade feminina, sendo apontado como um dos fatores responsáveis pela baixa representatividade das mulheres.

Um dos apontamentos é a característica extremamente individualizada que a competição eleitoral agrega nesse modelo, acentuando o peso da influência e articulações individuais em detrimento da influência exercida pela agremiação partidária ou, ainda, do projeto eleitoral apresentado pela organização partidária.

Uma das perspectivas é de que listas fechadas ou semifechadas tendem a ser mais favoráveis à elegibilidade de mulheres quando comparadas à lista aberta. Entretanto, é importante ponderar o fato de que na lista fechada a ordem dos nomes pode não ser necessariamente favorável às mulheres, uma vez que são definidas a partir de avaliações das direções partidárias. Em busca de solucionar este problema, uma possibilidade poderia ser a lista pré-ordenada com alternância entre os sexos/gênero.

Por fim, no que concerne ao debate acerca da presença feminina em espaços institucionais, torna-se importante a problematização - que poderá ser trabalhada em um texto futuro - acerca da diversidade na representatividade. Nos importa a representatividade feminina? Sim, mas é importante entender que a representatividade não fala por si só. Precisamos compreender o perfil das(os) eleitas(as) e o projeto político para o qual atuam em defesa, uma vez que muitos deles podem caminhar contra os interesses de outras mulheres e, especialmente, da classe trabalhadora.

Referências

BIROLI, Flávia. O público e o Privado. In.: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 31-46.

DIÁRIO DE UBERLÂNDIA. **Vereadora Flávia Carvalho renuncia após ser presa na operação Má Impression**. Uberlândia. 16 de dez de 2019. Disponível em: <<https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/23800/vereadora-flavia-carvalho-renuncia-apos-ser-presa-na-operacao-ma-impresao>>. Acesso em 17 de dez. de 2019.

GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 167, jan. 2001. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000100010>>. Acesso em: 13 ago. 2019

MARIANO, Silvana Aparecida & SOUSA, Márcio Ferreira de. Autonomia feminina e concepções de direito entre mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 44, v. 17, p. 165 - 180, 2019.

MIGUEL, Sônia Malheiros. A política de cotas por sexo: um estudo das primeiras experiências no

Os limites da política de cotas para as disputas eleitorais: A sub-representação feminina a partir do estudo de caso da Câmara Municipal da cidade de Uberlândia
Alecilda Aparecida Alves Oliveira

Legislativo brasileiro. Brasília: **CFEMEA**, 2000.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 16, n. 2, pág. 305-332, agosto de 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000200002&lng=en&nrm=iso>. acesso em 13 de agosto de 2020.

RANGEL, Patrícia. Nova lei eleitoral = nova vida para as mulheres na democracia representativa? In. **Jornal fêmea**, n° 164. Brasília: CFEMEA, 2010.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Número de mulheres eleitas em 2018 cresce 52,6% em relação a 2014. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Marco/numero-de-mulheres-eleitas-em-2018-cresce-52-6-em-relacao-a-2014>. Acesso em 25 de agosto de 2019.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Mulheres representam 52% do eleitorado brasileiro. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Marco/mulheres-representam-52-do-eleitorado-brasileiro>. Acesso em 15 de setembro de 2019.

Mulher negra congadeira: engajamento cultural e ativismo negro para além das grandes metrópoles

“Congadeira” black woman: cultural engagement and black activism beyond the big cities

Claudimir Corrêa Clemente¹

Resumo

Este artigo discute o protagonismo das mulheres negras habitantes do Triângulo Mineiro, em especial aquelas engajadas na manifestação cultural afro-brasileira denominada congada. Conhecida pelo seu aspecto festivo e religioso, a congada reúne um contingente significativo de mulheres negras, fornecendo ao conhecimento científico exemplos singulares de empoderamento feminino e ativismo negro em cidades do interior do país. Numa perspectiva antropológica, este artigo ancora-se na observação etnográfica realizada na comunidade congadeira de Uberlândia. Sua análise problematiza o engajamento feminino na congada como possibilidade de empoderamento da mulher negra, incentivando seu protagonismo e as colocando diante de questões prementes de combate ao racismo e ao sexismo. Entendo que há nas experiências dessas mulheres um feminismo negro que busco realçar com o apoio das reflexões das intelectuais negras Kimberlé Crenshaw, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro.

Palavras chave: Congado, Feminismo Negro, Protagonismo

Abstract

This article discusses the role of black women inhabitants of the Triângulo Mineiro, especially those engaged in the Afro-Brazilian cultural manifestation called congada. Known for its festive and religious aspect, the congada brings together a significant number of black women, providing scientific knowledge with unique examples of female empowerment and black activism in cities in the interior of the country. From an anthropological perspective, this article is anchored in the ethnographic observation carried out in the congadeira community of Uberlândia. His analysis problematizes female engagement in congada as a possibility for the empowerment of black women, encouraging their protagonism and placing them in the face of pressing issues of combating racism and sexism. I understand that in these women's experiences there is a black feminism that I seek to highlight with the support of the reflections of black intellectuals Kimberlé Crenshaw, Lélia Gonzalez and Sueli Carneiro.

Keywords: Congado, Black Feminism, Protagonism.

¹ É professora de Antropologia na Universidade Federal de Uberlândia em Minas Gerais, realizou pós-doutoramento na École Hautes Études en Sciences Sociales (2016). Possui doutorado em Ciências Sociais com concentração em Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Introdução

Nosso ponto de partida neste artigo é o protagonismo das mulheres negras habitantes do Triângulo Mineiro, em especial aquelas engajadas na manifestação cultural afro-brasileira denominada congada.

Expressivamente importante para os afro-brasileiros dessa região de Minas Gerais, a congada reúne um contingente significativo de mulheres negras, fornecendo ao conhecimento científico exemplos singulares de empoderamento feminino e ativismo negro em cidades do interior. Nesses municípios a força econômica está assente no potencial rural, espelhando uma urbanidade erguida através do capital do agronegócio.

A congada é mais conhecida pelo seu aspecto festivo, de celebração de cunho católico, no mês de outubro, para Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. É constituída por ternos (grupos) de congado que localmente são denominados congos, marinheiros, marujos e moçambiques. Esses ternos organizam um calendário de visitas fraternas entre eles, mas também atividades mais amplas envolvendo congadeiros/as e sociedade em geral, tais como terços, bingos, leilões e ações educativas (palestras, oficinas) em torno da cultura congadeira. São nesses momentos que antecedem e precedem a preparação da festa que se observa o cultivo de ações de empoderamento negro.

As primeiras manifestações congadeiras datam dos tempos de escravização das populações negras no Brasil colonial. Ao longo da história social do Triângulo Mineiro essa celebração constituiu-se como uma espécie de *locus* cultural onde são cultivados valores da cultura negra e pelo qual a maioria dos afrodescendentes, principalmente os de origem popular, alimentam sua consciência racial. A congada reflete a memória da escravização, o racismo, as dificuldades cotidianas e a segregação socioespacial da negritude, mas também a fé, as superações, os laços étnicos, a esperança e as conquistas. Em especial para a mulher negra, que no ambiente das práticas congadeiras experimenta formas de empoderamento feminino, ativismo, autoestima e valorização racial. Ela é chamada a exercer uma ação importante nos processos de valorização, socialização e reconhecimento da cultura negra. E isso lhe propicia uma vivência relacional profunda com os poderes locais, tais como as prefeituras, as escolas e as universidades, e os poderes das instâncias federais, como o Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (Iphan). Tudo isso, de certa forma, instiga seu protagonismo: paulatinamente, por meio dessas ações e atuações, as mulheres negras vão construindo seu lugar político na sociedade.

Meu primeiro contato com as mulheres negras do Triângulo Mineiro ocorreu em 2010, por meio de um conjunto de pesquisas antropológicas em torno de duas temáticas: quilombos em área de mineração e práticas culturais urbanas. No processo de execução da pesquisa urbana, fui surpreendida pela congada cujo som dos tambores passei a escutar durante o ano, com maior intensidade entre agosto e outubro. No anoitecer, durante alguns dos meus trajetos pela cidade de Uberlândia, aqueles sons com ritmos africanos e afro-brasileiros se faziam presentes.

Minha curiosidade me levou aos seus espaços e logo passei a fazer amizade com as pessoas envolvidas naquela sonoridade. Percebi que tudo aquilo estava ligado a uma devoção. Passei a escutar suas rezas de terço, suas conversas; partilhar almoços em que se serve congalinhas; acompanhar suas visitas a congadeiros de outros municípios, seus bingos e suas palestras. Por fim, me vi fazendo antropologia urbana através da observação da congada. Em todos esses momentos havia muitas mulheres e elas manifestavam uma alegria e uma devoção que transmitiam força e dignidade. No decorrer da etnografia fui me aproximando e buscando compreender a sua altivez.

Numa perspectiva antropológica, este artigo ancora-se na etnografia dessa convivência com as congadeiras. Sua análise problematiza o engajamento feminino na congada como possibilidade de empoderamento da mulher negra, incentivando seu protagonismo e a colocando à frente das questões prementes de combate ao racismo e ao sexismo. Entendo que há nas experiências dessas mulheres um feminismo negro que busco realçar tendo como apoio as reflexões das intelectuais negras Kimberlé Crenshaw, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro.

A cidade congadeira

A mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é, sobretudo, um espaço que reúne antigas comunidades negras, urbanas e quilombolas. Muitos dos seus membros são engajados em culturas ancestrais como a congada, festejo afro-brasileiro com mais de 140 anos de existência e que se mantém vivo em várias cidades do estado de Minas Gerais.

Nessa mesorregião,

[...] a cultura negra adquiriu historicamente papel central nas inúmeras práticas culturais populares verificadas nos diferentes municípios, vilas e vilarejos locais (...). Os primeiros registros históricos da cultura afro-brasileira no Triângulo Mineiro associam-se à descoberta de jazidas de ouro e diamantes no interior de Goiás e Mato Grosso, ainda no século XVIII. A mineração, que por essa época se desloca para o Centro-Oeste, foi a principal responsável pela formação dos primeiros arraiais (SILVA, 2013, p.13/14).

Em suas análises, Paul Gilroy (2008) nos leva a compreender que as experiências sociais negras portam um dinamismo que corrói a dominação cotidiana e, quando menos se espera, ouvimos seus sons, nos deparamos com sua cultura e nos surpreendemos com suas lutas sociais.

Em Uberlândia essa força cultural negra congadeira é visível. A cidade tem um papel importante nesse universo, pois possui uma congada com mais de 140 anos, a primeira da região a ser reconhecida, em 2008, como Patrimônio Imaterial Municipal².

Sua origem tem matriz banto-africana e influência católica, tendo emergido no contexto brasileiro colonial em que crenças, fé, religiões e devoções eram intensamente praticadas por povos africanos escravizados, lusitanos e indígenas. Em meio a esse grande laboratório religioso, configurou-se esse tipo de celebração negra que louva seus santos – em Uberlândia, particularmente, Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia, São Benedito – através de grupos musicais de base percussiva, autodenominados ternos de congos: catupés, congos, marinheiros, marujos e moçambiques.

Em Minas Gerais é um evento significativo do calendário religioso dedicado à devoção dos santos católicos e organizado por Irmandades de Homens Negros³, organizações religiosas de caráter leigo que desempenharam papel especial durante a colonização brasileira. Nesse período, a vinculação social via irmandades promovia entre os negros urbanos, principalmente os alforriados, um tipo de ajuda mútua, possibilitando-lhes locais de encontros, nos quais escondiam as cerimônias religiosas propriamente africanas e, por vezes, organizavam revoltas. Em síntese, a participação nessas organizações permitia aos negros encontrar um alento frente à perversidade do sistema escravocrata, que gerou para o negro uma vida social estigmatizada mesmo após o seu término.

Uma das primeiras irmandades do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é a de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Uberlândia (INSRSB), oficializada em 1916. De acordo com Senhor Deny Nascimento, atual presidente da irmandade, no entanto, as celebrações da congada já ocorriam desde 1874, tendo sido o seu avô, ainda na condição de escravizado, o primeiro organizador desses louvores aos santos católicos.

Um elemento interessante é que, desde seu início, a INSRSB é composta de afro-uberlandenses e de afrodescendentes advindos de outras regiões de Minas Gerais, em especial do Desemboque, Sacramento, Cruzeiro da Fortaleza, Patrocínio e Alto do Paranaíba. Entre as suas principais responsabilidades estão a organização dos ternos que compõem os festejos aos santos

² O patrimônio histórico e cultural foi registrado por meio do Decreto nº 11.321, de 29 de agosto de 2008. Prefeitura de Uberlândia.

³ Também denominadas de Irmandades Religiosas de Santos de Pretos.

católicos e a preparação de todo o processo ritual da celebração a partir do mês de agosto, com as atividades de arrecadação para financiamento do desfile de ternos, e prossegue até a primeira quinzena de outubro, quando têm início a novena e os terços e ocorre a celebração final.

São entre 24 e 26 ternos que compõem atualmente a INSRSB de Uberlândia. Cada um deles segue esse calendário profano e religioso, cumprindo algumas obrigações sociais e religiosas em um espaço denominado quartel congadeiro. Trata-se de um local em que se reúnem todos os participantes do terno, cada qual desempenhando um papel: um capitão ou capitã (aquele/a responsável pelo terno), soldados (percussionistas e dançadores), madrinhas e as meninas da bandeira do terno.

Em Uberlândia, nos cinco meses que antecedem o mês de outubro, dedicado à celebração dos santos da congada (Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia), os quartéis congadeiros reúnem devotos e simpatizantes para preparar a festa e exaltar seus laços sociais. Um conjunto de atividades é mais visível: campanhas, leilões e novenas são realizados para angariar fundos, mas, sobretudo, para fortalecer laços de sociabilidade. Nesses momentos a atuação feminina é imprescindível e é dela que provém a força que garante a manutenção do terno e, principalmente, de seu sentido étnico. São as mulheres que exaltam, cultivam e transmitem os valores da cultura ancestral congadeira, assim como reforçam a autoestima, a estética e o estilo de vida da congada.

É por meio dessa valorização e afirmação constantes da importância dos valores afro-brasileiros que comportamentos, cuidados corporais, opções de vestimentas, cabelo, unhas e pele reforçam a estética de conteúdo afro. Esse jeito de ser, esse estilo afro-brasileiro circula nas ruas da cidade, nos locais de trabalho, nas escolas e universidades, não se restringindo apenas ao momento da celebração aos santos.

A localização desses quartéis também me faz refletir sobre as condições de moradia da população negra uberlandense. A maioria de seus lares está nas periferias da cidade, confirmando uma segregação socioespacial que confina negras e negros e os obriga a uma convivência fora dos perímetros destinados às moradias de elite. Assim, todos os quartéis estão localizados na periferia, majoritariamente na própria casa da capitã ou capitão.

Sobre as relações entre segregação socioespacial e racismo, as análises de Lélia Gonzalez (2018, p. 201) ampliam a sua compreensão:

Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos

recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento, que vão desde os feitores, capitães de mato e capangas etc. até a polícia formalmente constituída. Desde a casa grande ao sobrado até aos belos edifícios e residenciais atuais o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala, às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço. (...) Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar.

Em Uberlândia, nesses espaços segregados concentram-se a população negra e os pobres. Lá se encontram barreiras ao acesso e uso dos serviços e equipamentos de educação, saúde, cultura e assistência social; o desemprego impera e, mesmo quando se trabalha, na maioria das vezes, é sob condições precárias e em locais distantes da moradia. São nessas periferias que o quartel congadeiro emerge como um espaço de vivência cultural, de reflexão, de possibilidades e de encontros. Ao reunir os membros de cada terno e seus amigos, o quartel experimenta no seu espaço relações sociais que promovem formas de socialização dos indivíduos nos valores da cultura negra congadeira.

Atualmente, vem se constituindo, para seus membros, também como um celeiro de projetos culturais e intelectuais cujos conteúdos simbólicos configuram sentidos e ações que rompem com o racismo e fomentam formas de ativismo negro. Congrega projetos e lutas políticas antirracistas e de afirmação étnico-racial.

Cultivando a consciência racial

É com base nos vínculos sociais constituídos em torno de suas práticas culturais que negras e negros de Uberlândia começam a se organizar para o enfrentamento do racismo. E a congada acaba sendo para a comunidade negra “[...] o prelúdio de sua organização institucional no espaço público. Organização que sempre foi instigada pelo conflito e luta pela inserção dos projetos político-sociais desse segmento na esfera pública” (BARBOSA, 2011, p.77).

Assim, um caminho de conscientização racial e organização política é traçado no bojo das relações sociais e da heterogeneidade das experiências socioculturais da negritude uberlandense”. Isso porque, de acordo com Barbosa (2011, p. 71),

[...] historicamente, percebe-se que os primeiros modos de organização social da comunidade negra de Uberlândia foram constituídos mediante os rituais religiosos dos festejos dos grupos da congada; em bailes realizados nos clubes criados exclusivamente para negros e negras, como o “Flor de Maio”,

“Caba-Roupa”, “Alvorada”, “Zanzibar”, “Monte Líbano”, “Concorde” e a presença maciça da referida comunidade nos blocos e escolas de samba que foram desenvolvidos a partir de 1928.

É nessa convivência que congadeiros fortalecem seus vínculos sociais e buscam compreensão e disposição para enfrentar o racismo. Aliando-se aos irmãos do samba, com os terreiros de fé de matriz africana e contribuindo na construção do movimento negro local.

O depoimento de uma das fundadoras do movimento negro uberlandense, Conceição Pereira Leal, concedido a Barbosa (2011), confirma que muitas foram as formas de sociabilidade negra que contribuíram para organização da luta antirracista no Triângulo Mineiro e, por consequência, em Uberlândia. Foi, como observa Conceição, um movimento estratégico, que iniciou:

[...] um processo de aproveitar tudo aquilo que a comunidade negra tinha como espaço de organização social. Local de sociabilidade da comunidade tornou-se fundamental para isso. Por exemplo, em Uberaba tinha o Clube Elite (...) em Ituiutaba o Palmeiras Clube que ainda existe até hoje, tem mais de 60 anos. Em Uberlândia foi decisivo as experiências vividas pelo Clube Alvorada, o Concorde, o Monte Líbano (que era uma consequência do antigo Caba-Roupa etc.). Esses espaços históricos de convívio social da comunidade negra foram fundamentais para unificação dos negros em Uberlândia. (apud BARBOSA, 2011, p. 73).

Foi nos anos 1980 que o movimento negro emergiu em Uberlândia, no lastro do processo de redemocratização, que interrompeu a onda de silêncio vivenciada no período ditatorial do pós-64. De volta à democracia, o Brasil viu a irrupção de novos movimentos sociais, entre os quais o movimento negro, cuja marca era a autonomia e a contestação de situações excludentes. Constituíram-se num processo de auto-organização, reivindicando direitos e não trocando favores, como os do passado:

[...] era o surgimento de uma “nova sociabilidade” (sic) em associações comunitárias onde a solidariedade e a autoajuda se contrapunham aos valores da sociedade inclusiva; eram os “novos movimentos sociais”, que politizavam espaços antes silenciados na esfera privada (SADER, 1988, p.35-36).

Há um outro fator importante, a congada dessa região sempre atraiu pesquisadores da cultura negra e das relações étnico-raciais. Nos anos 1990, antropólogos, historiadores e sociólogos foram os primeiros a realçarem a importância de estudos sobre a manifestação congadeira, entre os quais destaco um projeto de 1996, intitulado *Cultura Negra e segregação socioespacial em Uberlândia*:

*um estudo sobre música e ritual*⁴, desenvolvido pelo antropólogo e historiador Jose Carlos Gomes da Silva. Esse trabalho colocou a congada uberlandense, em especial, nos horizontes científicos das universidades. A partir desse momento, os ternos passaram a receber muitos pesquisadores.

Na trilha de Marcel Mauss⁵, passou-se a observar que esse encontro entre a academia e a congada abriu um canal de trocas pelo qual circulam até os dias de hoje pessoas, palavras, eventos, ideias, projetos, dissertações, teses, políticas e amizades. As relações com a academia contribuíram para nutrir intelectualmente um campo reflexivo de problematizações sobre o racismo, algo já cultivado pelos congadeiros nos encontros e nas trocas do quartel e pelo movimento negro. Mas, com a entrada de pessoas ligadas à educação superior, houve uma ampliação do escopo das discussões acerca dos problemas que afetam a negritude.

Esse encontro é importante em razão de o racismo brasileiro contra negras e negros basear-se numa perversa etiqueta de distanciamento social e uma diferenciação aguda de *status* e de possibilidades econômicas convivendo com uma suposta cidadania para todos e indiferenciação formal: “[...] um sistema muito complexo e ambíguo de diferenciação racial, baseado principalmente em diferenças fenotípicas e cristalizado num vocabulário cromático” (GUIMARÃES, 1995, p.27/28). Para desvelar esse sistema é preciso refletir conjuntamente e incorporar também os estudos acadêmicos.

Há, ainda, outro fator que deve ser considerado, o da concentração perversa e distribuição desigual da riqueza brasileira, que afeta majoritariamente as pessoas pardas e pretas. Esse processo de desigualdade tem suas origens na colonização, na escravidão e na consolidação do capitalismo. E é algo que se reproduz na contemporaneidade. Os malefícios do imbricamento entre colonialismo, racismo e capitalismo não estão só no passado distante, mas no presente. Desvelar a suposta democracia racial brasileira é um fator importante para aqueles que se empenham na luta antirracista.

Desse enlace entre congada, movimento negro e academia emergiu uma pauta significativa de ações importantes para o combate ao racismo. Desse contexto afloraram e ganharam densidade as discussões sobre a Lei 10.639/03, que versa sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira, bem como emergiram as ações de fortalecimento dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), criados no início dos anos 2000, e de incentivo à entrada de congadeiras e congadeiros na universidade pública. Todas essas iniciativas criaram as condições para ampliar o que estou

⁴ Projeto financiado pela Fapemig. Silva é professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

⁵ Marcel Mauss é um clássico da teoria social, autor de *Ensaio sobre o dom*, obra que analisa o princípio de reciprocidade (dar, receber e retribuir), fundante da vida social.

chamando de campo reflexivo congadeiro, processo que se dá também com a maior inserção dos participantes da congada nas discussões mais amplas sobre o combate ao racismo e que envolvem outros segmentos antirracistas da sociedade uberlandense.

Assim, não tardou para a inserção institucional de congadeiros na política municipal. Em exemplo mais recentemente, em 2013 Ramon Rodrigues⁶, congadeiro do terno Moçambique de Belém, formado em administração, tornou-se titular da Superintendência da Igualdade Racial (Supir) na gestão do então prefeito Gilmar Machado. Em conjunto com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de Uberlândia e o movimento negro local, a Supir criou o Fórum de Promoção da Igualdade Racial de Uberlândia (Fopir), do qual muitos/as congadeiros/as participaram ativamente, contribuindo para o fortalecimento de pautas antirracistas.

Nesse sentido, é possível afirmar que, desde o final dos anos de 1990, a congada foi sendo abraçada por instituições e por movimentos sociais que denunciam o racismo. Isso vem permitindo um crescente processo de conscientização racial que favorece as congadeiras.

Subvertendo a condição da mulher negra

Em recente encontro feminista realizado no Rio de Janeiro, nossa participação causou reações contraditórias. Até aquele momento, tínhamos observado uma sucessão de falas acentuadamente de esquerda, que colocavam uma série de exigências quanto à luta contra a exploração da mulher, do operariado, etc., etc. A unanimidade das participantes quanto a essas denúncias era absoluta. Mas no momento em que comecei a falar do racismo e suas práticas em termos de mulher negra, já não houve mais unanimidade. Nossa fala foi acusada de emocional por umas e revanchista por outras; todavia, as representantes de regiões pobres nos entenderam perfeitamente (GONZALEZ, 2018, p.48).

O Brasil atual não superou as grandes disparidades raciais de renda, inserção qualificada no mercado de trabalho, educação, saúde, expectativa de vida e outros indicadores. E isso atinge diretamente a mulher negra: “Ser negra e mulher no Brasil é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e sexismo as colocam no mais baixo nível de opressão” (GONZALEZ, 2018, p. 44). Em síntese, exposta a um sistema de classificação social derivado do patriarcado e do racismo que enaltece a primazia das populações brancas, a mulher negra está sujeita à condição de subalternidade, à vivência constante da pobreza, à discriminação, à violência e à vulnerabilidade, em todas as dimensões de suas experiências sociais.

Muitas mulheres negras em coletividade, no entanto, têm construído outros presentes e

⁶Sobre a posse do superintendente ver <http://uipi.com.br/destaques/destaque-2/2013/10/18/ramon-rodrigues-e-o-novo-superintendente-da-igualdade-racial/>

futuros mais promissores para seu segmento. O movimento de mulheres negras, que é heterogêneo e plural (COLLINS, 2017), tem um papel importante de conscientização racial no processo de compreensão dessas condições de subalternização.

Desde que o feminismo negro no Brasil passou a questionar a dominação sobre esse segmento, o movimento ampliou suas possibilidades de luta. Destaco, porém, que este não foi um processo fácil, pois “[...] o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres” (CARNEIRO, 2003, p.118). A autora argumenta que, ao politizar as desigualdades de gênero,

[...] o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades (CARNEIRO, 2003, p. 119).

Quando dirigimos nossa reflexão para a experiência das mulheres negras congadeiras, nascidas e criadas em cidades rurais sob o comando do agronegócio, visualizamos o árduo processo de conscientização racial. Isso porque essa reflexão obriga ao enfrentamento de uma sociedade ancorada fortemente no poder de homens brancos.

Mas sabemos que o contingente negro de Uberlândia solidificou um platô antirracista cuja base é sustentada por vínculos sociais de longa data e por muitas parcerias. Suas redes de cultura e política servem de base para as congadeiras. É nos percursos e encontros da congada que as mulheres tomam contato com a pauta política negra contra o racismo. Muitas, a princípio, atentas e ouvintes; algumas já inseridas no Fórum de Promoção da Igualdade Racial de Uberlândia, no movimento negro local. Todas sempre nutrindo-se e conscientizando-se da existência do racismo.

Entre esses encontros com outras experiências de luta negra, destaco o contato das congadeiras, em 2015, com o processo de organização da Marcha das Mulheres Negras. Isso teve um papel significativo na vida dessas mulheres, pois não podemos nos esquecer que elas são habitantes de cidades interioranas, distantes dos grandes centros urbanos em que o feminismo negro floresceu e se fortaleceu. Nesse sentido, a Marcha permitiu a elas se aproximarem da reflexão e da atmosfera política do feminismo negro, suas reivindicações, mas também sua epistemologia

negra. E isso foi importante porque a mulher negra vive discriminações ocultas no atarefado cotidiano que muitas vezes lhes são imperceptíveis, o que a torna mais vulnerável à opressão. Por isso, o contato com a luta e com as análises do feminismo negro permite compreender conceitos como de interseccionalidade, um conhecimento importante na superação do racismo.

Sobre interseccionalidade, Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177) afirma:

A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

De grande importância nos estudos de gênero e raça, a interseccionalidade contribui para a construção de um conhecimento da discriminação vivida por mulheres negras na sociedade. Isso porque, assim como é real o fato de que todas as mulheres estão sujeitas ao peso da discriminação de alguma forma, também é verdade que há outros fatores relacionados “[...] a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, geração, religião, origem nacional e orientação sexual” (CRENSHAW, 2002, p. 173), acentuando as diferenças que influenciam diferentemente na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação.

Conceitos como a de interseccionalidade dialogam com as vivências das mulheres negras porque remetem a algo que é experimentado por elas no cotidiano: a discriminação racial, o machismo, o trabalho desqualificado e mal pago, a moradia precária em bairros insalubres e distantes, as filhas e os filhos afrodescendentes desrespeitados na sua condição infantil ou juvenil. Um cotidiano de múltiplas discriminações que passaram a ser consideradas pela ação ativista das próprias mulheres negras. Nessa perspectiva, mais uma vez me apoio nas reflexões de Gonzalez (2018, p. 192): “O fato é que, enquanto mulher negra, sentimos necessidade de aprofundar nessa reflexão, em vez de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos”. O feminismo negro, ao enegrecer o feminismo, aproximou a luta feminista das mulheres negras e as inseriu no campo das reflexões negras, constituído majoritariamente por elas.

Antônia Aparecida Rosa é uma dessas mulheres negras congadeiras. Professora e capitã do terno Marinheiro de Nossa Senhora do Rosário, foi uma das primeiras mulheres a assumir esse cargo em um terno da congada de Uberlândia, função predominantemente masculina. Filha mais

velha de uma família congadeira chefiada pela mãe, que também foi capitã de terno, Antônia assumiu importante função após o falecimento de sua mãe. Assim, com o terno, abriu-se uma possibilidade de realizar ações que também refletissem a condição de opressão que historicamente acompanha a experiência negra.

Certa vez, numa de nossas conversas, narrou a discriminação contra negras, a partir de uma experiência vivida por sua mãe, que trabalhou durante muito tempo como doméstica. Muitas vezes, nos idos dos anos 1970 e 1980, nos seus trajetos entre a casa e o trabalho, ela passou pelo entorno da Universidade Federal de Uberlândia. Segundo Antônia, a mãe teria um acesso mais rápido às casas em que trabalhava se passasse por dentro da UFU, mas sentia-se intimidada pelos olhares das pessoas ao vê-la: uma mulher negra andando pelo *campus* universitário?

Esses são os olhares do racismo porque expressam a maneira como brancos fomentam a discriminação racial fixando-se nas características fenotípicas. As análises de Guimarães (1995, p. 34) permitem compreender a fixação no fenótipo, na cor de pele:

[...] não há nada espontaneamente visível na cor da pele, no formato do nariz, na espessura dos lábios ou dos cabelos, ou mais facilmente discriminatório nesses traços do que em outros, como o tamanho dos pés, a altura, a cor dos olhos ou a largura dos ombros. Tais traços só têm significado no interior de uma ideologia preexistente (para ser preciso: de uma ideologia que cria os fatos ao relacioná-los uns aos outros), e apenas por causa disso esses traços funcionam como critérios e marcas classificatórios. Em suma, alguém só pode ter cor e ser classificado num grupo de cor se existe uma ideologia na qual a cor das pessoas tem algum significado. Isto é, as pessoas têm cor apenas no interior de ideologias raciais, *stricto sensu*.

No Brasil, esse sistema de hierarquização social – que consiste em gradações de prestígio formadas por classe social (ocupação e renda), origem familiar, cor e educação formal – funda-se nas dicotomias que por três séculos sustentaram a ordem escravocrata: elite/povo e brancos/negros apresentam uma atualidade e se reforçam mutuamente, simbólica e materialmente.

Mesmo num contexto de ideologia racista, contudo, a mãe de Antônia sonhou para filha um projeto de vida que subverteria aquela condição negra de constrangimento frente a um mundo que, apesar de ter sido construído com a contribuição de negras e negros, era-lhes negado justamente em suas benfeitorias modernas: igualdade, fraternidade, liberdade, respeito à diferença, acesso a todos os níveis de educação e dignidade. Antônia conseguiu realizar o sonho materno, constituindo uma família congadeira e, desapontando os olhares racistas, se formando pedagoga na Universidade Federal de Uberlândia e tornando-se mais tarde superintendente da Supir Uberlândia, na gestão de Gilmar Machado. Nesse cargo implantou vários cursos de capacitação da

Promoção da Igualdade Racial, Políticas Públicas e Controle Social, promovido pela prefeitura e realizado no Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz (Cemepe).

O sonho que sua mãe sonhou para ela parece basear-se na concepção congadeira do papel da mulher no terno. É a própria Antônia quem descreve tal papel:

A mulher tem o papel de alimentar espiritualmente e socialmente o terno. Elas são a força do terno. As madrinhas em específico devem zelar pelo grupo. Alimentação de fé, do corpo e do espírito. Então, sabe? Esse papel é o papel central da madrinha. Ela organiza a festa, organiza meninas da bandeira, aconselha a todos, é orientadora. Organiza espiritualmente. A gente fala muito assim: que qualquer fato negativo espiritual que aconteça de negativo com o terno é a madrinha da bandeira que está na frente com as meninas das bandeiras no sentido de proteção. Quer dizer, acaba que o papel da mulher, olha só, é um grande papel: ela é protetora de todo o terno! O primeiro contato que todo mundo [o público dos festejos] tem é com as mulheres do terno. Elas filtram esses contatos.

Estabeleço uma interpretação desse relato para compreender como se pode projetar visões antirracistas mesmo não as constituindo através de conceitos científicos. Nesse sentido, penso que a mãe de Antônia desatou para filha as amarras do racismo; protegeu-a estando lado a lado com ela, como as madrinhas da congada ao lado das meninas da bandeira que seguem em desfile, nas ruas de Uberlândia, sob os olhares racistas, que deixam para trás, cumprindo sua missão religiosa e afirmando a dignidade das mulheres negras. Antônia continua seguindo e ultrapassando os racistas. Hoje aposentada, coordena voluntariamente a Casa Graça do Aché, uma instituição vinculada à UFU.

Iara Aparecida Ferreira, do terno Moçambique Estrela Guia, também é uma dessas mulheres negras que lutam por melhores condições de vida para os afro-brasileiros. Incentivadora cultural, formada em serviço social, ela vem fazendo um trabalho sociocultural e educativo para além do que já realiza no terno de congado nas festividades em louvor à Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Tem promovido e produzindo cultura, especialmente para o público infanto-juvenil de Uberlândia, onde fundou o Projeto Pró-Mirim Estrela Guia do Amanhã, de incentivo à cultura e qualificação de adolescentes e seus pais para o mercado de trabalho por meio de dança, teatro, música, artesanato, aulas práticas e teóricas pedagógicas de cultura afro-brasileira e oficinas com minicursos para a formação baseada na tradição congadeira. Iara é também assessora especial da Secretaria Municipal de Cultura e assistente social na Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho de Minas Gerais.

Há um contingente significativo de congadeiras cujas trajetórias assemelham-se às de

Antônia e Iara, que em razão dos limites deste artigo, serão contempladas em outras formas de publicação. Para o momento, é importante destacar que, a despeito da inserção social que obtiveram, ambas sabem que o empoderamento de que desfrutam hoje é tributário de um trabalho que começou na vivência congadeira.

Considerações finais

Ao longo deste artigo a prática congadeira foi definindo-se como um elemento que promove a coesão das populações negras do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Prática ancestral, a congada tem esse potencial agregador que ganha mais evidência entre o período de preparação dos festejos até sua celebração final. Nesse momento as populações negras da mesorregião engajadas na cultura congadeira desencadeiam um processo intenso de deslocamentos intermunicipais, intrabairros e interbairros, configurando um tipo de cartografia negra dentro do território dominado pelo agronegócio.

Esse potencial de agregar pessoas permitiu aos congadeiros a participação no processo de criação do movimento negro local. Também trouxe para os espaços da Congada, os quartéis congadeiros, pessoas simpáticas à cultura negra, em especial os pesquisadores e professores vinculados ao espaço universitário.

Desses encontros emergiu um campo reflexivo do qual congadeiros e demais parceiros nutrem-se do pensamento antirracista em que se potencializa a amizade e a solidariedade negra, provocando rupturas no racismo estrutural. Suscitando uma micropolítica que se revela macro, fomentando uma solidariedade que liga entre si os homens e as mulheres que se encontram para festejar santos e antepassados, mas sobretudo constituir agendas com demandas políticas que visam a ampliar os direitos das populações negras.

Nutridos de fé, de política e solidariedade organizam-se e reivindicam nos espaços institucionais de negociação dos poderes locais, tais como as prefeituras, escolas e universidades, e dos poderes federais suas pautas negras.

Nesse processo a mulher tem um papel fundamental. São as congadeiras que exaltam, cultivam e transmitem os valores da congada. É através dessa valorização do ser congadeiro e afirmação constantes da importância dos valores afro-brasileiros que elas encontram elementos para fazer valer os direitos da população negra. A atitude dessas mulheres expressa uma ação política que não é constituída, inicialmente, nas relações que envolvem partidos políticos e disputas

pelo Estado. Antes, resulta de um trabalho feminino paulatino que incentiva afrodescendentes congadeiros a engajar-se culturalmente ao seu terno, à sua gente, à sua história.

Nesse sentido, as mulheres realçam em seu protagonismo que as manifestações culturais congadeiras constituem também estratégias de afirmação da identidade étnica, engendram uma rede de apoio social e possibilidades de constituição de um campo negro, uma complexa rede social permeada por aspectos multifacetados: mulheres negras, trabalhadoras, intelectuais, mas também congadeiras. Esse trabalho de afirmação étnica feito por elas no espaço do quartel é erguido por meio de ações e relações sociais que não têm aparentemente cunho político, mas têm o poder de arregimentar pessoas, reuni-las, organizá-las e transformá-las em agentes de causas sociais.

Digamos que a vivência no quartel congadeiro é a expressão de um “modelo comunitário de organização”, que valoriza os laços interpessoais, a solidariedade, a ajuda mútua e a participação entre iguais. Características que se contrapõem às relações de dominação expressas no racismo, no sexismo, na exploração do capital rural, na segregação socioespacial urbana, na competitividade, no individualismo e na atomização da existência.

Referências

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançado**, São Paulo, v.17, n.49, p117-133, dez. 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

COLLINS, P. H. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. **Cadernos Pagu**, Campinas (SP), n. 51, e175118, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n51/1809-4449-cpa-18094449201700510018.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2018.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, pp. 171-188, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2018.

GILROY, P. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Ed. 34, 2008.

GONZALEZ, L. **Primavera para as rosas negras: Leila Gonzalez em primeira pessoa**. São Paulo: Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. (Coletânea org. e ed. Pela União dos Coletivos Pan-Africanistas).

GUATTARI, F. **A revolução molecular**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GUIMARAES, Antônio S. Racismo e antirracismo no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, n.43,1995.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAMPAIO, A. C.; PACHECO, A. C. L. Mulheres griôs quilombolas: um estudo inicial sobre identidade de gênero e identidade étnica. **Pontos de Interrogação – Revista de Crítica Cultural**, Salvador, v. 5, n. 2, jul./dez. 2015.

SILVA, J. C. G. Congado e cultura centro-africana: marcas da ancestralidade. In: CLEMENTE, C. C.; SILVA, J. C. G. (Org.). **Negros, cultura e vida urbana**: estudos etnográficos sobre o congado. Uberlândia: RBDigital, 2013.

Etnografia da música rap: Africanidade e saberes musicais na prática do dj¹

Rap music ethnography: Africanism and musical knowledge in the practice of dj

José Carlos Gomes da Silva²

Resumo

Neste artigo focalizo aspectos que orientam a música rap. Analiso a música enquanto experimenta relacionada à diáspora dos povos africanos. A matriz musical afro-americana é interpretada como resultado do processo diásporo. As diretrizes e conceitos musicais que guiam os DJs integram uma teoria nativa na qual as origens africanas e os sons são valorizados. A ênfase em elementos sonoros e símbolos culturais africanos são selecionados como fundamentos que dão identidade à música. O som e as escolhas de textura musical surgem da negociação permanente entre novas tecnologias, a música tradicional africana e afro-americana. Esses elementos apoiam também sustentam o discurso político nos contextos específicos em que o rap parte.

Palavras chave: Música rap; Segregação urbana; Cultura Juvenil

Abstract

In this article I focus aspects that guide do rap music. Analyze the music while experiment related to the diaspora of African peoples. The African-American musical matrix is interpreted as resulting from the diasporic process. The guidelines and musical concepts that guide do the DJs musical integrate a native theory in which the African origins and the sounds are valued. The emphasis on sound elements and African cultural symbols are suitable as fundamentals that give identity to the music. The sound and the musical texture choices under the permanent negotiation between new technologies and traditional African and African-American music. These elements supports also the elaborate political discourse in the specific contexts in which the rap part.

Keywords: rap music, urban segregation, racism, African music, youth culture, social exclusion

Introdução

¹ O artigo reúne também dados etnográficos obtidos durante a pesquisa *O Capão Redondo nas vozes dos adultos e jovens: lutas políticas, produções culturais e segregação urbana na cidade de São Paulo (1978-2012)* que contou com o fomento da FAPESP (2011-2013).

² Antropólogo, Doutor em Ciências Sociais e Professor Titular da Universidade Federal de São Paulo – Campus Guarulhos.

O rap ganhou visibilidade nos EUA a partir dos anos 1980. Desde então muitas questões foram colocadas a propósito de um estilo musical que foi inicialmente visto como um modismo veiculado pela indústria fonográfica. Decorridas mais de duas décadas, as previsões sobre a efemeridade foram refutadas e o rap passou a ser concebido como parte da tradição musical afro-americana, equiparando-se ao blues, jazz e ao soul, conforme Keyes (2002). As controvérsias estabelecidas inicialmente ajudam, no entanto, a compreender os aspectos que singularizam esta música, razões pelas quais as retomamos.

Os músicos tradicionais conceberam o rap pelo viés etnocêntrico. Registraram o incômodo frente a uma música que fugia aos cânones e que não poderia, por tais razões, ser tomada como objeto de pesquisa Rose (1994). Os etnomusicólogos, sociológicos e filósofos revelaram, porém, que existiam questões mais complexas subjacentes à nova proposta sonora. Assim, foram enfatizados os possíveis vínculos com a tradição oral africana conforme Toop (1991), as interfaces com as transformações urbanas e as implicações das novas tecnologias (ROSE, 1994); as relações entre o autor e a obra de arte na pós-modernidade Shusterman (1998); os nexos entre música africana e afro-americana desenvolvidos por Walser (1995) e Keyes (1996).

No Brasil os estudos seguiram em meio à voga das culturas juvenis. Os pioneiros Caiafa (1985); Vianna, (1988); Abramo, (1994); Costa (1993) focalizaram diferentes linguagens expressivas: tatuagens, corte do cabelo, bailes, danças, contudo, as músicas dos grupos de punk, funk, skinhead e rock, não foram objeto de análise específica. As pesquisas sobre o rap iniciar-se-iam somente nos anos 90. Spósito (1993) analisou o fenômeno no contexto da sociabilidade das ruas; Andrade (1996) e Félix (2005) abordaram a dimensão étnico-racial e Guasco (2000) o sentimento de pertença à periferia. As investigações que realizamos durante o doutorado e anos seguintes (Silva, 1998, 2011-2013) estabelecem nexos entre música, juventude, identidade racial e segregação urbana.

Nossa abordagem foi influenciada por pesquisadores que buscaram estreitar o diálogo entre Antropologia e Música dentre eles Oliveira Pinto (2001); Wa Mukuna (2000), Menezes Bastos, (1995) e Cohen (1993). A etnografia da música rap que apresentamos nesse artigo prioriza aspectos da tradição musical africana e afro-americana presentes no fazer musical e no discurso dos rappers. Subjacente à nossa abordagem está a noção que os rappers brasileiros operam com uma “teoria nativa” da música, que nomeamos *musicalidade*, conjunto de saberes e sensibilidades musicais elaborados a partir da vivência cotidiana, apreendidos em experiências informais dos bailes, festas, rodas de samba, capoeira, audições de música afro-americana, entre outras.

Musicalidade de matriz africana: ritmo e oralidade

Diferentes pesquisadores consideram que a centralidade conferida ao ritmo e à oralidade no rap se filia às tradições culturais africanas. São ainda enfatizados como sinais diacríticos de pertença, “as roupas, tranças, metais e correntes” (KEYES, 1996). A narrativa oral e o ritmo são, de fato, os elementos mais valorizados quando os rappers se referem propriamente à música. A expressão “griots modernos”, foi, por exemplo, empregada no Brasil com o intuito de demarcar a filiação à ancestralidade africana. Os *griots* são nesse sentido emblemáticos por constituírem uma casta de músicos que utiliza, em suas “funções de guardiães da memória social, a música e narrativa oral” (HAMPATÉ BÂ, 1982).

Desde as origens do hip-hop nacional vimos os jovens buscando *conhecimentos* sobre a cultura negra em diferentes contextos. O discurso de pertencimento à ancestralidade africana não seria, portanto, parte apenas de uma retórica, livros de Joel Rufino, Clovis Moura, Alex Haley, biografias de Malcolm X e Luther King, foram mencionados como leituras de referência. Ao cotejarmos a produção acadêmica sobre a música de matriz africana e o fazer musical dos rappers pretendemos demonstrar que existe uma “teoria nativa” que orienta a prática dos DJs e que esta encontra-se em sintonia com alguns princípios que singularizam a música negra na diáspora.

As sociedades tradicionais africanas são definidas como *sociedades da palavra*, música, mitos, sistemas de parentesco, história, técnicas, registram diferentes saberes culturalmente significativos. Em determinados contextos a oralidade assumiu formas institucionalizadas e indivíduos e grupos sociais foram legitimados enquanto guardiães da tradição oral, ou seja, dos registros de diferentes sistemas de conhecimentos.

Conforme a definição sintética Jan Vansina, entende-se por tradição oral *um testemunho transmitido de uma geração a outra*, “de boca a ouvido”. O autor inclui nesse universo as *fórmulas* ou *fontes fixas*, documentos que se relacionam com “tudo o que é decorado” e cuja transmissão é mais precisa (VANSINA, 1980, p. 160). O ritmo enquadrar-se-ia do nosso ponto de vista no conceito de *fórmula fixa*, isto é, de um saber decorado. A sensibilidade rítmica, uma das características marcantes da música africana, não resultaria, portanto, da aptidão genética, mas da transmissão oral e assimilação de padrões inscritos na memória coletiva.

Após a diáspora escravocrata a sensibilidade rítmica e a oralidade não se perderam. As diferentes comunidades negras que se constituíram ao longo do Atlântico reelaboraram culturalmente saberes da tradição oral, embora, sob condições políticas impeditivas. Em determinadas regiões do Brasil sonoridades étnicas distintas chegariam mesmo a coexistir. Na

cidade de Salvador, habitada por uma maioria expressiva de grupos étnicos de origem yorubá e fon, padrões rítmicos bantos foram localizados por Gerhard Kubik (1979). Ao estudar a capoeira o autor encontrou, por exemplo, células rítmicas comuns à música da região do sudoeste de Angola. Os ritmos africanos identificados pelos próprios capoeiristas nas cidades de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo foram classificados pelo autor como São Bento Grande e Cavalaria. Os dizeres de Kubik nos dão a dimensão do impacto da transmissão oral dos saberes musicais.

Eu fiquei muito surpreso ao descobrir isto, tocando algumas das minhas gravações de *Angolan bow* [instrumento em arco semelhante ao berimbau] para Vicente dos Santos em Salvador e Lygia Carvalho e outros informantes do Rio de Janeiro. Os afro-brasileiros reconheceram a música do sudoeste de Angola, [*mbulumbumba*]. Especialmente as gravações do músico angolano José Virassanda (...), provocaram surpresa e reação. Vicente, em Salvador, e outros no Rio de Janeiro e São Paulo imediatamente disseram que o primeiro padrão rítmico tocado por Virassanda era chamado São Bento Grande na Capoeira, e o segundo ritmo que ele introduz repentinamente sem interromper o toque era chamado Cavalaria (KUBIK, 1979, p. 30 – tradução do autor).

Embora Kubik tenha nos parecido orientar-se pelo conceito de *africanismo*³, ao procurar identificar padrões rítmicos africanos na capoeira, sabemos que as transformações e mutações se impuseram. Ou seja, os instrumentos e práticas musicais ancestrais não teriam permanecido tais quais desde as origens. Admitimos que a música africana na diáspora foi processualmente reelaborada, permitindo fusões e experimentações novas. A concepção de *gramática cultural* proposta por (Mintz & Price, 2003) em substituição ao conceito de *africanismo*, nos auxilia compreender o sentido das transformações que se operaram no campo musical em diferentes contextos.

Para Mintz e Price a cultura africana não foi recriada de maneira a reproduzir formas e funções ancestrais, mas por meio da seleção e reorganização de princípios orientadores que passaram a atuar analogamente à sintaxe no âmbito da língua. Optamos neste artigo pelo termo *africanidade* em consonância com as ideias esboçadas por Mintz e Price. Por *africanidade* concebemos a reelaboração da cultura de matriz africana de maneira plástica e dinâmica, sustentada em princípios ancestrais. A *musicalidade* africana na diáspora é, de maneira, correlata, por nós definida como conjunto de saberes musicais fundado em princípios sonoros referenciados na tradição.

O conceito de *musicalidade* permite entender a reconstituição da música de origem africana nas Américas enquanto processo de operacionalização de princípios socialmente apreendidos pelos

³ Africanismo foi uma categoria utilizada pelos pesquisadores filiados à Antropologia Cultural nos anos 1950/60 para identificar nas Américas práticas culturais ou elementos da cultura material cujas formas e funções seriam essencialmente africanos, enquanto os afro-americanos incluiria aqueles que teriam sofrido mutações (WA MUKUNA, 2000).

indivíduos, seja nas rodas de capoeira, escolas de samba, ternos de congada⁴, terreiros de candomblé e umbanda. A reelaboração da musicalidade africana no Brasil e a sensibilidade dos jovens em relação ao rap podem ser interpretadas não como algo circunstancial, passageiro⁵, mas enquanto identificação com sonoridades afro-americanas que possuem uma mesma matriz. Por isso a barreira linguística pode ser superada pela familiaridade sonora.

Nós somos os porta vozes das pessoas (morou?). A gente é a voz de quem não têm voz. Então eu tenbo sempre isto, eu sempre insisto em falar na identificação. As pessoas se identificam (morou?) com o que a gente tá cantando, com o que a gente tá falando, no nosso jeito de se vestir e tem o som que bate, né meu. É irresistível deixar de ouvir. Então é mais por isso, as pessoas não têm muita oportunidade de ouvir né meu de perto. De tá perto. Então daí o motivo de encher e todo mundo curtir e tal (KLJ, in, SILVA, 1998, p. 131)

A fenômeno não é novidades. Nas regiões das Américas que constituem o chamado Atlântico Negro, música foi capaz de superar barreiras linguísticas, repressão política e religiosa, fundamentalmente, porque, a linguagem sonora atuou como elemento de identificação étnica. Paul Gilroy (2001) observou que nos contextos diaspóricos as práticas musicais africanas foram importantes fatores no processo de reconstituição das identidades negras.

O autor afirma que durante a escravidão a alfabetização e o domínio da linguagem escrita permaneceram como bens negados aos negros. Porém a música se apresentou como um instrumento importante na comunicação entre os indivíduos e grupos sociais.

O poder e significado da música no âmbito do Atlântico Negro tem crescido em proporção inversa ao poder expressivo da língua. É importante lembrar que o acesso dos escravos à alfabetização era frequentemente negado sob pena de morte e apenas poucas oportunidades culturais eram oferecidas como sucedâneo para as outras formas de autonomia individual negadas pela vida nas fazendas e nas senzalas. A música se torna vital no momento em que a indeterminação/polifonia lingüística e semântica surgem em meio à prolongada batalha entre senhores e escravos (GILROY, 2001, p. 160).

A reconstituição das identidades negras teve como um dos importantes suportes as

⁴ A propósito registramos nos idos de 1997, durante trabalho de campo na cidade de Uberlândia, algo aparentemente contraditório em um *quartel* de um terno de congada, o do Moçambique Pena Branca. Enquanto os congadeiros aguardavam o momento da saída, a música que se ouvia no aparelho de som portátil era a dos Racionais MC's.

⁵ Após o auge representado pelo CD *Sobrevivendo no Inferno* (Racionais MC's, 1996) a produção musical logrou continuidade e se difundiu pelas periferias. Na Zona Sul as produções culturais relacionadas ao hip-hop se concentram na Vila Fundão e em seu entorno. Os saraus musicais Ensaiaço, Sarau com Elas e o Estudio 1 da Sul, são locais em que os grupos de rap, ainda iniciantes, recebem apoio para as primeiras gravações, todos eles se situam nos limites do bairro. O Encontro Rap, reunião mensal de rappers, acontece no Jardim Ângela, local não muito distante. O Estudio 1 da Sul é atualmente coordenado pelo DJ Dri. Os saberes que este reuniu ao longo da trajetória profissional, produzindo bases musicais artesanalmente, continuam fundamentais nesta nova etapa do fazer musical, produção e distribuição do rap.

experiências musicais coletivas, desenvolvidas nas instituições tradicionais ou territórios negros segregados. No Brasil o samba, congado, capoeira, maracatu, dentre outras modalidades, foram decisivos na reconstituição da sociabilidade negra. A prática musical nas instâncias do lazer e religiosidade, nos espaços públicos e privados, contribuiu para a afirmação do sentimento de pertença entre indivíduos e grupos que se fixaram nas metrópoles após a abolição da escravidão⁶. Nas áreas marginalizadas dos centros urbanos a linguagem musical tornou-se um elemento capaz de aproximar distâncias e restabelecer os nexos de uma história fragmentada, rompida por cisões e violências de um passado comum.

As trocas e intercâmbios promovidos pelos sistemas midiáticos, ampliaram contemporaneamente as possibilidades de comunicação e fusão dos experimentos musicais de origem afro-americana e caribenha que identificamos no rap. Trata-se da mesma tradição musical e do sentimento de pertença já mencionados por Gilroy (2001). O blues, jazz, reggae, rap foram definidos pelo autor como “jóias trazidas da escravidão”, uma vez que a elaboração das identidades negras tem permanecido referenciada na música. Foi o que constatamos em depoimentos de jovens filiados ao movimento hip-hop que inicialmente frequentavam os bailes *blacks*.

Aí onde comecei a pensar ué! Eu acho que este é o meu espaço, comecei a frequentar, comecei a conhecer muito mais música black comecei a perceber que o meu ouvido assimilava muito melhor aquilo, o samba, o funk na época, o soul, (quando se pegava a sessão de flashback) e aí você começa a se identificar com a coisa, comecei a assimilar aquilo como meu espaço. (Depoimento de Markão – Grupo de rap DMN)

Particularmente a centralidade do ritmo entre os afro-americanos é de tal ordem que por vezes assume nos discursos dos rappers feições essencialistas.

Nós achamos que na volta aos tambores encontra-se a mais importante transformação que um homem negro pode fazer... Porque, através dos tambores conectamos nossos genes africanos estejamos conscientes ou não das nossas conexões. É natural... que nos comuniquemos através dos tambores. (Professor X do grupo de rap norte-americano X-Clan's, in DECKER, 1994, p. 113 – tradução do autor).

A despeito das possíveis críticas aos rappers por terem transformado um aspecto sonoro (o ritmo) em retórica política naturalizada, entendemos que em tal postura radica-se a filiação a um sistema musical específico que, embora construído à margem da cultura ocidental, manteve-se

⁶ Ver, nesse sentido, por exemplo, o estudo de Roberto Moura (1980) sobre Tia Ciata e o desenvolvimento do samba no Rio de Janeiro. Analisei fenômeno idêntico no bairro da Barra Funda em São Paulo, quando do estudo sobre as práticas culturais elaboradas pelos negros nas décadas de 1920/30 (Silva 1990).

como referente importante nas comunidades negras. Sabemos que os padrões rítmicos de origem africana passaram por processos de reelaboração. Ao longo da história a própria música africana promoveu fusões com tradições ocidentais e mesmo afro-caribenhas (Mukuna, 1980, p. 659-661). O ritmo, simbolicamente representado pelo tambor e extremamente valorizado no rap, permaneceu como um dado de natureza mais estrutural em função do valor estético/identitário a ele atribuído.

A matriz musical afro-americana

A pesquisadora Cheryl Keyes (1996, 2002) advoga que o rap não pode ser analisado apenas sob o enfoque das transformações sociais ou tecnológicas recentes, pois nele ecoam sonoridades resultantes de deslocamentos culturais, lutas raciais e reinvenções no campo da cultura que seriam mais bem compreendidas quando situadas no amplo processo histórico. O fluxo musical África, Caribe, EUA é visto por scholars e rappers como o substrato histórico do rap.

As Paul Gilroy observes, hip-hop culture grew out of cross-fertilization of African vernacular cultures with their Caribbean equivalents rather than springing fully formed from the entrails of the blues. While rap artists forthrightly confirm the African American and Caribbean nexus by regarding rap as having a close resemblance to the Jamaica toast “Jamaican rhymes”, they also view their music through a historical lens by which (West) Africa is primarily perceived as the place of origin for rap music tradition.

(...)

When I asked about the origins of rap, several veteran rap artists pointed to Africa as a reference for its performance practices. Hip-hop’s proclaimed godfather Afrika Bambaataa indicated, “although it [rap] has been in the Bronx, it goes to Africa because you had chanting style of rapping” (Bambaataa interview) (KEYES, 2002, p. 17).

Posto nessa perspectiva o rap seria parte de uma tradição musical comum aos afro-americanos e manteria filiações com diferentes matrizes sonoras como as *worksongs*, blues, jazz, soul e mais recentemente o funk. Os processos de escolha das sonoridades e construção do texto musical no rap vincular-se-iam a opções que não limitadas à incorporação de tecnologias modernas, bateria eletrônica, *sampler*, *mixer*, mas à reorganização da musicalidade de origem africana sob novas possibilidades tecnológicas.

Walser (1995) e Keyes (1996) apresentam argumentos sólidos no sentido de identificar os nexos entre o rap e as matrizes musicais de origem africana. Para Walser circunscrever as sonoridades do rap apenas à poética e à oralidade minimizaria a dimensão musical à qual ele se filia.

Reduzi-lo a uma simples expressão vocal, a uma narrativa, implicaria na aceitação da ótica etnocêntrica, veiculada, em especial, por músicos e musicólogos ocidentais. Em contraposição, Walser cita, os estudos desenvolvidos por John Blacking entre os *venda* (WALSER, 1995, p. 194). A música deste povo se estrutura como uma poética rítmica semelhante ao rap, e neste caso, Blacking não hesitou em conceituá-la como música, pois para este autor “música são sons humanamente organizados” (BLACKING, 2000).

Para Keyes (1996) história da música afro-americana é reveladora de elementos sonoros compartilhados pelo rap. As transformações sociais que se verificaram no final do século XIX na sociedade norte-americana foram fundamentais para a constituição das matrizes musicais às quais o rap se filia. Tais processos teriam deixado profundas marcas na música negra. Com o fim da Guerra Civil (1861-1865), por exemplo, ocorreu a elevação dos negros à condição de homens livres. A partir desse momento teriam sido intensificadas nos grandes centros urbanos importantes fusões entre tradições religiosas e musicais oriundas do sul dos EUA.

A migração das populações negras do Sul para o Norte, fenômeno que se seguiu à abolição da escravatura e ao fim da Guerra Civil, foi responsável pelo surgimento de novos experimentos musicais. Entre as inovações que iriam se tornar visíveis na vida urbana ganharam destaque o blues, os *toasters* (poemas rimados), a retórica dos *prayers* (pastores evangélicos negros) e os contadores de história (*storytellers*). Nesse novo contexto, os cantores de blues tornaram-se músicos de rua, enquanto outros, que detinham a habilidade da retórica passaram a trabalhar como apresentadores de programas de rádio, isto é, como *disque-jóqueis* (KEYES, 1996).

O blues surgiu em estreita ligação com as ruas. As canções abordavam, em geral, situações experimentadas por andarilhos. São também comuns referências a estações de trem, bebidas alcoólicas e ao sofrimento pessoal. O estilo musical tem sido por vezes interpretado como continuidade das *worksongs* entoadas pelos escravos nas plantações de algodão do Sul dos Estados Unidos, que tinham como princípio a transformação do sofrimento em música (Muggiati 1985: 29). A liberdade para transposição do sofrimento por meio do canto e do ato de contar histórias pessoais dramáticas desenvolveu-se, portanto, com a formatação do blues⁷. Por volta dos anos 40, através da incorporação de instrumentos eletrificados, o gênero passou por mudanças estruturais que conduziram ao *rhythm and blues* e ao jazz, bases de tantos outros estilos musicais afro-

⁷ Por volta de 1900 o blues já se apresentava nos centros urbanos com estrutura que lhe é peculiar “uma estrofe de blues é formada por 12 compassos, nos quais estão presentes os três acordes básicos de uma tonalidade: tônica, subdominante, dominante” (Berendt 1987: 125). Os dramas pessoais frequentes em letras de blues estão presentes no rap. Apenas a título ilustrativo ver as letras de clássicos do rap nacional: *Homem na Estrada*; *Tô ouvindo Alguém me chamar* (Racionais MC's)

americanos.

O rap é interpretado por Cheryl Keyes (1996) como parte do processo de continuidade e rupturas contemporâneas no âmbito da música afro-americana dos anos 1970. Em relação ao funk de James Brown, ancorado na percussão pesada, nas quebras rítmicas (*break beats*), na introdução de sons pouco convencionais como gritos, sussurros, distorções e ranhuras, percebem-se semelhanças. Inicialmente as músicas de James Brown foram tomadas como preferidas pelos rappers para a produção de mixagens. A tradição *disco*, na linha desenvolvida por Berry White também foi apontada pela autora como uma segunda referência. Em relação a esse gênero o rap teria herdado o acompanhamento pesado, sustentado pela bateria que acentua a dimensão rítmica do Compasso Comum (4/4). O uso de tecnologias sofisticadas capazes de produzir sonoridades novas que se refletiam nas danças de salão seria mais uma das heranças da Era *disco*, destacada por Keyes.

No campo das rupturas o rap introduziu princípios estruturais, caros à música negra, que o reposicionou na contramão da *dance music* (discoteque), estilo que privilegiava os timbres agudos e a valorização das solistas. A *dance music* teve início a partir de meados dos anos 1970, quando produtores europeus entraram em cena e redefiniram a estrutura da *disco music* para adequá-la às cantoras, a saber, Donna Summer, Glória Gaynor, Grace Jones. Tal estratégia conduziria à aceleração do *beat*, tornando o pulsar frenético das músicas uma das características centrais da *discoteque*. A música *disco* uma vez removida da sua base cultural negra, foi assimilada por meio do processo *crossing-over*⁸ à classe média branca.

Numa reação ao estilo *discoteque* os jovens negros retomaram as referências da *disco music* de Berry White e o ritmo pausado do funk de James Brown, concentrando-os nas colagens dos *riffs* de baixo e bateria. A partir do surgimento da tecnologia do *sampler*, os rappers puderam mais facilmente produzir *remixes*, inserindo nas bases sonoras a fala das ruas em meio às seções rítmicas de baixo e bateria eletrônica. Recuperou-se, assim, a tradição oral sob as formas da poética e narrativas das ruas. O gênero adquiriu, então, os contornos que o caracterizam. O rap é, portanto, um produto da tradição musical afro-americana redefinida no contexto contemporâneo. De acordo com Keyes (1996) as sonoridades que o definem inscrevem-se em uma matriz musical de longa duração da qual emanam as *worksongs*, o blues e o jazz.

Teoria nativa e prática musical do DJ

⁸Os sucessos alcançados por John Travolta e Olivia Newton John exemplificam a eficácia do emprego das estratégias cover, a adaptação da música negra ao mercado, processo recorrente no contexto norte-americano e que implica invariavelmente na perda das referências étnico-raciais (GILLIAM, 1996).

A audição de música afro-americana é um aspecto importante no processo de socialização dos DJs, músicos responsáveis pela construção das “bases” sonoras no rap. Os saberes musicais que mobilizam são múltiplos. Derivam da matriz afro-americana, adquirida no ambiente dos bailes funk analisados por Vianna (1988), mas também da audição de programas de rádio especializados em *black music*, conforme identificamos em São Paulo nos anos 1970-1980. Estes conhecimentos se somaram às experiências propiciadas pela socialização na música e cultura afro-brasileira. Os saberes referidos integram uma espécie de “teoria musical nativa” que ainda orienta as escolhas sonoras e as práticas do DJ.

Durante o trabalho de campo para o doutorado (1996-1997) acompanhamos as atividades do DJ Dri, à época, produtor de bases musicais para jovens rappers da periferia da Zona Sul. Atualmente Dri, como é conhecido, vem participando de eventos solos do rapper Mano Brown. A etnografia dos sons somente foi possível graças à sua generosa colaboração. Os contatos foram estabelecidos em duas oportunidades, durante o doutoramento (1996-1997) e recentemente quando do desenvolvimento do projeto *O Capão Redondo nas vozes dos adultos e jovens* (SILVA 2011-2013)⁹.

O DJ Dri contava à época da primeira pesquisa, em 1996, com um acervo significativo de discos de vinil que incluía gêneros variados da *black music* norte-americana, *black music* nacional e música popular brasileira. Quando me foi permitido consultar o acervo verifiquei com surpresa que entre os representantes da *black music* nacional encontravam-se cantores como Tim Maia, Jorge Benjor, Gilberto Gil, Djavan, Cassiano, Hildon, mas também outros, menos conhecidos dos jovens em geral, como Trio Ternura e Jair Rodrigues.

Constatei, enquanto observava o trabalho do DJ Dri que o domínio das *pick ups* e o *mixer*, havia se tornado fundamentais na elaboração da sonoridade característica do rap. Esta maestria adquirida nos usos tecnologia e colagens de som tornou o DJ Dri uma referência entre os rappers da Zona Sul. Notei, ainda, que o *mixer* passara a ter participação significativa na produção das bases musicais, especialmente, após este ter sido acoplado ao *sampler*. Entretanto, mesmo antes da utilização do *mixer*, quando o aparelho ainda era raro e o preço proibitivo, alguns rappers paulistanos conseguiam desenvolver a técnica da colagem de fragmentos musicais. No caso do DJ Dri o método foi inicialmente aprimorado por meios mecânicos. Dispondo apenas da *pick up* e do *deck* (pequeno gravador), o músico deu início à produção das primeiras bases sonoras. Este era um

⁹ O estudo atual *Negros na cidade: identidade, lazer e cultura no contexto da periferia* (2016) pretendem dar continuidade ao tema em novo contexto.

aspecto sensível para os rappers, pois a criação de “bases” próprias permitia romper com a dependência das chamadas “base dos gringos” ou “bases prontas”, nem sempre adequadas aos propósitos musicais locais.

Desde os primeiros discos de rap verificamos a presença dos DJs operando a tecnologia dos sons nos estúdios como, por exemplo, o DJ Cuca, um dos mais requisitados nos anos 1990. Mas no âmbito das *posses*, nos bairros da periferia, foi o domínio das técnicas artesanais que se mostrou decisivo no desenvolvimento da música. O recurso às “bases prontas” foi inicialmente empregado pelos rappers iniciantes, mas a opção logo foi vista negativamente, mesmo porque nem sempre se adequavam à extensão das letras. O principal passo rumo um trabalho autoral passou a ser a produção específica de “bases”.

A construção de “bases” desenvolvidas pelo DJ Dri envolvia a seleção de um ciclo rítmico, normalmente, uma sequência de sons fornecida pela combinação de baixo e bateria eletrônicos, extraída da *black music*. Atualmente os recursos possibilitados pelos computadores dispensam o uso do vinil e os cortes e colagens se fazem em um meio sonoro digital. A técnica que registramos em trabalho de campo (1996-1997), quando, então se empregava os também meios mecânicos, serviu de “escola de formação” dos atuais DJs.

O trabalho artesanal obedecia aos seguintes passos. Enquanto na *pick up* executava-se a música e selecionava-se o ritmo, o *deck* (gravador) era utilizado para gravação e corte de partes do som sempre que “o pause” (tecla de pausa do gravador) era apertado. O ciclo rítmico recomeçava novamente na *pick up*, “o deck” (comando para gravar) era novamente acionado, acionando-se a tecla *pause* cortava-se mais uma vez o fragmento desejado da música. A repetição deste processo era mantida até que a base rítmica preenchesse todo o espaço necessário para o canto-falado. Dessa forma, o DJ Dri compôs “bases” para a elaboração de “fitas demo” dos grupos de rap que durante o início dos anos 1990 integravam a *posse* Conceitos de Rua. O uso da tecnologia, inicialmente limitado ao gravador portátil, foi ampliado com a incorporação do *sampler* e posteriormente da MD (Mesa Digitalizadora), revelando que no rap, o aperfeiçoamento técnico é um elemento indispensável.

Devido às possibilidades de aplicação, o *sampler* tornou-se instrumento imprescindível. De fato, este iria revolucionar o fazer musical. A partir do *sampler* texturas musicais mais complexas e elaboradas puderam ser construídas. O *sampler* mais simples utilizado à época pelo DJ Dri, vinha acoplado ao *mixer* e tinha capacidade para armazenar aproximadamente doze segundos de música na memória. Essa limitação possibilitava cortes extremamente curtos dentro de uma canção, mas a repetição através do *looping* (*anel*) garantia que o ciclo rítmico desejado fosse prolongado

indefinidamente, representando um ganho importante em termos de qualidade, rapidez e praticidade em relação ao *deck*. O *sampler* permitia também resolver problemas relativos à seleção de pulsos quando estes apareciam justapostos ao canto ou aos solos de teclados, guitarras e toques de chibbal. Os rappers preferem sempre os “sons limpos”, aqueles que valorizam o pulso e os timbres graves, produzidos pela bateria, o baixo, ou ambos. Para se obter este som o *sampler* se tornou peça fundamental.

Quando o som não aparecia “limpo” no ciclo rítmico desejado, era preciso reconstruir o *looping* ou o anel rítmico. Uma vez localizado o ciclo o processo de reconstrução realizava-se *pari passu*, ou seja, cada tempo do compasso que aparecia limpo era extraído e recortado através do *sampler* até que a construção completa do *looping* ou *anel* se efetivasse. Uma vez construído o *anel*, este passava a ser reproduzido via *sampler*, indefinidamente (*looping*). Com essa etapa finalizava-se o primeiro passo no processo de construção da base musical. O canto podia então ser associado a base rítmica.

O *mixer* dispunha de um recurso importante o *pitch (speed)* que possibilitava mudar o andamento de um ciclo rítmico acelerando-o, ou tornando-o mais lento. Após o passo inicial de construção do *looping*, que podemos traduzir como a célula rítmica do rap, ficava a critério do MC escolher “a levada” (forma do canto). Esta poderia ser mais rápida ou mais “pausada”, uma negociação que era sempre feita com o DJ. O *looping* podia, por exemplo, ter o andamento acelerado, para adequar-se à forma do canto ou podia ser quebrado em determinados momentos da música para que a “base” não ficasse muito linear ou repetitiva, mas se tratavam de acertos finais, como, por exemplo, a introdução de outros *samplers* sobre a base rítmica, assovios, buzinas, sirenes, conversas, ou seja, o ambiente sonoro que se revelasse mais adequado à poética e à mensagem pretendida pela letra. Enfim, passava-se a uma última etapa de ajustes, experiências e refinamentos que levaria mais tempo, envolvendo diálogos e escolhas entre os demais membros do grupo. Porém, a “base”, a essência, já estava construída através do uso do *sampler* ou, de forma mais artesanal, por meio do *deck*.

Verificamos que no processo de composição do rap não existia uma regra fixa, podia-se priorizar a construção da “base” ou da letra. Ambas podiam ser desenvolvidas em instantes diferenciados ou simultâneos. O emprego dos recursos tecnológicos reduzia os custos e permitia que a produção musical ocorresse fora do controle das grandes corporações que dominavam o mercado fonográfico.

A estrutura paralela ao mercado hegemônico sustentada no trabalho do DJ é, ainda, garantia de autonomia em face às grandes gravadoras. É bem verdade que desde os anos 1980, quando os

primeiros discos de rap surgiram em São Paulo, já existiam DJs que se encarregavam da edição final da música em estúdios, mas a produção de rap, ao se estender pela periferia tornou imprescindível a participação deste profissional. Atualmente os pequenos estúdios estão cada vez mais presentes nos bairros periféricos, sendo o mais importante, o Estúdio 1 da Sul, sob a coordenação do DJ Dri.

A tecnologia é, portanto, parte indispensável no fazer musical do rap. A introdução do *sampler* apenas potencializou a importância do aspecto tecnológico, revolução que prossegue atualmente com o acesso à informática. Conforme verificamos na foto, o DJ Dri reduziu parte do arsenal tecnológico que utilizava ao manuseio de um notebook. Segundo afirmou, o fato de operar com sons no formato MP3, tem dispensado dezenas de discos de vinil na produção de um show, conforme constatamos em 18 de março de 2012 na ONG Capão Cidadão.



Figura 1 - DJ Dri durante show do *rapper* Mano Brown.
Festa de Rua na ONG Capão Cidadão 18-03-2012

O recurso ao *sampling*¹⁰ tem sido, no entanto, um dos pontos críticos para os rappers, pois sobre esta estratégia pairam eventualmente acusação de “cópia de músicas” preexistentes. De acordo Shusterman (1998) trata-se de uma acusação equivocada, pois aqueles que tomam o *sampling*

¹⁰ Normalmente o termo *sampling* tem sido empregado para definir o processo de reprodução de um trecho musical enquanto *sampler* refere-se à máquina, ao recurso, quando acoplado ao *mixer*.

como simples pirataria não entendem seu verdadeiro sentido. De fato, nesse processo estão envolvidas mesclas e reatualizações de músicas antigas, mas não a reprodução pura e simples. O *sampling* não tem como propósito a “cópia” integral, tal qual na origem, pois, do ponto de vista artístico, tal procedimento não teria nenhum valor. O processo de *sampling* envolve mais que isto.

Trata-se, na verdade, de uma técnica formal, ou um “método” de transformar fragmentos antigos em novas canções, com um “novo formato” pela manipulação inovadora de técnicas da indústria do disco (SHUSTERMAN, 1998, p. 187).

Para o autor nos encontramos ante um recurso característico da arte peculiar à pós-modernidade. O procedimento é considerado, portanto, um exercício criativo, especialmente, porque, neste momento, a posição tradicional do autor como criador de uma obra original está em questão. Do ponto de vista estético, argumenta Shusterman (1998) que a proposta musical do rap fundamenta-se em princípios que põem em questão o absoluto e a originalidade da criação artística. O acervo e o conhecimento da tradição musical funcionam apenas como bagagens fundamentais para que o DJ possa acessar e propor sugestões, experimentar, criar e reinventar a partir da união ou mescla de sons registrados no passado.

Sem o recurso ao *sampling* o material sonoro permaneceria inerte, fossilizado. Além desse aspecto, o DJ acrescenta ao conjunto das sonoridades a realidade cotidiana, recuperando as paisagens sonoras das ruas e praças das metrópoles. Por meio dos recursos possibilitados pela tecnologia os rappers recriam e reatualizam a produção musical do passado. Reafirmam, dessa forma, o sentido da arte sonora em que, segundo Mikey Hart, “o que conta é impulso orgânico primordial e universal da criação musical, em que os sons independentemente das origens são transformados em música”¹¹.

Musicalidade de matriz africana: mixagens, colagens e sonoridades urbanas

Vimos no item anterior que um dos passos centrais para a construção da base musical no rap envolvia a formação do *anel* ou *looping*. O *looping* se resume à pulsação básica repetida ao longo da música. Pode ter a duração de um ou mais compassos, mas não é em termos de compassos que os DJs pensam, na verdade eles se orientam pela a ideia de ciclo rítmico, por isso usam a expressão “construir o anel” e não “selecionar compassos”. Podemos ver nessa postura uma atitude

¹¹ Refiro a Mikey Hart ex-baterista do Graetful Dead, produtor percussionista, pesquisador de instrumentos e escritor (Encarte do CD - Mawaka).

semelhante à forma como a música africana é construída.

Segundo Kazadi Wa Mukuna (1985) a estrutura rítmica da música africana sustenta-se na concepção de mescla de diferentes ciclos rítmicos que se sobrepõem na composição final de uma peça. Dentro da complexidade dos ciclos rítmicos, um ciclo rítmico de base, ou *time line pattern* permanece como central para os músicos (Wa Mukuna 1985). Trata-se de uma estrutura que se repete e que é normalmente executada por um idiofone.

A complexidade rítmica da música instrumental é concebida dentro do princípio de sua composição, que é principalmente a superposição de vários motivos rítmicos complementares uns aos outros no produto final. Esses motivos rítmicos são frequentemente utilizados pelos conjuntos musicais compostos de um idiofone tocando o ritmo de base; de um, dois, ou mais membranofones de pequenos tamanhos que constituem, juntamente com os idiofones, a textura rítmica sobre a qual o tocador do membranofone principal exibe seu virtuosismo (...) Cada músico desempenha o papel de preencher o espaço na organização rítmica com o seu ciclo criando assim o que foi referido acima, de superposição de vários motivos rítmicos. Não há dois músicos tocando o mesmo ciclo rítmico (WA MUKUNA, 1985, p. 81).

Portanto os músicos apenas aparentemente tocam ciclos rítmicos em separado, pois, na verdade, os ciclos rítmicos atuam de forma complementar. A ideia de complementaridade é, portanto, central, visto que é neste conjunto sobreposto de ciclos sonoros que a música se constitui, é apreendida pelos ouvintes e apreciada pela comunidade.

Para executar peças musicais com diferentes ciclos rítmicos os músicos africanos passam por uma formação específica que os tornam competentes no domínio de métricas distintas e complementares, ou conforme expressou Chernoff (1980), desenvolvem a “sensibilidade rítmica”. Ao observarmos a arte e a técnica dos DJs que atuam no movimento hip-hop vimos que a prática musical requeria igualmente o desenvolvimento da “sensibilidade rítmica”. Ao manusearem os aparelhos eletrônicos como *mixer* e a *pick up*, produzir *scratches* os DJs revelam um aguçado sentido de tempo que os permite processar com precisão as mixagens. Sem esta referência rítmica inevitavelmente fracassariam. Constatamos que a realização de performances complexas de mixagens e *scratches* servindo-se do mixer ou da *pick up* implica também em formação específica. Alguns DJs não chegaram a precisar a duração da aprendizagem, mas confessaram que poderiam levar vários meses ou até mesmo alguns anos.

O canto no rap se desenvolve em sintonia com a base rítmica, trata-se, portanto de canto-falado, não recitado. Os estudos que desenvolvemos atualmente nos saraus literários da Cooperifa (Cooperativa da Periferia), Binho e Vila Fundão, permitiram a compreensão desse aspecto. Nesses

espaços da cultura juvenil, rappers e poetas atuam e se revezam com frequência ao microfone. Contudo, ficam nítidas as diferenças entre os jovens que se filiam ao hip-hop e aqueles que são poetas por excelência. O grupo identificado com o hip-hop não “recita poesias”, pratica o canto *a capella*. Neste caso o sentido do *beat* (pulso) é mantido subjacente à expressão vocal, os gestos, dramatizações, integram a totalidade da performance¹².

Os “poemas” dos rappers não são lidos ou declamados, a vocalização dispensa necessariamente a leitura do texto, a pulsação rítmica a sustenta, as palmas, suprem a ausência do baixo e bateria eletrônicos. Os gestos, expressões faciais e dramatizações, caras aos MC’s, não deixam dúvidas, trata-se de música rap em um contexto literário, o sarau. É, portanto, a dimensão rítmica que singulariza a prática vocal no rap. Nesse caso, ritmo e poesia unem-se para produzir uma síntese de outra natureza. Não se trata mais de ritmo + poesia isolados, mas do amálgama do ritmo, poesia e sonoridades de diferentes espécies.

As sonoridades que na música ocidental seriam classificadas como “ruídos”, ganham sentido específico no rap, especialmente, quando analisados sob o prisma dos referenciais musicais africanos. A tradição musical ocidental estabeleceu um campo de sonoridades classificadas como “ruídos” e atribuiu-lhe sentido negativo. A música medieval, por exemplo, enfatizou a oposição entre “som/silêncio” vigentes nos mosteiros e os ruídos e corporalidades dos ritos pagãos, ruas e feiras. Para Wisnik (1999) a postura do recalque ao “ruído”, que se encontra no cerne da música ocidental, implicou no baixo status atribuído aos instrumentos de percussão de frequência indefinida, mas segundo o autor...

O jogo entre som e ruído constitui a música. O som do mundo é ruído, o mundo se apresenta para nós a todo momento através de frequências irregulares e caóticas, com as quais a música trabalha para extrair-lhes uma ordenação (ordenação que também contém margens de instabilidade com certos padrões sonoros interferindo sobre os outros) (WISNIK, 1999, p. 30).

A música africana orienta-se por um paradigma em que se valoriza as sonoridades de natureza percussiva, produzidas pelos tambores, guizos, ganzás, xequerês e recursos outros como ranhuras, fricções, agitados, fornecidos pelos instrumentos idiofônicos. Os sons que seriam expurgados como “ruídos” na música ocidental, impregnam a textura da música africana.

Por toda parte procura-se misturar o som quando ele é demasiado límpido, procura-se enriquecê-lo com ruídos, como se tempera uma comida insípida: peças metálicas que vibram com as cordas dos alaúdes ou as lâminas dos *sanzas*,

¹² Ver a propósito o estudo que desenvolvemos no contexto dos saraus literários (SILVA, 2012).

chocalhos fixados nos pulsos dos músicos, apitos adaptados nas caixas e ressonadores de cabaça, ou grãos secos introduzidos dentro destas, anéis e penduricalhos nos contornos dos tambores, etc. A mesma prática encontra-se entre os negros dos Estados Unidos, em particular entre os cantores de blues que deformam os sons de suas guitarras munindo as cordas de pequenos anéis metálicos móveis, entre o estandarte e o cavalete (CANDÉ, 1994, p. 164).

No rap a introdução de *scratches* e sons *sampleados* de diversos contextos introduzem fricções, “ruídos”, característicos que se integram ao conjunto das sonoridades. Segundo Cheryl Keyes (1996) a música rap também apresenta predileção pelos sons que se irrompem no mundo urbano. Uma tendência que remonta aos pioneiros, à *Old School*. Posteriormente, com os recursos do *sampler*, foi possível recriar as paisagens sonoras peculiares ao universo das ruas.

No segmento final de *The Message*, Grand Master Flash incorpora sons da paisagem urbana como as buzinas dos carros e sirenes, enfatizando as conversas entre os membros do seu grupo The Furious Five. Estes sons que acompanham as conversas dos membros em linguagem de rua intensificam o ambiente de vida na cidade (...) (KEYES, 1996, p. 240 – tradução do autor).

Os sons *sampleados* do urbano, buzinas, sirenes, falas, gritos, tiros, têm como finalidade enriquecer a textura musical. Com isso, a música apresenta-se como discurso não apenas sobre o urbano, mas enquanto texto sonoro que o contém, disciplina-o, através da arte. Se, em última instância, a música pode ser interpretada a partir da ordenação dos sons, e que todo som contém “ruídos” em maior ou menor grau. Que os níveis de “ruídos” admitidos dependem da cultura que seleciona e sanciona, toda música se institui através desse processo de negociação com a cultura, está sim a legitimadora das sonoridades (Blacking, *apud* Travassos). Os sons legítimos, puros ou impuros, sagrados ou profanos resultam de escolhas culturais arbitrárias, dentro do espectro sonoro.

As letras das músicas produzidas pelos rappers na cidade de São Paulo referem-se em geral a aspectos centrais da nova ordem urbana, segregada e violenta. A nova segregação urbana, se apresenta de acordo com Caldeira (2000), simbolizada pela edificação dos *enclaves fortificados*, espaços monitorados de residência, consumo, trabalho e lazer, fenômenos que têm contribuído para a modelagem de uma forma específica de separação das classes sociais. As canções dos rappers focalizam temas como violência urbana, fortificação da cidade, discriminação racial e dramas peculiares às chamadas “zonas de guerra” que se situam do outro lado da cidade murada. A “expressão trilha sonora do gueto” tem sido amiúde empregada pelos jovens para definir o rap. Trata-se de fato de um discurso musical que põe em questão a violência policial, o aspecto mais sensível da segregação urbana a atingir as periferias. A música se apresenta nestas instâncias como

um instrumento capaz de dar sentido a uma realidade dramática que os jovens qualificam como “holocausto urbano”. O *poder da rima*, sinônimo de poesia, surge como principal arma no sentido de tornar a realidade apreensível, denunciar, protestar, homenagear os “manos” que morreram precocemente.

Utilizando-se *do poder da rima* os rappers têm produzido contundentes críticas ao “sistema”. As narrativas constituem documentos etnográficos elaborados em primeira mão. As tensões e ambiguidades da vida real experimentada pelos jovens são peculiares àqueles que vivenciam o racismo e a exclusão social. Assim a figura limite do marginal é tratada de forma dicotômica, ou seja, como parte de um universo dividido entre o bem e o mal. A experiência da marginalidade aparece nas letras, ora de maneira idílica, ora realisticamente, profetizando-se os riscos iminentes. Por vezes o ideal do *rude boy*, aquele que enfrenta “o sistema”, desafia a polícia, esbanja coragem, virilidade e força, é exaltada em linguagem poética, mas imediatamente, são apontadas as consequências de tais atitudes, que invariavelmente resultam em prisão ou morte. A música *Tô Ouvindo Alguém Me Chamar*, Racionais MC’s (1997) é exemplar. A apologia ao crime ou a simples condenação dos indivíduos não resolve a questão. Para os rappers, os jovens da periferia convivem em um ambiente instável no qual as decisões são tomadas em meio a situações dramáticas, marcadas por conflito de valores. A condição social conflitiva implica em negociar sempre as ações em face aos códigos sancionados, sistemas de representação, valores morais e religiosos, regras e relações de poder, que surgem como estruturantes da experiência individual.

Por meio do rap os jovens negros e pobres da periferia recodificam a si mesmos e humanizam o mundo em que vivem. Se colocam em oposição aos discursos conservadores que os coisificam. Que os classifica como expressão da barbárie, ameaça que precisa ser controlada, encarcerada, banida por chacinas e homicídios, que recorrentemente caem no esquecimento. A morte do DJ La (Laércio Grimás), jovem negro do grupo Conexão do Morro, em 2012, se deu em meio a mais uma onda de assassinatos que vitima periodicamente a juventude negra e pobre e se que se repete há décadas.

Alguns destes momentos permanecem marcados expressões e emblemas do terror. Os assassinatos ocorridos em meados dos anos 80 ficaram conhecidos como a Era dos “Pés de Pato”; em 1996, foi a vez dos “Highlanders”, assassinos que decapitavam as vítimas; em 2006, registrou-se a Ação Anti-PCC; em 2012, foi a vez dos “Motoqueiros Encapuzados” fazerem várias vítimas. Enquanto isso, a voz do rap soa isoladamente em protesto: “periferia segue sangrando e eu pergunto até quando?” (GOG – cantor de rap).

Referências

- ABRAMO, Helena W. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo, Scritta/Anpocs, 1994.
- ANDRADE, Elaine N. **Movimento negro juvenil: um estudo de caso sobre jovens rappers de São Bernardo do Campo**. 1996, 317f. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Faculdade de Educação - USP, São Paulo, 1996.
- BLACKING, John. **How musical is man?** Seattle, University of Washington Press, 2000
- CAIAFA, Janice. **Movimento punk na cidade: invasão dos bandos sub**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.
- CALDEIRA, Teresa Pires do R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, Ed. 34, 2000.
- CANDÉ, Roland. **História universal da música** (vol. I) São Paulo, Martins Fontes, 1994.
- CHERNOFF, John M. **African rhythm and Africa sensibility**. Chicago: University of Chicago Press, 1980.
- COSTA, Márcia R. **'OS' carecas de subúrbio**. Petrópolis, Editora Vozes. 1993.
- COHEN, Sarah "Ethnography and popular music studies". **Popular Music**, Cambridge, may, 1993 vol. 12, nº 2, pp. 123-138.
- DECKER, Jeffrey L. "The state of rap: time and place in hip-hop nationalism", in: Ross, Andrew e Tricia Rose (eds), **Microphone fiends: youth music and youth culture**. Routledge, New York e London. 1994.
- FÉLIX, João Batista de J. **Hip-hop: cultura e política no contexto paulistano**. Tese de Doutorado, 2005, 202f – Tese de Doutorado, FFLCH – USP, São Paulo, 2006.
- GILLIAM, Angela. "A ideologia do *crossover* e sua relação com o gênero". In: **Cadernos Pagu**, Campinas, 1996, (6-7): 227-240.
- GILROY, Paul **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo, Editora 34, 2001.
- GUASCO, Pedro Paulo M. **Num país chamado periferia: identidade e representação da realidade entre os rappers de São Paulo**. 2000, 210f. Dissertação de Mestrado – FFLCH USP São Paulo, 2000.
- HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. "A tradição viva". In: KI-ZERBO, J. (coord.) **História Geral da África I – Metodologia e Pré-história da África**. São Paulo, Ática/UNESCO, 1982.
- KEYES, Cheryl L. "At the crossroads: rap music and Its African nexus". **Ethnomusicology**, University of Illinois Press, 1996, vol. 40 (2): 222-248.

KEYES, Cheryl L. **Rap music and street consciousness**. Urbana and Chicago, University of Illinois Press, 2002.

KUBIK, Gerhard. **Natureza e estrutura de escalas musicais africanas**. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1970.

KUBIK, Gerhard. **Angolan traits in black music, games and dances of Brazil. A study of african cultural extensions overseas**. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1979.

MENEZES BASTOS, Rafael. “Esboço de uma Antropologia da Música: Para além de uma Antropologia sem Música e de uma Musicologia do Homem”. **Anuário Antropológico 93**, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1995, pp 9-73.

MOURA, Roberto **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, FUNART. 1980.

MINTZ, Sidney & PRICE, Richard. **O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica**. Rio de Janeiro, Pallas – Centro de Estudos Afro-brasileiros. 2003.

MUGGIATI, Roberto **Jazz: uma história em quatro tempos**. Porto Alegre L&PM. 1985.

OLIVEIRA PINTO, Tiago. “Som e música: questões de uma antropologia sonora”. **Revista de Antropologia**, São Paulo, 2001n. 44 (1): 221-286.

ROSE, Tricia. **Black noise: rap music and black culture in contemporary America**. University Press of New England Hanover & London, 1994.

SHUSTERMAN, Richard. **Vivendo a arte. O pensamento pragmatista e a estética popular**. São Paulo, Editora 34, 1998.

SILVA, José Carlos G. **Rap na cidade de São Paulo: música, etnicidade e experiência urbana**. 1998, 285f, Tese de Doutorado IFCH-UNICAMP, 1998.

SILVA, José Carlos G. “Negros em São Paulo: espaço público e cidadania”, In: Ana M. Niemeyer, Ana M. de e Godoi Emília P. (orgs.) **Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos**. Campinas, Mercado de Letras. 1998.

SILVA, José Carlos G. “Sounds of youth in the metropolis: the different routes of the hip-hop movement in the city of São Paulo”. *Vibrant. Virtual Brazilian Anthropology*. Revista Semestral da ABA, V. 8 n.1 pp. 70-94 - 2011, disponível em <http://www.vibrant.org.br/portuges/artigosv8n1.htm>

SILVA, José Carlos G. “Juventude e periferia em cena: dramas e dramatizações da vida urbana nos saraus literários da zona sul de São Paulo”. Trabalho apresentado na 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 02 e 05 de julho de em São Paulo, 2012.

SPÓSITO, Marília Pontes “A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade”. **Tempo Social**, 5, 1993, (1-2): 161-178.

TOOP, David **Rap attack(2): african rap to global hip hop**. London: Serpent’s Tail. 1991.

VANSINA, J. “A tradição oral e sua metodologia”. In: J. KI-ZERBO (coord.) **História geral da África I: metodologia e pré-história da África**. São Paulo, Ática/UNESCO. 1980, p. 157-179.

VIANNA, Hermano. **O mundo funk carioca**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988.

WALSER, Robert “Rhythm, rhyme, and rhetoric in the music of Public Enemy”. **Ethnomusicology**, 39 (2), 1995, pp. 193-217.

WISNIK, José Miguel. **O som e o sentido: uma outra história das músicas**. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

WA MUKUNA, Kazadi “Aspectos panorâmicos da música tradicional no Zaire”, **África**, Revista do Centro de Estudos Africanos da USP, 8, 1985: 77-87.1980

WA MUKUNA, Kazadi. **Contribuição bantu na música popular brasileira: perspectivas etnomusicológicas**. São Paulo, Terceira Margem, 2006

Homicidas, Ladrões, Milicianos, Organizações Criminosas, Traficantes e *White Collors*: a administração do crime em Uberlândia no século XXI

Homicides, Thieves, Militia, Criminal Organizations, Traffickers and *White Collors*: the administration of crime in Uberlândia in the 21st century

Márcio Bonesso¹

Resumo

O objetivo principal do *paper* foi criar conexões de sentido entre a ciência e políticas de segurança pública, tendo como lócus de estudo as políticas estaduais de prevenção à criminalidade, implantadas em Uberlândia, no interior de Minas Gerais. Nesse contexto, como objetivo específico a pesquisa estudou a relação da história do controle do crime da cidade com o impacto dessas políticas estaduais de segurança. Como desdobramento analítico o trabalho fez uma revisão teórica problematizando vínculos das teorias sociais e dos programas intervencionistas internacionais, nacionais e estaduais na dinâmica municipal de Uberlândia. Os resultados demonstraram que houve em algumas periferias uma primazia do eixo da repressão qualificada sobre o da proteção social, com a expansão do policiamento especializado sem a inclusão compatível dos funcionários dos programas preventivos. Todavia, as ações sociais desses funcionários, em muitos contextos microssociais favoreceram a extensão dos serviços públicos para a população dessas localidades. Por fim, com a deflagração de megaoperações, a partir de 2015, várias ações criminais de empresários, políticos e agentes da segurança pública foram identificadas, demonstrando um acréscimo nos alvos da administração da criminalidade no município.

Palavras chave: Sociologia da Violência e Administração de Conflitos. Antropologia das Sensibilidades Jurídicas. Política de Segurança Pública.

Abstract

The paper's main objective was create sense connections between science and public security, having as locus of study the state policies of crime prevention in Ublândia city, in Minas Gerais. In this context, the research's specific objective was relationship between the history of city crime control and the impact of these state security policies. As an analytical deployment, this research has a theoretical review questioning bonds of social theories and international, national and state interventional programs in the dynamic city of Uberlandia. Results showed there were in some poor neighborhoods a primacy of qualified repression's axis

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos. Professor de Sociologia do Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM – Uberaba).

over the social protection's axis, with expansion of specialized policing without including compatible employees connected to prevention programs. However, it's noteworthy that social actions of these officials, although certain structural problems in many micro-social contexts, also favored the extension of public services for the population of poor localities. Finally, with the outbreak of mega-operations, as of 2015, several criminal actions by businessmen, politicians and public security agents were identified, demonstrating an increase in the targets of crime management in the municipality.

Keywords: Sociology of violence and conflict management. Anthropology of legal sensitivities. Public security policy.

Homicidas, Ladrões, Milicianos, Organizações Criminosas, Traficantes e *White Collors*: a administração do crime em Uberlândia no século XXI

Introdução

O objetivo principal deste artigo é discutir o impacto das políticas estaduais de segurança pública no município de Uberlândia, situado na região do Triângulo Mineiro. O texto deseja apresentar uma narrativa etnográfica² da implementação e execução dessas políticas de segurança pública e dos programas de prevenção à criminalidade no município. Em Minas Gerais, tais ações governamentais desenvolvidas pelo ente estadual foram criadas a partir de uma conjunção de teorias criminológicas e sociológicas nacionais e internacionais, além de experiências bem sucedidas de políticas anteriores implementadas em outros municípios, unidades federativas e países.

Vale ressaltar que apesar da pesquisa ter findado em 2015, mudanças significativas na dinâmica criminal começaram a ser desveladas quando ações do Grupo de Atuação Especial de Combate e Repressão ao Crime Organizado (GAECO), adjunto à Polícia Federal e corregedoria das polícias Militar e Civil começaram a entrar em cena e montar operações e megaoperações que prenderam empresários, policiais civis, policiais militares, delegados, advogados, “traficantes” das periferias (apesar de alguns agentes das outras categorias profissionais também serem acusados de tráfico de drogas) ligados ao “crime organizado” do estado de São Paulo e mais, recentemente, vereadores ligados à milícias comandadas, segundo os procurados do Ministério Público, por policiais militares. Além das incriminações, acusações e prisões de tráfico e formação de milícias, outros crimes também são mencionados: roubos de carga, homicídios, extorsão, sequestro, roubo, receptação, lavagem de dinheiro, corrupção ativa e passiva, dentre outros.

² Esse artigo tem como base meu estudo de doutorado que ocorreu no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/UFSCar) entre 2011 e 2015. Esse trabalho culminou no livro *Prevenção à Criminalidade: arte e esporte na segurança pública em Minas Gerais* (BONESSO, 2018).

Essas políticas estaduais geridas a partir do final de 2002 em Belo Horizonte e Região Metropolitana se interiorizou em contexto tardio nas cidades mineiras de médio porte. Apesar disso, a sua introdução aos municípios do interior foi bem recebida, visto que elas estavam sendo avaliadas de forma positiva pelos resultados efetivos e rápidos. O Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! foi premiado e reconhecido pelos seus pares, tornando-se uma das grandes publicidades eleitorais do PSDB, partido político que governava Minas Gerais. Em Uberlândia, tais ações governamentais começam a ser executadas em 2006, portanto, no último ano de mandato do governo estadual. Nesse período o município já era o segundo mais populoso³ de Minas Gerais.

Uberlândia está aproximadamente a 550 km da capital Belo Horizonte. Está mais próxima de Goiânia e Brasília, situada respectivamente a 330 Km e 430 km dessas capitais. Também está relativamente próxima da capital de São Paulo, a 600 km, bem como cidades interioranas paulistas de grande porte como Campinas e Ribeirão Preto, respectivamente a 500 Km e 280 Km. Todas essas conexões com as capitais mencionadas, as grandes cidades paulistas interioranas e outras cidades menores fizeram com que o município se tornasse um dos *nós* das *redes empresariais* e dos *espaços de fluxos* (CASTELLS, 2016) do interior do Sudeste brasileiro. As estruturas duplicadas das rodovias fizeram com que, nas últimas décadas, suas conexões com esses e outros municípios dessas unidades federativas fossem mais intensas do que com a capital mineira. Apesar disso, o contato com a capital ocorre de forma intensa através do aeroporto internacional da cidade que faz conexões com a capital mineira e também com regiões mais distantes, como Rio de Janeiro e outras capitais das outras regiões dos países.

A partir da década de 1970, Uberlândia passa a ser reconhecida com uma cidade polo da logística, várias empresas voltadas para o setor do comércio e serviços começam a se conectar com o setor das telecomunicações gerando um ambiente que passa a agregar um fluxo migracional maior que a cidade de Uberaba⁴, até então a cidade polo da região. Adjunto ao setor de comércio e serviços, o surgimento da cidade industrial e da Universidade Federal de Uberlândia, bem como o desenvolvimento do agronegócio favoreceu o município a se tornar o maior centro condensador de variadas frações de classe média e alta. Essas pessoas se deslocaram para a cidade com o intuito de montar empreendimentos, ocupar cargos públicos, estudar nas universidades, se preparar para

³ Em 2010, o IBGE registrou 604.013 moradores autodeclarados, em 2019 estima uma população de 691.305 habitantes. Em termos populacionais o município de Contagem fica “lado a lado” à Uberlândia. Em 2010, o IBGE registrou 603.442 habitantes, em 2019 a estimativa foi de 663.885 habitantes.

⁴ Até a década de 1970 a cidade de Uberaba era mais populosa da região. Todavia, com um mercado voltado para o setor agropecuário, um desenvolvimento industrial mais modesto, geografia mais complexa de habitar e um modelo de ensino superior mais restrito ao setor do agronegócio e da saúde o desenvolvimento demográfico da cidade passou a ser praticamente a metade de Uberlândia. Segundo o IBGE, em 2010, Uberaba tinha uma população de 295.988 habitantes.

concursos e viver em ambientes com redes de acesso ao contexto da era informacional. Tal fluxo migratório multifacetado arregimentou também vários segmentos populacionais pobres. Em função dos grandes desenvolvimentos tecnológicos no meio rural muitos camponeses pobres das regiões do Triângulo Mineiro, Norte de Minas Gerais, Vale do Jequitinhonha, do Norte e Nordeste brasileiro expropriados dos trabalhos servis do meio rural migraram para as periferias e ocupações de movimentos por moradias populares da cidade.

Assim, o crescimento populacional nos últimos 50 anos facilitou uma série de fluxos de mercados legais que foram, em alguns casos, se misturando com os mercados ilegais e criminais, cujas estruturas – de *modos operandi* dos roubos, furtos, sequestros, mercados do tráfico de drogas no atacado e no varejo, formas de violências, extorsões, homicídios, vinganças, assaltos à bancos e aos caixas eletrônicos, criações de coletivos criminais, inserções de coletivos de outras unidades federativas como o Primeiro Comando da Capital (PCC), surgimento de milícias organizadas e lideradas por agentes públicos da segurança -, se consolidaram no município, sobretudo, nos primeiros anos da virada do século XXI.

Em suma, esse artigo deseja refletir sobre duas indagações de como os variados agentes públicos da segurança estadual interagem com os agentes sociais locais que compõe esses mercados ilegais ou executam algum crime. Uma de teor macro e outra micro sociológica: como essas novas estratégias de políticas estaduais de segurança pública criadas em Belo Horizonte vão impactar na dinâmica do controle do crime em Uberlândia? Como ocorrerá no município a atuação dos agentes estaduais da segurança pública no que tange as ações repressivas e as ações preventivas de administração do controle dos crimes?

Ciência e política de segurança pública no Brasil: os pioneiros das ciências sociais, os militares e os políticos

No que se refere às políticas de segurança pública no Brasil, na década de 1980, com o período de redemocratização tardio e com a permanência de instituições militares no campo do controle do crime, a execução de tais políticas ocorreu, segundo pesquisadores, no modelo denominado de gerenciamento de crises (SOARES, 2006; SAPORI, 2007). Tratado como um paradoxo, como descreve Angelina Peralva, em seu livro *Violência e Democracia* (2000) houve nesse período de reconquista dos direitos civis e políticos no país um recrudescimento nos números de crimes. Apesar dos multifacetados motivos, a pesquisadora identifica o continuísmo autoritário da

gestão hierárquica das polícias e do sistema judiciário, cujo foco seletivo incide em segmentos populacionais de baixa renda.

Apesar de esse paradoxo ter permanecido com o advento da Constituição Federal de 1988, a partir da década de 1990 pode-se reconhecer uma grande contribuição de gestores oriundos das universidades, especialmente professores das ciências sociais que atuaram em diversas esferas governamentais. Nesse vínculo entre ciência e política pública, implantaram diagnósticos amparados por teorias, além de medidas administrativas que resultassem em planos de metas, constantemente monitorados, cujo objetivo primordial seria a redução das altas taxas de crimes violentos.

No início do século XXI, esse grupo de cientistas sociais conquistou notoriedade e protagonismo nesse campo ao fazer gestões de políticas com resultados bem sucedidos. Alguns deles ainda ganharam visibilidade nos meios de comunicação de massa, sobretudo nos anos eleitorais. Consolida-se em alguns cenários do campo da segurança pública os *pioneiros das ciências sociais*, antropólogos, cientistas políticos e sociólogos que desenvolvem pesquisas e gestões de políticas públicas sobre crime, violência e direitos humanos (LIMA & RATTON, 2011). Ainda nesse período, a materialização de algumas dessas experiências da gestão científica foram colocadas à prova, por exemplo, com a nomeação do antropólogo e cientista político Luiz Eduardo Soares que mesmo depois de uma passagem com final bastante conturbado pelo governo estadual do Rio de Janeiro, foi chamado em 2003, pelo presidente Lula, para assumir a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Sua tentativa de implementar o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e realizar a reforma das polícias, mais uma vez, foi frustrada e demonstrou como a inserção dos cientistas no campo da segurança pública brasileira criou muitos fluxos importantes de ações, mas no geral, levou à constituição de um campo dividido e tensionado entre pesquisadores, militares e políticos, esses últimos, em muitos casos, fazendo uma mediação de conflitos entre os dois primeiros (SOARES, 2006).

Contudo, alguns exemplos bem-sucedidos criaram como no caso de Minas Gerais, articulações mais sólidas entre esses diferentes agentes conflitantes. Ainda que por um breve período, o caso mineiro propiciou uma subordinação normativa das lógicas de gestão do campo aos conhecimentos teóricos e práticos dos cientistas sociais. Apesar das especificidades, pode-se dizer que elas são resultados dos desdobramentos do debate mais amplo no Brasil, realizado pelos Planos Nacionais de Segurança Pública que possibilitou a emergência de um modelo normativo sistêmico de políticas de segurança pública, o qual ainda incorporou um eixo específico para as políticas de prevenção à criminalidade. Nesse contexto de implantação, o novo desenho

burocrático da segurança pública estadual mineira, apesar das especificidades apresentadas, seguia as diretrizes mais amplas e harmônicas, discutidas pelos grupos de intelectuais pioneiros, militares e políticos.

Em suma, se no campo político partidário as relações de oposição entre governos do PT e PSDB não criaram relações práticas efetivas entre tais governos quando ocupavam entes federativos distintos no que tange as políticas de segurança pública de muitos Estados, como, por exemplo, o Estado de São Paulo; no caso de Minas Gerais houve um *vínculo técnico* entre o governo estadual (PSDB) e governo federal (PT), gerando recursos significativos para a replicação do programa para outras localidades.

As políticas de segurança pública em Minas Gerais

Outro sociólogo pioneiro que trabalhou para vincular as pesquisas científicas às ações de administração da segurança pública foi Antonio Luiz Paixão. Ele projetou as ciências sociais como um importante dispositivo para a formulação dessas políticas em Minas Gerais. Para Claudio Beato, essa postura normativa e aplicada da sociologia mineira, iniciada por Paixão na década de 1980, refletiu nas gestões futuras das políticas de segurança pública estaduais.

Por acreditar que a polícia era muito importante, o Paixão se juntou ao coronel *Klinger*, da PMMG, que também acreditava que a polícia tinha que mudar. Era um momento em que a sociedade brasileira estava em processo de democratização e as polícias precisavam se adaptar aos novos tempos. Das conversas do Paixão e do *Klinger* com os parceiros da Fundação João Pinheiro, surgiu a ideia que a polícia deveria ser formada fora das academias de polícia. A Fundação João Pinheiro passou a organizar os cursos da PMMG por volta de 1987, 1988. (LIMA & RATTON, 2011, p.288).

Oriundo da segunda geração dos pioneiros das ciências sociais, Beato destaca no legado de Paixão a importância do trabalho em equipe nos laboratórios de pesquisa. No Brasil, geralmente, esses laboratórios produzem pesquisas de forma solitária e artesanal. Para ele, os novos tempos exigiram novas estratégias e novos profissionais, além de uma colaboração interdisciplinar e tecnológica intensa. Esse foi um dos grandes legados para a constituição do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) que colaborou diretamente com a formatação da política estadual mineira.

Para conter as taxas de crimes violentos que aumentavam desde a década de 1990, o governo de Minas Gerais, em parceria com o CRISP, a Fundação João Pinheiro e outras instituições, criou no ano de 2003 um novo programa de gerenciamento das políticas de segurança

pública. Esse modelo foi elaborado dentro do plano de governo mais amplo denominado *Choque de Gestão* do recém-eleito governador Aécio Neves (PSDB) cujo objetivo principal de todos os setores do governo estadual era diminuir os gastos públicos para se atingir a meta do déficit zero. A exceção aos cortes de gastos estava no campo da segurança pública, foi a única secretaria com planejamento inicial de investimento. No livro *Aécio Neves: de facto e de jure* (2005), a autora Ana Vasco descreve a estratégica política do governador no campo da segurança pública.

A insegurança já havia tomado conta da população de Minas Gerais quando Aécio Neves assumiu o governo, em janeiro de 2003. Em todo o Estado, os índices de criminalidade eram altíssimos, as taxas de homicídio alarmantes e o sistema prisional era completamente deficiente. Com falta de vagas em penitenciárias, cerca de 80% dos detentos cumpriam pena em cadeias públicas ou distritos policiais. Essa lotação afetava muito as atividades policiais no Estado, impedindo a implementação de programas eficazes de combate ao crime e à violência. Observando esse cenário e ouvindo a opinião de sua equipe, o governador tomou uma decisão: apesar de todas as áreas de seu governo sofrerem cortes orçamentários para ajuste das contas do Estado, as ações de segurança pública não seriam prejudicadas. Ao contrário o governo buscava novos investimentos para pôr em prática um plano de ação, com 18 projetos, que visava reduzir a criminalidade em Minas, fazer a população participar do trabalho de prevenção e modernizar as instituições e a gestão na área de segurança pública (VASCO, 2005, pp. 178-179).

Nesse contexto político e científico favorável, o governo estadual de Minas Gerais criou uma metodologia gerencial da segurança pública mineira classificando aglomerados, periferias e favelas com altos índices de crimes violentos como *áreas de risco*:

Estudos de segurança pública no mundo inteiro demonstram que o crime se distribui espacialmente de forma muito desigual. Sabe-se que determinados lugares vivenciam de forma mais concentrada situações de violência e, principalmente, as periferias mais pobres são marcadas por maior concentração de processos de criminalização. Por isso é fundamental, quando da implantação de estratégias de prevenção, conhecer a distribuição espacial das violências e criminalidades, a partir de geoprocessamento e georeferenciamento de informações, que possam orientar estratégias locais de acordo com a realidade sócio-espacial (LEITE, 2007, p. 34).

Nessa perspectiva a relação entre criminalidade e distribuição sócio-espacial da população é interpretada como um dos principais problemas sociais da criminalidade nas cidades mineiras. Neves descreve em seu artigo *Manual prático da morte: a dimensão da letalidade juvenil* (2009) como a corrente teórica da ecologia do crime oferecia um conjunto de explicações para esses fatores

ambientais. Discussões sobre criminalidade e cidade oriunda da escola de Chicago seguiu, na década de 1940, um caminho conceitual com destaque para a teoria da desorganização social:

Os estudos que culminam na construção da teoria da desorganização social têm origem, como vimos na escola de Chicago, com os pesquisadores Clifford Shaw e Henry McKay. Esses autores realizam um amplo estudo na cidade de Chicago com o intuito de averiguar as possíveis causas das altas taxas de violência e criminalidade naquela localidade. A partir da pesquisa realizada, concluem que a criminalidade violenta incide com maior frequência nos bairros pobres e deteriorados de Chicago. A partir dessas tendências, os autores associaram o surgimento desses fenômenos à desorganização social e à dificuldade que essas comunidades apresentaram em conceber valores comuns e laços sociais. Esses elementos dificultariam o controle efetivo do comportamento dos membros das comunidades. Além disso, na pesquisa, também foi possível averiguar que as comunidades com alta incidência de criminalidade, além de serem marcadas pela pobreza e deterioração, eram compostas por um conjunto significativo de minorias étnicas que assim que possível se mudariam para localidades com melhores condições de vida. Pobreza, degradação, alta rotatividade residencial e heterogeneidade étnica, são para esses autores, que compunham um quadro que impossibilitava o estabelecimento de valores e concepções de vida comuns. Em decorrência disso, para eles, nesses locais, os mecanismos de controle social eram frágeis, o que não oferecia muitos obstáculos para o surgimento de altas taxas de criminalidade (NEVES, 2009, p. 185).

Segundo essa perspectiva, ao invés de priorizar a associação direta entre pobreza e criminalidade, tal argumento faz uma conexão de sentido entre crimes e localidades pobres desestruturadas. Em Belo Horizonte, o gerenciamento armado de disputa pelo comércio das drogas ilícitas por gangues, o consumo do *crack*, os mecanismos frágeis de controle social sobre os jovens, os crimes violentos, sobretudo, os homicídios ocorrem com maior probabilidade nessas localidades denominadas de aglomerados. Dessa forma, o crime e a pobreza apresentariam causalidades quando houvesse problemas de coesão social no território por falta de um controle social em moldes parecidos com o que ocorria na cidade de Chicago. Com a falta de controle social, as gangues tiveram grande liberdade para ações ilícitas assumindo o controle desses territórios.

Para Beato e Peixoto (2005) a explicação ecológica do crime oriunda da escola de Chicago deveria passar por dois eixos sociológicos: 1) as teorias da desordem física; 2) as teorias de desordem social. A primeira faz a conexão de crimes às características físicas das localidades, como prédios degradados, lotes vagos, tais ações criminosas geradoras da desordem física são denominadas como problemas das “janelas quebradas”. Com o passar do tempo sem medidas de controle social e com a desordem instalada as pessoas têm a liberdade de cometer crimes mais sérios. A segunda teoria está calculada na capacidade da população em supervisionar os seus membros, sendo esse controle exercido através de interações sociais exercidos por organizações sociais formais como comitês, clubes, instituições religiosas, Ongs, etc.

A análise ecológica da distribuição dos delitos criminais em centros urbanos conduz-nos a algumas questões de natureza teórica e de natureza prática. Em termos práticos, a questão é: por que alguns bairros e localidades de uma cidade tem altas taxas de criminalidade? Teoricamente, a literatura que lida com a hipótese da desagregação social debita essa maior incidência às características socioeconômicas das comunidades, cidades, bairros e vizinhanças. Na realidade esse mecanismo de causação não se dá de forma direta, mas como resultado do fato de áreas com maior privação relativa e absoluta provocarem incrementos de mobilidade e heterogeneidade populacional, conduzindo assim a um enfraquecimento dos laços tradicionais de controle social e, conseqüentemente, a um maior número de crimes. Contudo, evidências empíricas mostram que existem lugares em uma cidade que apresentam alta incidência de delitos cuja explicação não se dá apenas pelas características de suas populações. Existe algo a mais que se relaciona às características ambientais que podem estar favorecendo essa incidência de atividades criminosas. Uma abordagem sociológica deverá conter esses traços de lugares e grupos, em vez de focar apenas nas características dos indivíduos ou grupos sociais (BEATO & PEIXOTO, 2005, p.169).

Seguindo essa tendência ecológica da criminalidade, estudos de Beato, Silva e Silveira (2008) demonstraram como o crescimento dos homicídios na capital mineira não ocorreu de maneira homogênea. Se os números absolutos de homicídio da cidade cresceram em mais de 100%, esse crescimento concentrou-se apenas em seis áreas de aglomerados urbanos, sugerindo assim, segundo o pesquisador, um efeito de *implosão espacial de mortes violentas* em Belo Horizonte. Ao mesmo tempo, o autor menciona como medidas sistêmicas de políticas de prevenção à criminalidade conseguiriam diminuir os elevados índices de homicídios modificando a ordem social desses territórios vulneráveis.

Gráfico referente às taxas de homicídios no Morro das Pedras, nos aglomerados da cidade e nos bairros durante o ano de 2000 a 2005 permite visualizar o impacto do Programa Fica Vivo. É importante ressaltar que o programa foi implantado a partir do mês de agosto de 2002 no aglomerado Morro das Pedras, com o objetivo de reduzir os elevados índices de homicídios nesta área. No que diz respeito às taxas de homicídio nesse local, no período de agosto a dezembro de 2002 (41,91 por 100 mil pessoas) verifica-se uma redução de 25% com relação à taxa de homicídio no mesmo período do ano de 2001 (55,88 por 100 mil pessoas). Ainda é interessante observar o quanto este programa foi impactante na redução das mortes se analisarmos os valores da taxa de homicídios nos dois períodos do ano de 2003, momento em que o programa fica sem uma coordenação ou mesmo sem a continuidade das atividades desenvolvidas a partir da sua implementação. Nesse caso, há um crescimento gradativo das taxas, passando para 48,90 por 100 mil pessoas nos meses de janeiro a julho de 2003 e alcançando a cifra de 55,88 por 100 mil pessoas nos meses de agosto a dezembro desse mesmo ano (BEATO, SILVA & SILVEIRA, 2008, p.84).

Através dos números apresentados os pesquisadores corroboram a eficácia do Programa Controle de Homicídios Fica Vivo! Esse programa se tornou premiado, de grande sucesso e

repercussão internacional, com a publicação de boletins e artigos científicos demonstrando que em apenas seis meses de sua instalação o número de homicídios foi reduzido em 25%. No período de 2003, elencado pelos autores como período de abandono do programa, os números de homicídios foram aumentando até atingir, no segundo semestre, o exato crescimento de 25%. Os pesquisadores ainda mencionam que se compararmos a área de extensão de 300 metros no entorno do aglomerado os resultados são ainda mais expressivos. No período de agosto a dezembro de 2002 houve uma diminuição de 50% nos homicídios. Apesar das pesquisas publicadas mencionarem quase que de forma exclusiva o Programa Fica Vivo como a grande política de redução dos homicídios, como dito, os programas de prevenção à criminalidade tiveram sua construção nesses aglomerados amparada por todo um modelo sistêmico.

Em Minas Gerais, essa política sistêmica também seguiu um modelo oriundo do campo da epidemiologia, nas quais as iniciativas incidem em uma escala com três grandezas. Chamadas de ações primárias, secundárias e terciárias cada uma dessas grandezas pretendeu gerir de maneira complementar iniciativas sobre nichos de segmentos populacionais distintos. O Programa Mediação de Conflitos e o Programa Fica Vivo foram os programas primários, alojados nos Centros de Prevenção à Criminalidade (CPCs) que trabalham com a população classificada de área de risco. Os dois programas possuem um alto vínculo sendo que o Programa Fica Vivo atua na faixa etária juvenil e o Programa Mediação de Conflitos com toda a faixa etária populacional desses territórios. A Central de Penas Alternativas (CEAPA) é o programa de caráter secundário por atender pessoas que prestam medidas de penas alternativas ou pecuniárias. O Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional (PrEsp) é o programa de caráter terciário cujo objetivo é atender pessoas egressas do sistema prisional, familiares e agregados. Geralmente, o CEAPA e o PrEsp ficam alojados nos CPCs de base municipal, mas também realizam ações nos CPCs locais.

Com o objetivo de envolver e relacionar o governo estadual com as prefeituras locais, nos termos de parceria estas são as responsáveis por subsidiar as condições estruturais dos CPCs, enquanto que o governo estadual fica responsável pelo desenvolvimento da política de segurança. Alguns convênios com organizações não governamentais foram celebrados pela secretaria. Dentre eles, destacou-se o convênio com o Instituto Elo, instituição do terceiro setor que realiza a gestão dos programas de prevenção à criminalidade. Toda a parte executiva desses programas como a contratação de gestores, técnicos sociais, administrativos, oficineiros, incluindo as celebrações dos convênios locais com as prefeituras, foi terceirizada para o instituto.

Em síntese, os gestores sociais são os responsáveis pelo funcionamento do CPCs municipais e locais, bem como os fomentadores das redes sociais em toda a cidade e nas localidades

consideradas áreas de risco. Os técnicos sociais são os funcionários responsáveis pela sistematização, ação e monitoramento da metodologia de cada programa. Os oficinairos são os agentes que realizam atividades com jovens de 14 a 25 anos, essas atividades são artísticas, esportivas e de qualificação profissional. Adjunto ao aspecto sistêmico das políticas sociais focadas na proteção social da prevenção à criminalidade, a aplicação de ações de intervenção estratégica visava constituir governos de repressão qualificada. Segundo Beato e Peixoto (2005), além de ser muito recente a discussão acerca de modelos de prevenção à criminalidade, na prática há uma oscilação entre esses dois polos antagônicos quase nunca trabalhados de forma integrada:

Programas e políticas são concebidos num movimento pendular que ora oscila na direção das reformas sociais de grande escala, ora pende para o uso intensivo de estratégias policiais, repressivas e punitivas. Posto dessa maneira, a contradição entre eles se torna visível não obstante engenhosas retóricas que visam a compatibilizá-los. Políticas repressivas supõem estratégias e programas centrados nas organizações do sistema de justiça criminal, em especial a polícia, que visam a incrementar sua eficiência embora não se saiba muito bem como avaliá-la. Políticas sociais, por sua vez, tem que encarar com clareza a tensão que se coloca entre objetivos que precisam ser universalmente postos, e a necessidade de ações focalizadas a partir de incidência de criminalidade. Contudo, a tensão expressa nessa oposição não tem produzido bons resultados, indicando claramente deficiências de ordem cognitiva que orientam as premissas subjacentes a essas abordagens (BEATO & PEIXOTO, 2005, p.170).

Para acabar com essa polarização, o governo estadual criou uma articulação entre a rede de proteção social e a repressão qualificada da PMMG, constituída com o modelo do Grupo Especializado de Policiamento em Área de Risco (GEPAR). Inspirado no Grupo de Policiamento de Áreas Especiais do Rio de Janeiro (GPAE), criado no ano 2000, o agrupamento mineiro tem como objetivo principal articular estratégias de polícia comunitária, repressão policial e prevenção da criminalidade em bairros denominados de área de risco. No eixo da proteção social, um dos objetivos principais das equipes dos CPCs locais é fomentar as redes sociais de acessos a serviços básicos para os usuários dos programas. Dentre os vários objetivos as redes protetivas está uma articulação complementar para os usuários acessarem, por meio de encaminhamentos, outros tipos de serviços públicos, tais como jurídicos, educacionais, de saúde, artísticos, esportivos, etc.

Portanto, dessa articulação de paradigmas diferentes no que tange o pensamento social da prevenção à criminalidade o governo mineiro criou um grande desafio em tentar mobilizar essas instituições com filosofias bem distintas para as cidades de médio porte do interior. Nesse contexto, um dos objetivos específicos da pesquisa foi o de confrontar os procedimentos normativos e metodológicos da SEDS com as práticas sociais dos seus profissionais em Uberlândia, cidade que

fica há quase 550 km de distância da capital. O município situado no Triângulo Mineiro é a segunda maior população de Minas Gerais estimada, em 2017, em quase 680.000 habitantes.

A profusão das políticas de prevenção à criminalidade para o interior de Minas Gerais: o caso de Uberlândia

Os programas de prevenção à criminalidade em Minas Gerais se ampliaram, ganhando lenta profusão para os municípios do interior do Estado. Em 2008, a SEDS contava com 21 CPCs de base local, sendo nove em Belo Horizonte, sete na região metropolitana e apenas cinco nas demais cidades do interior – Montes Claros, Governador Valadares, Ipatinga, Uberlândia e Uberaba. Dessa forma, a concentração na capital e região metropolitana e a profusão homeopática para as cidades interioranas de outras regiões fizeram das políticas de segurança pública estaduais ações governamentais assimétricas entre as cidades mais populosas do Estado.

Cabe ressaltar, por outro lado, que a implementação da política estadual de segurança pública concentrou-se em boa medida nos municípios que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Houve uma nítida focalização dos investimentos e projetos nessa região do estado, principalmente no eixo da integração das organizações policiais e da prevenção social da criminalidade (SAPORI, 2007, p.153).

Além desse problema de infraestrutura básica, outro problema foi a metodologia dos diagnósticos da prevenção à criminalidade. Tendo como modelo piloto Belo Horizonte, cuja população em muitas localidades pobres vive em aglomerados com altos índices de adensamento populacional, os gestores da SEDS encontraram outras realidades territoriais. No município de Uberlândia, por exemplo, as características geográficas, de planejamento urbano e da ocupação populacional, a partir de longos espaçamentos territoriais, formaram uma população urbana com baixo adensamento e maior dispersão espacial.

Portanto, os bairros classificados como áreas de risco no município, foram localidades que abrigaram conjuntos habitacionais, ocupações e invasões, constituídas por grandes áreas vazias, terrenos baldios, áreas sitiadas e pequenas fazendas. As localidades são planas, possuem acessos fáceis e possibilidade da livre circulação de automóveis e pessoas nas ruas. Com esse modelo urbano e geográfico, a cidade não configurou nenhuma região de aglomerados, situados principalmente em morros ou localidades com barreiras naturais que impeçam o fluxo de transeuntes e o deslocamento de veículos. Em Belo Horizonte, por exemplo, houve a necessidade de veículos especiais para o patrulhamento em certos aglomerados.

Ademais, em Uberlândia, a distribuição espacial da criminalidade, envolvendo os crimes violentos, o tráfico e o uso de drogas, também apresentou uma dispersão espacial (Santos, 2012). Ao sistematizar as séries históricas do conjunto dos tipos de crimes violentos (roubo, estupro e homicídios), entre os anos de 1999 e 2010, verifica-se que houve na região central mais de 24 mil ocorrências, seguida do setor sul com quase 14 mil ocorrências, leste com mais de 12 mil, oeste com mais de 9 mil e norte com mais de 8 mil.

De acordo com a pesquisa, ao desmembrarmos os dados absolutos dos três tipos de crimes violentos, conclui-se que esses dados gerais correspondem de maneira expressiva ao tipo roubo, face aos tipos de homicídio e estupro, cujos registros de ocorrências são bem inferiores. Em termos de registros absolutos nesses 11 anos, dos 67.475 crimes violentos registrados, houve um total de 66.219 ocorrências de roubos, face aos 838 registros de homicídios e 418 registros de estupros. Em Uberlândia, os roubos concentram-se nas regiões centrais e comerciais. De acordo com os registros da pesquisadora, o maior número de roubos contabilizados está no centro, seguido de bairros comerciais localizados no seu entorno, com grande fluxo de transeuntes e veículos como os bairros Martins, Santa Mônica, Tibery, Presidente Roosevelt, Brasil e Nossa Senhora da Aparecida. Importante ressaltar que as periferias consideradas perigosas, mesmo com um alto número populacional, possuem números absolutos baixos no que tange os registros policiais de roubos.

Da mesma forma, percebe-se que o escopo territorial de apreensão por tráfico de drogas em números absolutos na cidade também gerou uma dispersão espacial. Observando a relação entre a apreensão de drogas por tráfico por bairros, percebe-se como a pulverização dos registros policiais na cidade é extenso. Assim, importante inferir como esses dados demonstram uma difusão do consumo e do comércio desses bens ilícitos, em bairros periféricos e centrais, populares e classe média.

Com exceção do bairro Lagoinha, com 19.9/1000 hab. A taxa média está dispersa em 22 bairros, muitos deles centrais e comerciais, com taxas entre 6.05/1000hab. e 19.8/1000hab. Importante ressaltar como os dados absolutos e as taxas populacionais dos bairros demonstram a difusão do consumo e do comércio desses bens ilícitos. Em suma, o registro do tráfico de drogas na cidade é muito amplo, englobando de forma mais intensa os bairros periféricos com alto número de homicídios e, de forma um pouco menos intensa, outros bairros periféricos e bairros comerciais com alta incidência de roubos.

Outros mapas construídos pela pesquisadora no que se refere aos crimes de homicídio, roubos e apreensão para o consumo de drogas, praticados na cidade entre 1999 e 2010, também demonstraram uma tendência das ações criminais registradas pela Polícia Militar à dispersão

territorial. Assim, esses números desvelam como o contexto urbano de Uberlândia apresentou uma realidade diferente em sua ecologia do crime se comparados ao contexto de Belo Horizonte.

Foi nesse contexto que em 2005, a SEDS em parceria com a Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU) e o Instituto Elo, efetuou estudos na cidade com objetivo de implantar os CPCs no município. A cidade acolheu um de base local situado no centro e outro de base territorial nos bairros mencionados do setor leste. O CPC de base local recebeu o Programa Controle de Homicídios Fica Vivo e a colaboração do GEPAR. Após dois meses, outra localidade, o bairro Jardim Canaã foi o segundo bairro classificado como área de risco. Nessa localidade houve a efetivação apenas do policiamento do GEPAR. Parte da população e dos próprios policiais do grupamento que ali atuavam se mobilizaram para pleitear um CPC e as oficinas do Programa Fica Vivo na localidade. Somente em 2015 o bairro Jardim Canaã recebeu a segunda base territorial na cidade.

Enquanto isso, no outro lado da cidade, na região do Canaã começava a aparecer [mais homicídios]. O próprio GEPAR do Canaã, lá já tinha um GEPAR há muito tempo, tinha um comandante lá, mas não me lembro o nome dele. E ele chegou a apresentar para a gente, ele chegou lá na equipe técnica, não agendou nada, e falou para a gente: “Eu queria saber como eu faço para comunicar com o pessoal de BH, através de vocês”. Eu fiquei surpresa né, ele veio lá do Canaã para falar com a gente. Ah, eu sou comandante do GEPAR de lá, e a gente precisa do Fica Vivo lá. Isso, acho que foi em 2008 que ele teve essa conversa com a gente, a gente ainda estava na sede antiga da Calixto Milken. E ele levou um calhamaço de coisas que ele juntou sabe, tipo querendo comprovar, dados que comprovassem que o Canaã merecia ter uma equipe do Fica Vivo. “A gente precisa da base social lá, que não tem. Tem uma Ong ou outra, mas não tem uma coisa organizada”. E ele já tinha participado de capacitações em BH e veio falando muito bem de lá, que tinha uma orientação metodológica e a distância e ele queria implementar isso lá e só agora que está chegando, por isso eu acho um pouco tardio em relação ao tempo que o pessoal de lá vinha apontando isso, né.

5

Em 2006, a classificação das áreas de risco foi se expandindo no município de Uberlândia, até atingir os quatro setores periféricos da cidade. Morumbi e bairros irregulares no setor leste, Jardim Canaã no setor oeste, bairro São Jorge no setor sul e bairro Tocantins no setor norte. No ano seguinte, as classificações se expandiram para outras localidades e bairros circunvizinhos. Com exceção do setor leste que acolheu um Centro de Prevenção à Criminalidade, todos os bairros foram policiados pelo GEPAR, mas não desenvolveram o eixo das redes de proteção e prevenção social.

⁵ Entrevista feita com técnica social do Programa Fica Vivo! realizada no dia 12 de setembro de 2013.

Nesse cenário teórico e de gestão do governo estadual, na longínqua cidade interiorana houve uma primazia por parte das instituições do governo estadual da repressão qualificada em relação à proteção social. Na prática, a implantação das novas medidas de segurança pública levou para os bairros periféricos pobres de Uberlândia o policiamento, desvinculado da metodologia preventiva proposta de constituir uma relação dialética com as redes protetivas. Sem os CPCs, os programas primários e as redes de proteção social, a repressão qualificada também ficou parcialmente fraturada pela ausência das equipes sociais e da constituição das redes de proteção social, realizadas pela gestão e técnicos sociais dos programas primários de prevenção. Pode-se dizer assim que a repressão praticada foi uma repressão meio-qualificada!

Se tomarmos ainda a experiência inicial do CPC local do bairro Morumbi, dentre as dificuldades mais explicitadas pelos gestores e técnicos sociais ao trabalho do Programa Fica Vivo, foi a sua execução sem a constituição do Programa Mediação de Conflitos.

É uma equipe pequena só eu e ele, agora funcionaria melhor e aí quando você for em Uberaba vai ver isso, por causa do Mediação de Conflitos. Todas essas demandas que chegam você pode dividir entre quatro pessoas, porque você teria mais dois técnicos atuando na Mediação de Conflitos. E aí necessariamente um do direito, até para poder fazer essa mediação de conflito do micro: “Ah, minha galinha voou para a casa do vizinho, eu quero pegar ela de volta”. Aí tem um advogado para resolver, a questão da separação, divórcio... A gente acaba ligando para uma colega nossa que é advogada do PrEsp para ela estar assessorando a gente, porque não temos essa bagagem, sabe. E mesmo assim não nos compete. Você começa a ocupar outras lacunas e acaba prejudicando que uma política pública possa ocupar de fato atribuições de sua competência⁶.

Como os programas de prevenção estão ligados de maneira sistêmica, e os dois programas ainda mais pelas características de prevenção primária, a execução das várias tarefas cotidianas, principalmente dos técnicos sociais, em alguns casos ficavam sobrecarregadas ou duplicavam. À época da inclusão do Programa Mediação de Conflitos no CPC do bairro Morumbi os técnicos sociais do Programa Fica Vivo comemoraram bastante a chegada dessa nova equipe que propiciou ações em conjunto, articulando o jovem à família.

Então a política de prevenção à criminalidade não é formada apenas pelo Fica Vivo, tem o PrEsp, o CEAPA e o Mediação de Conflitos. O Mediação de Conflitos também é de base territorial, lá em Uberaba você encontra o Mediação de Conflitos, aqui a gente tem essa carência. Por uma questão política, acreditava-se que o PISC [Programa de Inclusão Social] na época realizava o serviço que o Mediação faz. Depois o PISC vira CRAS [Centro de Referência em Assistência Social] e perde esse caráter de mediação. O Mediação de Conflitos vai atender a faixa-etária que o Fica Vivo não atende, são os pais. Que o nosso público é

⁶ Entrevista realizada com o técnico social do Programa Fica Vivo, no dia 28 de dezembro de 2012.

circunscrito, ele é bem circunscrito é território e idade, né. Então, você tem de doze a vinte quatro anos em uma determinada região, acima disso a gente pode acolher, mas não é o nosso foco. O pai de um menino está com problemas com vizinhos, ele pode até vir, mas nós vamos encaminhar para o CRAS⁷.

Dessa maneira, pelo problema de um pacto federativo entre a prefeitura que não permitiu a implantação do programa estadual por ter um programa parecido no município, mas que meses depois foi desativado, o Programa Mediação de Conflitos só foi incorporado tardiamente, em outubro de 2012.

Com um quadro de profissionais qualificados entre os técnicos sociais, gestores sociais e oficinairos, o CPCs de Uberlândia, apesar de algumas dificuldades, conseguiu fomentar uma série de eventos, ações de prevenção à criminalidade, oficinas voltadas para as esferas produtiva, lúdica, artística e esportiva. Além dessas execuções, esses profissionais criaram a *Rede Leste* que, apesar de alguns recuos e refluxos ao longo de sua história, constituiu uma importante rede de proteção social de Ong's que reúne, discute e fomenta uma série de ações coletivas políticas e culturais nas localidades do setor. Importante ressaltar que em 2014, inspirado na Rede Leste houve a criação da rede de proteção social no bairro Jardim Canaã, a *Rede Oeste*. A iniciativa fomentada por moradores foi implantada antes mesmo dos programas de prevenção à criminalidade aportarem com uma base local no bairro.

Determinismos geográfico e biológico na administração do crime em Uberlândia

Apesar dos dados estatísticos identificarem uma ecologia do crime dispersa pelos espaços urbanos de Uberlândia, as interpretações de jornalistas, agentes da segurança pública e policiais classificaram ao longo desses anos certos bairros da cidade como *territórios do tráfico*.

A reportagem intitulada *Consumo de Drogas: seis bairros formam o anel do crime*, publicada pelo jornal Correio de Uberlândia (MOTA, 2015), apresentou uma análise da Polícia Civil (PC) que reforça o discurso e o ponto de vista das classificações territoriais da criminalidade amparadas na teoria da desorganização social: “os bairros Morumbi, Dom Almir, São Jorge, Canaã, Esperança e Lagoinha formam o que a Polícia Civil de Uberlândia chama de ‘anel do crime’ por causa do alto índice de tráfico e consumo de drogas registrados nessas comunidades”.

Assim, as ações das polícias ao combinar a classificação de anel da criminalidade da Polícia Civil com a classificação de área de risco da Polícia Militar criaram relações complementares,

⁷ Entrevista realizada com o técnico social do Programa Fica Vivo, no dia 18 de dezembro de 2012.

mesmo que inconscientes, cuja equação institucional pode ser sintetizada: *o conjunto de bairros áreas de risco integra o anel da criminalidade*.

Ademais, ao classificar tais bairros das periferias pobres como territórios do tráfico, áreas de risco ou anel da criminalidade, os dispositivos preventivos e repressivos de policiamento, baseados nesses mapas criminológicos, criaram um ciclo vicioso em potencial para as localidades enquadradas. Logo, o grupamento do GEPAR com sua missão focada no combate do uso, tráfico de drogas e homicídios, através de protocolos de policiamento de resultados, aumentou de forma sem precedente a probabilidade de esses registros ocorrerem com os jovens dessas localidades. No que se refere ao consumo e comércio de drogas, os registros dessas estatísticas na prática geram uma interpretação menos focada nas apreensões de drogas sobre outros bairros, sobretudo de classe média e alta, além de instituições públicas e privadas – como escolas, universidades, bares, boates, festas em repúblicas, eventos em praças públicas – espaços urbanos isentos de policiamentos com esses protocolos.

Vale se atentar aos principais alvos dessas políticas de segurança pública desde sua origem em Belo Horizonte. As ações científicas amparadas em procedimentos teóricos e metodológicos geraram efeitos colaterais que incutiram *determinismos geográficos*⁸ (BOAS, 2007) nessas localidades. Diferente do jovem de outros bairros, o jovem, geralmente, negro habitante da área de risco possui um sistema de vigilância especializado e qualificado que, em muitos casos, repercute na sua vida cotidiana. Todavia, apesar dos esforços microsociais dessas instituições de prevenção à criminalidade, seus efeitos foram muito efêmeros e homeopáticos em relação ao contexto macrossocial da repressão qualificada. Com o processo de segmentação das áreas de risco nas periferias da cidade, sendo atendido quase que exclusivamente pelo policiamento do GEPAR, o resultado foi um tipo de gestão do controle do crime que acelerou e elevou o encarceramento juvenil na cidade.

A reportagem intitulada *Jovens Presos em Uberlândia aumentam 1300% em 10 anos* realizada pela jornalista Layla Tavares, publicada no jornal Correio de Uberlândia, do dia 15 de setembro de 2015, apresentou os seguintes números:

⁸ Ao desconstruir a perspectiva evolucionista na antropologia, teoria que desenvolveu noções hierárquicas entre seres humanos colocando os valores europeus e Iluministas como superiores aos outros povos, o antropólogo Franz Boas descreveu que em muitas pesquisas esses antropólogos descreviam que certos condicionantes geográficos determinavam o comportamento, o grau cognitivo e os aspectos morais de suas populações como superiores ou inferiores. O determinismo biológico seria a classificação genética dessas diferenças hierárquicas. Atribuem aos aspectos genéticos capacidades inatas hierárquicas que as pessoas teriam de se comportar em sociedade. Em síntese, os homens teriam atributos cognitivos e morais superiores às mulheres, os brancos em relação aos negros, os adultos em relação aos idosos e crianças. No caso da sociedade brasileira, a perspectiva evolucionista adentrou como ciência, governo e projeto de nação, cuja pretensão seria o processo de *branqueamento da nação* (SCHWARCZ, 1993)

A quantidade de jovens entre 18 e 29 anos presos em Uberlândia aumentou mais de 1300% nos últimos 10 anos. No mesmo período, entre 2005 e 2015, a população carcerária da cidade cresceu 142%. Atualmente, a Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga e o Presídio Professor Jacy de Assis abrigam 2.743 pessoas, das quais 1.548 (56,4%) são jovens. Os dados são da Secretaria de Segurança Social de Minas Gerais. De acordo com o Estatuto da Juventude, pessoas com idade entre 18 e 29 anos são jovens (TAVARES, 2015).

Nesse aspecto Uberlândia segue a tendência brasileira de um *determinismo biológico* do encarceramento juvenil, sendo registrado na cidade a mesma taxa nacional de um total de 56% da população carcerária. A diferença está na velocidade, enquanto a média nacional foi aumentando em uma série histórica maior, segundo os dados do relatório do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (Infopen) o crescimento da população dessa faixa etária na cidade foi sete vezes mais acelerado à média nacional.

Conforme dados contidos no relatório do Infopen (Sistema Integrado de Informações Penitenciárias), divulgado no fim de junho, pelo Ministério da Justiça, a porcentagem de jovens de 18 a 29 anos entre a população encarcerada no Brasil coincide com o número registrado nas unidades prisionais de Uberlândia – 56%. O crescimento nacional, porém, foi em menor escala. Enquanto em Uberlândia, de 2005 a 2014, a quantidade de jovens desta faixa etária encarcerados cresceu mais de 1300% no País, de 2005 a 2013 (último dado nacional disponível), o aumento foi de 177,9% (TAVARES, 2015).

Apesar da reportagem não trazer uma discussão mais detalhada da relação entre o número da população carcerária e a raça/etnia, apresentou um quadro que descreve o cruzamento destas categorias na série histórica entre 2005 e 2014.

Tabela 1. População Carcerária da cidade de Uberlândia: 2005-2014.

Gênero	2005	2014
Feminino	70	124
Masculino	1.063	2.373
Cor	2005	2014
Amarela	15	14
Branca	491	920
Parda	459	1.147
Preta	168	416

Fonte: (TAVARES, 2015).

Em 2014, houve o aumento de 249% da população negra encarcerada em relação a 2005, enquanto a população branca subiu 187%. Diante dessa conexão de sentido os aspectos macrosociais do conjunto desses dados apresentados sobre a população carcerária na cidade, a implementação de “policiamentos comunitários” com ênfase na repressão qualificada e os aspectos microsociais da implementação homeopática dos programas estaduais nas periferias, conclui-se que o controle do crime pelas instituições de segurança pública mineira no município de Uberlândia corrobora a tendência estadual e nacional do racismo institucional, cuja seletividade esta majoritariamente na vigilância de localidades habitadas por jovens negros do gênero masculino.

Os modelos de mercados de consumo e compra de drogas ilícitas

Apesar dos dados apresentados, o percurso etnográfico da pesquisa (BONESSO, 2018) descreveu outros três modelos de mercados de drogas, além do modelo que ocorre nas regiões periféricas (classificados pelos múltiplos agentes da segurança pública, como áreas de risco ou anéis de criminalidade). O primeiro modelo de tráfico de drogas descrito foi o *político-empresarial*. A pesquisa tomou como base o relatório conclusivo da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico de Minas Gerais, que documentou a acusação a políticos, empresários e servidores da área da segurança pública (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS, 2000). No relatório conclusivo da CPI do narcotráfico em Minas Gerais foram apresentados sete casos investigados: i) o caso Fernando Beiramar: a crônica de uma fuga anunciada; ii) investigando o narcotráfico em Governador Valadares: a droga no saco de pão; iii) investigando em Montes Claros: os caminhos das drogas; iv) Ipaba e Governador Valadares: o sistema penitenciário mais uma vez; v) a droga no Triângulo Mineiro; vi) o caso de Contagem: as drogas no supermercado; vii) a Divisão de Tóxicos e Entorpecentes e as tentativas de cercear os trabalhos da CPI. No quinto caso

Em uma das maiores seções da CPI em Uberlândia, um informante da Polícia Civil acusou policiais da cidade, em especial um inspetor, de inúmeras atividades ligadas ao tráfico de drogas e a outros crimes correlatos. Do documento ainda consta o depoimento de um preso acusando o referido inspetor, outros policiais e um advogado de extorquir um veículo popular de sua propriedade. A esposa de um traficante acusou o mesmo inspetor de extorquir frequentemente de seu marido. Entre as acusações contra esse e outros agentes da segurança pública estavam: i) ligação com criminosos, dando proteção em troca de vantagem financeira; entre os protegidos do policial, estaria um receptor de cargas roubadas; ii) o patrimônio do referido policial e de seus familiares

seria, muitas vezes, superior à sua capacidade financeira; iii) realização, por outros policiais, de escolta de carga de cocaína para um traficante; v) participação dos policiais militares em ilegalidades. Em outras cidades da região policiais civis, policiais militares, fazendeiros, prefeitos, vereadores também foram acusados, sendo que alguns presos em função das ações da CPI.

O segundo modelo foi o da *rota caipira*, que desvelou mercados das drogas nas fazendas via transporte aéreo, descobertos por operações da Polícia Federal e publicados pela imprensa local. Região de divisa com o estado de São Paulo e relativamente distante da capital mineira, o Triângulo Mineiro⁹ sofreu uma forte influência paulista também nos mercados das drogas distribuídas no atacado e varejo. Com forte difusão no interior paulista, o modelo da rota caipira (PERALVA; GALLO; SINHORETTO, 2012) utiliza aviões de pequeno porte e as fazendas como áreas para o pouso e descarregamento de pequenos e grandes lotes de drogas. Esse *modus operandi* de distribuição aérea da droga se deslocou para as cidades da região, não apenas para abastecer o mercado interno do Triângulo Mineiro, mas também como entreposto para cidades e unidades federativas mais distantes.

O terceiro modelo é o *cult*, com mercados envolvendo a população artística, intelectual universitária, de classe média e alta das cidades. Desde a década de 1990, no espaço de convivência conhecido como Jambolão, situado entre os blocos das Ciências Humanas da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), o local é utilizado como um espaço público de uso e comércio de drogas, sobretudo de maconha. Mesmo sendo uma prática habitual, vale mencionar que a maioria das pessoas que utilizava a área de convivência não era usuária de drogas. Dessa forma, o uso de substâncias ilegais no espaço, muitas vezes, foi normatizada por alunos não usuários, professores, seguranças públicos, funcionários terceirizados e demais autoridades que possuíam conhecimento sobre os hábitos ilegais, mas mantinham boa convivência com os alunos que frequentavam o local até os primeiros anos do século XXI. Por volta de 2010, alguns roubos e sequestros que ocorreram na universidade fizeram com que houvesse repressões policiais dentro dessa microárea, gerando uma série de protestos por parte de alunos que eram abordados indevidamente de forma abusiva e, também, elogios de pessoas que desejavam a diminuição das ações de violência, roubo e consumo de drogas no local.

⁹ Por mais que o Triângulo Mineiro tenha um dos melhores indicadores de desenvolvimento urbano e econômico em Minas Gerais, sua localização é marcada por uma região de entreposto, de fronteira, com características geográficas que destoam das demais regiões mineiras: ambiente de cerrado, com territórios mais planos e clima mais seco. Esses aspectos culturais, ao longo do século XX, criaram desejos separatistas. Parte da população, da imprensa e de frações de lideranças políticas trabalharam para criar uma Unidade Federativa separada de Minas Gerais. Mesmo com esse peso do movimento separatista, não há uma negação total dos valores mineiros. Como aponta um grande empresário da cidade de Uberlândia, o *triangulino* pode ser classificado como “um matuto igual goiano, arrojado igual paulista e pensador igual mineiro”.

No início dos anos 2000, outra especificidade na dinâmica criminal começou a ser relatada por moradores: a suposta entrada do PCC nos mercados de drogas das periferias, presídios e penitenciárias das cidades. Na mídia televisiva e impressa, pode-se afirmar que até 2011 havia um tabu em se veicularem notícias relacionadas ao coletivo paulista. Nesse referido ano, apesar de se iniciar a divulgação mais sistemática de notícias, a imprensa local ainda tratava os casos como suposições. Em 2012, a mídia local e o blog do Grupo Especializado de Policiamento em Área de Risco (GEPAR) de Uberlândia não colocavam mais o assunto como tabu, ao relatarem prisões de criminosos com suposto envolvimento ou portando estatuto do comando paulista.

Assim, interpreta-se como os dois primeiros modelos de tráfico de drogas possuem uma associação com uma economia do atacado arregimentada por profissionais liberais de classe média e alta; o terceiro modelo descreve múltiplos mercados do varejo dentro e no entorno da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) realizados por estudantes de classe média e o quarto modelo mescla a economia do atacado e do varejo nos bairros periféricos com mudanças a partir do fortalecimento do Primeiro Comando da Capital (PCC) na região. Além disso, é perceptível como as intersecções entre esses mercados também se tornaram comuns, criando zonas de circularidades entre eles. Por fim, vale ressaltar como a percepção sobre o consumo e tráfico de drogas de segmentos populacionais locais, dos gestores estaduais do controle do crime e dos agentes das polícias locais recaíram apenas sobre a gestão do modelo periférico, sobretudo segundo os dados estatísticos no universo juvenil pobre de meninos negros.

Ademais, a utilização da categoria traficante atinge apenas o modelo periférico, nos outros três modelos ligados à produção, circulação e consumo mesmo quando presos por flagrantes de grandes quantidades as estratificações sociais médias e altas – empresários, agentes da segurança pública, políticos, jovens estudantes – percebe-se que essa categoria não é utilizada nem pela população, nem pela imprensa e nem pelos agentes de justiça.

As *redes* de ações sociais das políticas de prevenção à criminalidade

Ao longo da pesquisa, foram realizadas inúmeras entrevistas, reuniões, visitas e observações etnográficas dos gestores, técnicos sociais e oficinairos dos programas de prevenção à criminalidade, além de outras organizações (públicas, privadas e do 3º setor) que compõe as redes Leste e Oeste. Esses profissionais estão “na ponta” dos programas preventivos se relacionando diretamente com a população classificada como área de risco, sobretudo, com jovens, familiares e outras instituições que formam as *redes locais* de proteção social. Apesar da grande maioria dos

profissionais reconhecerem a residual eficácia de suas ações sociais em relação ao eixo da repressão qualificada da segurança pública e de fato não terem conseguido uma mudança estrutural no atual quadro de encarceramento e da criminalidade na cidade, é inegável que as ações dos técnicos, gestores e, principalmente dos oficinairos do eixo da prevenção à criminalidade são experiências que possuem dimensões capilarizadas que colaboram para uma melhor condição de vida do jovem dessas localidades pobres, de egressos do sistema socioeducativo e prisional.

Apesar dos altos e baixos na mobilização das Redes Leste e da Rede Oeste, suas ações coletivas demonstram a constituição e consolidação de organizações sociais que são preocupadas com os serviços públicos de lazer, educação, saúde, ressocialização e assistência social das populações moradoras das regiões de atuação. Em síntese, percebem que não conseguem uma mudança efetivas nas regiões que atuam, mas consideram que as ações psicossociais “fragmentadas” de atendimento individual aos usuários podem fazer a diferença para um jovem ou uma família que necessita de serviços públicos. Os atendimentos psicossociais em certos casos conseguem inserir o jovem em redes de serviços de proteção social, sobretudo nos campos da saúde, educação e assistência social. Nessas ações coletivas de mobilização encontram-se principalmente os Gestores e Técnicos Sociais dos programas de prevenção à criminalidade Fica Vivo!, Mediação de Conflitos, PrEsp e CEAPA, além das instituições públicas municipais.

“Na ponta da ponta” dos relacionamentos com os jovens classificados como vulneráveis estão os oficinairos do programa Fica Vivo! e de outras ONG’s. Esses oficinairos desenvolvem atividades esportivas, artísticas ou empreendedoras que podem levar a simples recreação momentânea até fazer com que parte do seu público crie um cuidado de si – corporal e de alma – para planejar uma vida saudável ou fora do “mundo do crime”. Alguns oficinairos possuem relações viscerais com a comunidade, independente de terem bolsas¹⁰ ou forem vinculados profissionalmente à ONG’s, instituições privadas e públicas. Muitos deles possuem uma programação à longo prazo e planejada com seus alunos. Dentre essa categoria de oficinairos, muitos levam seus alunos ou parte deles a possuírem *habitus* de disputas, competições, apresentações, *shows* e jogos com calendários previamente definidos que além do cuidado de si, desenvolvem relacionamentos e circulações públicas por toda a cidade (às vezes até em outras cidades e regiões), cuja socialização propicia um processo de *narrativa pública de performances* (BONESSO, 2018). Essas ações sociais são contrárias as ações da maioria da população juvenil

¹⁰ Uma das críticas feita por quase todos os agentes envolvidos nas políticas de prevenção à criminalidade é a remuneração dos oficinairos do Fica Vivo! por meio de bolsas. Muitas entrevistas demonstram a necessidade desse profissional ter um vínculo de trabalho formal para ocorrer uma dedicação compatível com a demanda estipulada nas normativas do Programa Fica Vivo!

dessas regiões que circulam pouco em ambientes públicos fora do bairro, (quiçá no próprio bairro fora das microáreas que habitam).

Considerações Finais: as megaoperações

Ao final da pesquisa em 2015, começa a se realizar uma série de operações e megaoperações que envolveram o Ministério Público Estadual (MPE) e a Polícia Federal no combate ao crime organizado em Uberlândia. No mês de outubro houve a *Operação Catira* que desarticulou uma das principais quadrilhas de roubo de cargas de caminhão da região. Apesar da quadrilha ter o núcleo em Uberlândia também atuava eventualmente em outras regiões do país. A operação foi organizada pela Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO-MG), coordenada pela SEDS em parceria com a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. Nessa operação foram identificados empresários dos setores de veículos, papelarias e lojas de móveis como os mentores, produtores e receptores das cargas roubadas. O autor identificado como o chefe da quadrilha era um empresário do setor de automóveis da cidade.

A partir de junho de 2016, o GAECO deflagrou a *Operação Sarendipe* que incriminou e prendeu dezenas de policiais civis, dentre eles delegados, envolvidos com práticas ilegais de suborno, extorsão e sequestro de cargas roubadas da Operação Catira. Na primeira fase, segundos os promotores, os policiais civis realizaram investigações paralelas à da Polícia Federal (PF) e mapearam as ações das organizações criminosas que atuavam no roubo de cargas na região. Em seguida, faziam o flagrante dos criminosos e os subornavam para que pudessem ser liberados, mediante a confecção de boletim de ocorrência. Outras fases foram realizadas, a partir de delações premiadas, propiciando que mais delegados e policiais civis fossem investigados, presos e condenados por outras ações criminosas que vão desde lavagem de dinheiro, receptação, corrupção passiva e ativa, até o tráfico de drogas, confirmando assim que a CPI do Narcotráfico, apesar de ter visibilizado, não conseguiu interromper as ações desses profissionais da segurança pública. Como desdobramento dessa operação um grande empresário da cidade foi preso por tráfico de drogas, o Ministério Público Estadual (MPE) concluiu que esse empresário tinha sido o mandante de um roubo de 160kg de pasta base de cocaína que ocorreu em Uberlândia em 2015. Segundo os promotores para a efetuação desse mega roubo de pasta base o “empresário” tinha contado com a participação de uma milícia composta por outros traficantes e policiais. A última fase da operação foi em julho de 2017. No total 18 policiais civis, dentre delegados, escrivães e investigadores foram presos em todas as fases da operação.

Em 19 de dezembro de 2017 houve a primeira fase da megaoperação *Operação Fênix* deflagrada pelo Gaeco de Uberlândia que culminou no cumprimento de cerca de 200 mandados em Minas Gerais, Mato Grosso e Paraná. A megaoperação contra corrupção, associação criminosa, roubos, falsidade ideológica e “outros crimes” cujo resultado foi a detenção de mais 80 pessoas, dentre elas 39 policiais civis, sendo nove delegados. Na segunda fase, deflagrada no início de 2018, mais dois advogados foram presos. Em 1º de março, outra fase foi deflagrada com mais três agentes do campo da justiça e segurança pública como alvos: um advogado, um investigador e mais um delegado. No dia 2 de março, mais um advogado havia sido preso suspeito de corrupção e obstrução de Justiça. No dia 27 do mesmo mês, empresários do ramo de ferro velhos e de veículos, além de mais policiais e delegados foram alvos de mandados de prisão em Araxá e Uberlândia. No mês de junho de 2018, foi a vez de outros empresários e policiais de Uberlândia, Uberaba e Itumbiara (GO) serem alvos da nova fase da operação. Por fim, no mês de junho, mais um delegado e outros agentes da Polícia Civil foram presos no pequeno município de Patrocínio, situado a 150 km de Uberlândia.

Em 2019, a deflagração da *Operação Torre de Babel* acusou, incriminou e prendeu oito policiais militares como integrantes de uma milícia na cidade. Não se fez nenhuma referência dessa milícia com o roubo de pasta base. Além do chefe da milícia e mais dois policiais militares acusados de serem integrantes que já se encontravam presos, foram denunciados mais oito policiais militares por envolvimento com a organização criminosa. As acusações são de roubos a banco, frigoríficos, postos de gasolinas, tentativas de extorsão, contratação de serviço para incendiar uma clínica médica, homicídios e tentativas de homicídios mediante contratação. Suas práticas criminais e *modos operandi* são muito parecidos com o PCC, sobretudo no que tange as ações de assaltados à bancos, caixas eletrônicos e tráfico de drogas.

Outras megaoperações semelhantes foram deflagradas na cidade associando os serviços da mencionada milícia com a prática de corrupção de três vereadores da cidade que foram presos depois da justiça observar fortes indícios da contratação, por parte de um dos vereadores, dos serviços desses milicianos contra motoristas de vans escolares da cidade que não estavam se enquadrando no esquema de corrupção. Vale ressaltar que essas ações ocasionaram o ataque com arma de fogo a um dos primeiros procuradores da GAECO no município, bem como o planejamento do homicídio a outro procurador da força tarefa e também a de seu filho.

Por fim, a compreensão dessas novas dinâmicas criminais no município das operações e megaoperações face a empresários, políticos e agentes da segurança pública merecem ser estudadas de maneira mais detalhada e, sobretudo, comparadas às dinâmicas pesquisadas anteriormente.

Referências

- BEATO, C. & PEIXOTO, B. (2005) Há Nada Certo. Políticas Sociais e Crime em Espaços Urbanos. In Sento-Sé. J.T. **Prevenção da Violência: o papel das cidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BEATO, C & SILVA, B & SILVEIRA, A. (2008) Prevenção de Crimes Urbanos: o Programa Fica Vivo. in LIMA, R.S. e PAULA, L. **Segurança Pública e Violência: o Estado está cumprindo seu papel?** São Paulo: Contexto.
- BOAS, Franz. (2007) **Antropologia cultural**. Rio de Janeiro: Zahar.
- BONESSO, Márcio (2018) **Prevenção à Criminalidade: arte e esporte na segurança pública em Minas Gerais**. Curitiba: Appris.
- LEITE, F. L. (2007) **Prevenção Social à Criminalidade: a experiência de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais.
- LIMA,R.S. & RATTON, J.L. (2011) **As Ciências Sociais e os Pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil**. São Paulo: FNSP e ANPOCS.
- MOTA, Eliane. (2015) **Chefões do crime organizado gozam da impunidade**. Correio de Uberlândia. Uberlândia. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/chefoes-do-crime-gozam-da-impunidade/> Acesso em: 27 mar 2015.
- NEVES, F. (2009) Manual prático da morte: a dimensão da letalidade juvenil. in OLIVEIRA, K. B. OLIVEIRA, G. G. **Olhares sobre a prevenção à criminalidade**. Belo Horizonte: Instituto Elo.
- PERALVA, A. (2000) **Violência e democracia. O paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra.
- PERALVA, Angelina; GALLO, Fernanda; SINHORETTO, Jacqueline. Economia da droga, instituições e política no Brasil: a CPI do Narcotráfico. In: AZAIS, Christian; KESSLER, Gabriel; TELLES, Vera Silva (Org.). **Ilegalismos, Cidade e Política**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p.199-228.
- SANTOS. M.A.F. (2012) **Criminalidade Violenta e contradições sócio-espaciais na cidade de Uberlândia**. Uberlândia. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geografia da UFU.
- SAPORI, L. F. (2007) **Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro. FGV.
- SCHWARCZ, L.M. (1993) **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras.
- SOARES, L.E. (2006) **Segurança tem saída**. Sextante: Rio de Janeiro.

TAVARES, L. (2013) **Jovens presos em Uberlândia aumentam em 1300%**. Correio de Uberlândia. Uberlândia. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/jovens-presos-em-uberlandia-aumentam-1300-em-10-anos> Acesso em 15 set 2015.

VASCO, A. (2005) **Aécio Neves: de facto e de jure**. Belo Horizonte: Soler editora.

Fórum Social Mundial: Palestra de Celso Daniel na abertura da Reunião Regional Preparatória

Claudio Antônio DiMauro ¹

Resumo

O Fórum Social Mundial (FSM) foi, durante muito tempo, uma das maiores referências globais em termos de articulação da reflexão e da prática de movimentos sociais altermundistas. Em novembro de 2001, portanto meses antes de sua morte, o ex-prefeito de Santo André e importante quadro do Partido dos Trabalhadores, Celso Daniel, abriu a Reunião Regional Preparatória para o II FSM em Rio Claro (SP). Com transcrição de Cláudio Antônio Di Mauro (ex-prefeito de Rio Claro), a palestra reúne importante análise daquela conjuntura, bem como a identifica caminhos para análises e abordagens a respeito dos espaços públicos.

Palavras chave: Fórum Social Mundial; altermundismo; globalização; Celso Daniel

MANIFESTAÇÃO DO PREFEITO DE SANTO ANDRÉ (SP) CELSO AUGUSTO DANIEL EM RIO CLARO (SP), 21 DE NOVEMBRO DE 2001.

(Palestra gravada e transcrita com revisão pelo autor Celso Daniel)

“Muito bom dia a todos, a todas que vieram nesse seminário preparatório da reunião de autoridades locais do fórum social Mundial, eu cumprimento em particular o Prefeito Cláudio de Rio Claro que é nosso anfitrião e que teve a feliz ideia de realizar este encontro preparatório.

Vou diretamente ao tema aqui, normalmente se é um prefeito que vai falar suponho que o que se espera deve seja falar sobre experiências concretas, talvez não tenha sido a melhor escolha, mas de qualquer maneira eu pensei o seguinte: para fazer contribuições ao Fórum Social Mundial seria fundamental que a ente tivesse condição de fazer conexões entre experiências concretas e uma reflexão um pouco mais ampla a respeito do tema que está posto aqui na mesa. Então eu parto desse ponto, que é de fazer uma reflexão mais ampla considerando o tema Descentralização, Participação e Gestão Local: alcance e limites para o desenvolvimento social e na verdade capturo três temas diferentes articulados. O primeiro, é o tema da Descentralização na sua relação com a

¹ Professor do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

gestão local e esse tema, a meu juízo, evoca a questão da Federação aqui no Brasil, a questão do nosso pacto federativo. Em segundo lugar, Participação por sua vez, remete ao tema da Gestão Participativa com uma série de desdobramentos que me parecem fundamentais. E em terceiro lugar o Desenvolvimento social combinado com a gestão local fazem, a meu juízo uma referência importante a uma relação que cada vez é mais presente nas cidades, nos locais onde moramos, que é a relação entre a exclusão e a inclusão social. Então eu gostaria de fazer algumas observações a respeito de cada um desses aspectos, porque eles são diferentes embora articulados e em última instância é isso que está sendo proposto como tema para esta mesa.

Para começar, portanto com relação à gestão local, o último tema, desenvolvimento social. Eu quero entender a gestão social como estreitamente vinculada à ideia de uma gestão pública voltada a garantir condições para a inclusão social da maioria da população. E aqui existem questões que deveriam ser abordadas. A primeira delas é a seguinte: na Europa o tema e a nomenclatura exclusão social são algo relativamente recentes, de últimos anos. Porque em última instância a exclusão que muitos desses países e muitas cidades desses países estão vivendo hoje diz respeito exatamente à maneira como se concretizou o processo de globalização. Quer dizer, a maneira do processo de globalização levou ao aparecimento de situações de exclusão, que a rigor não existiam desse modo no período anterior.

No Brasil a questão é mais grave, porque nós temos a superposição dessas novas dimensões (essa nova forma como se apresenta a exclusão social em função dessa globalização desigual), sobre uma exclusão histórica que já tínhamos devido a nossa profunda desigualdade de distribuição de renda, por exemplo. É acentuada também por preconceitos com relação ao gênero, raça e assim por diante. Todo o debate que foi travado, (principalmente durante a década de 70 na América Latina) sobre a marginalidade urbana, não era outra coisa senão aquilo que hoje a gente, legitimamente chama de exclusão social. então trata-se de um tema absolutamente na ordem do dia para nós aqui no Brasil, porque não se trata apenas de consequências diretas e danosas do processo de globalização, mas da conjugação destas com problemas herdados, de exclusão social, extremamente graves que temos em nosso país.

Ao lado disso, faço uma referência ao fato de que essa dialética exclusão e inclusão social envolve inúmeras e diferentes dimensões. Porque uma coisa é você falar de pobreza e remeter a pobreza à falta de emprego. Outra coisa é lembrar que exclusão – inclusão social tem a ver com várias dimensões da vida das pessoas, várias maneiras pelas quais as pessoas se sentem incluídas ou excluídas na sociedade, na comunidade onde vivem. Sem dúvida alguma, a dimensão econômica, o problema do desemprego, a falta de oportunidade de geração de trabalho e renda têm

centralidade e representam algo absolutamente fundamental. Mas também há exclusão, por exemplo do ângulo social, dos serviços públicos que garantam a cidadania como educação e saúde. Há também a exclusão social vinculada à discriminação: discriminação contra as mulheres, discriminação de gênero em geral, a discriminação de “raça”. A Semana da Consciência Negra vem realmente em muito boa hora para resgatar o tema da discriminação racial no Brasil, que muitas vezes fica oculto, colocado “embaixo do tapete”.

Mas temos também formas de exclusão tipicamente urbanas. Por exemplo, as nossas cidades são caracterizadas por uma parcela muito grande de espaços e territórios ilegais, clandestinos onde as pessoas não têm condições adequadas de moradia, infraestrutura, nem sequer têm a posse da terra e isso causa uma insegurança tremenda nas pessoas, além de estarem submetidas aos preconceitos daqueles que moram em outros lugares mais valorizados. Uma baixa autoestima, portanto, da comunidade mesmo no âmbito metropolitano, que não é o caso aqui de vocês, mas é o caso aqui de vocês, mas é o caso já, por exemplo, em Campinas. No âmbito metropolitano, normalmente existe um centro metropolitano e existem as periferias metropolitanas e essas cidades periféricas metropolitanas também se veem numa situação de exclusão no outro sentido considerado.

Portanto, há a exclusão propriamente cultural, exclusão não somente de acesso aos bens culturais, ao lazer, à cultura, ao esporte, mas também à exclusão subjetiva, da falta de perspectiva em relação ao mundo, aspectos subjetivos que impactam diretamente na qualidade de vida das pessoas. Não são meramente objetivas, como garantir instrumentos, serviços públicos e assim por diante. Assim, se a exclusão é multidimensional naturalmente faria sentido pensar políticas públicas locais que digam respeito não apenas a setores específicos, mas também uma política de educação, de saúde, uma política de geração de trabalho e renda, uma política cultural e assim por diante. Faria todo sentido nós pensarmos uma integração em torno dessas várias iniciativas, ou seja, a ideia de criar condições para que as pessoas nas nossas cidades possam transitar de uma situação de exclusão que pode envolver uma ou inúmeras dessas dimensões que eu comentei para uma situação de inclusão social.

Isto exige uma verdadeira revolução na maneira de fazermos gestão pública, porque vocês sabem muito bem que, tanto nas prefeituras como no estado o trabalho se apresenta compartimentado. Existem diversas Secretarias que muitas vezes não se conversam direito e é muito difícil fazer trabalhos conjuntos; mas trabalhos conjuntos são fundamentais, porque por um lado, aumentam a eficiência do uso do serviço público, por outro lado permitem melhores resultados de cada um dos programas considerados, por exemplo de saúde, educação, formação

profissional, incubadora de cooperativas, o microcrédito, alfabetização de adultos, saúde da família, urbanização de favelas e por aí vai. Os resultados deles são muito melhores em termos de qualidade, e mais, com essa ação integrada é possível se pensar numa superação de várias dimensões da exclusão social, com participação direta da sociedade na medida que o processo seja focalizado territorialmente e seja pensado de maneira integrada. Muito de passagem, apenas faço referência ao fato de que nós temos feito um esforço de implementar um programa com qualidade, com essa natureza lá no município de Santo André que é nosso Projeto Integrado de Inclusão Social.

O segundo ponto que quero tratar é o tema da Participação, gestão participativa, ou co-gestão pública, junto com a comunidade. Gestão participativa, de verdade, envolve a partilha de poder entre o governo e a comunidade, envolve uma nova concepção de democracia que não se reduz mais apenas à democracia representativa, mas articula a democracia representativa – Câmara Municipal, o governo – com a participação direta da comunidade. Democracia representativa, democracia participativa. Portanto, uma situação completamente diferente com a criação de novas esferas públicas democráticas e novas pessoas, novas personagens, novas lideranças da comunidade têm condições de se expressar e, portanto, expressar o ponto de vista das classes dominadas aqui no Brasil, que tem sido historicamente excluídas do poder político.

Este tema também envolve algumas questões diferenciadas. Há uma questão mais geral que diz respeito ao mundo, que é o desgaste da democracia representativa. Hoje em dia tem decrescido a participação das pessoas nas eleições, mesmo nos países centrais, a classe política e a própria atividade política têm sido desmerecidas, têm cada vez menos prestígio. Isso tem a ver com a perda de prestígio da democracia representativa, da democracia como sistema. Vocês sabem muito bem que a alternativa à democracia é o autoritarismo; a ditadura é o pior dos mundos, é verdade que aqui no Brasil, por exemplo, nós temos uma democracia incompleta. No entanto, é melhor ter uma democracia incompleta, onde é possível lutar para que ela se complemente, do que viver sob uma ditadura, um regime autoritário. Então a perda de prestígio da democracia representativa é um problema sério para quem defende efetivamente a cidadania. Nesse ponto a democracia participativa, a participação direta passa a ser uma referência absolutamente inovadora no sistema político e acreditamos não apenas do Brasil, mas pode ter reflexos inclusive internacionais, mundiais.

A referência mais conhecida evidentemente é o Orçamento Participativo, mas as experiências são mais diversificadas do que isso. O Orçamento Participativo tem ganhado um prestígio nacional e internacional muito grande, extremamente importante. Eu queria frisar aqui em função exatamente dessa mudança radical, que ele pode operar na revalorização do sistema

político, da atividade política e portanto da democracia, não pensada mais como democracia representativa apenas mas como essa articulação entre democracia representativa e democracia direta: Trata-se portanto de uma verdadeira invenção democrática, cuja importância nós não podemos subestimar, uma invenção democrática que tem um ponto de partida extremamente importante aqui no Brasil, com a referência do Orçamento Participativo.

Um outro elemento que eu gostaria de agregar aqui, específico do Brasil, a tendência ao clientelismo, as relações pessoais que depois se traduzem na privatização da coisa pública.

Isto é um problema tremendo porque aqui, muitas vezes, significa por um lado o esvaziamento da esfera pública, ou seja, do debate público sobre os direitos de cidadania, por outro lado significa que as pessoas vão procurar resolver os seus problemas através das relações pessoais, quer dizer, através do clientelismo, de um favor de um político, de uma pessoa importante, ou mesmo de amigos da família e tudo mais. Vai se buscar resolver os problemas gravíssimos que nós temos, através desse tipo de subterfúgio. Naturalmente o que acontece é que as pessoas "quebram o galho", mas isso ajuda a legitimar, aprofunda a concentração de renda e a desigualdade social que existe aqui no país. Então para se contrapor a isso, a participação direta, a co-gestão, a gestão participativa podem ter um papel absolutamente fundamental com a criação de novas esferas públicas democráticas para se revalorizar o espaço onde se discute e onde se conquistam direitos, onde a comunidade conquista direitos que depois têm que ser garantidos pelo poder público, em primeira instância pela gestão local.

É uma herança histórica brasileira, portanto que a gente não deve desconsiderar, ou seja, a participação cidadã é uma resposta concreta à exclusão política, uma outra dimensão da exclusão social e que a maioria de nós vivemos.

Então eu estava falando como resposta a exclusão política e como possibilidade de conquista da cidadania, porque cidadania não se doa, não vai ser um governo bonzinho que vai garantir cidadania para todos. Cidadania se conquista e a possibilidade de as pessoas terem condições de participar das decisões políticas, empunhando a noção de direitos de cidadania, de conquistar cidadania. Eu fiquei muito sensibilizado quando vi anteontem um documentário feito em Santo André sobre hip hop, fiquei impressionado porque a Tata Amaral, que é uma cineasta já hoje conhecida, e diretora desse documentário, buscou ao invés de pessoas conhecidas do hip hop, ela pegou a juventude, gente de 15, 16, 17, no máximo 18 anos, gente que está começando. Gente que faz um hip hop diferente daquele que estamos acostumados a ouvir com Mano Brown e outros do gênero, que é só contestador. Trata-se de gente que está pensando em alternativa, que contesta, mas que está querendo construir alternativa. E um desses garotos é conselheiro do Orçamento

Participativo de Santo André, ou seja, ele faz essa atividade cultural de contestação e o documentário mostra ele fazendo o chamamento, a distribuição de panfletos para a garotada, para a galera participar do orçamento participativo. Ou seja, isso daí pode significar esperança em relação ao futuro dessa juventude hoje tão desassistida, através de participação.

O último aspecto que quero comentar é a respeito da Descentralização, que envolve a questão federativa, tema complexo que admite diferentes pontos de vista. Quero apontar que a questão da descentralização é muito polêmica, porque muita gente diz o seguinte: se você descentraliza para a gestão local, mesmo que a descentralização seja com igualdade de recursos econômicos, isso pode aumentar as desigualdades sociais, porque haverá as gestões boas e as gestões ruins, e quem garantirá que não se aprofundarão ainda mais as desigualdades? Por outro lado, com a nossa herança histórica também, tem muita gente conservadora e autoritária, autoritária do tipo Oliveira Viana, que defende a ideia, de que a descentralização em direção à gestão local significa, na verdade, descentralizar o clientelismo, fortalecer o clientelismo e, portanto fortalecer a desigualdade política, a dominação dos grupos, das oligarquias e assim por diante.

Então é evidente que a descentralização tem um aspecto positivo, é fundamental que aquilo que está próximo do cidadão possa ser incorporado com a participação direta do cidadão, da cidadã e que ela esteja próxima, dê conta das especificidades locais. Mas existem esses outros problemas e isso é que nos faz ter que pensar na questão da Federação. Há poucas federações no mundo e o Brasil é uma das poucas existentes, com autonomia municipal inclusive.

Não dá para pensar a descentralização apenas com aumento da autonomia municipal. O Vitor Nunes Leal, que fez um estudo sobre o coronelismo, dizia o seguinte: "a tendência ao governismo dos poderes locais é derivada da falta de autonomia desses poderes locais". Eu acho que ele tem plena razão: mais autonomia é fundamental, mais recursos para gestões locais, para que nós tenhamos condições de implantar localmente programas que são fundamentais. Mas isso é incompleto: precisamos combater desigualdades macrorregionais, das regiões do Brasil, precisamos combater também as desigualdades existentes em microrregiões, em regiões metropolitanas e também pensar um novo pacto federativo, que articule políticas nacionais com operacionalização descentralizada, o que deve envolver participação direta do governo local, inclusive em termos financeiros, a meu juízo, mas deve envolver critérios para evitar exatamente essa questão do clientelismo e das desigualdades. Critérios do tipo, por exemplo, controle social de avaliação de desempenho do uso desses recursos públicos em cada localidade, em segundo lugar critério de participação direta da comunidade como controle público, que é o segundo tema que eu comentei, em terceiro lugar, que se considerem também regras iguais para todos, porque hoje em dia os

recursos são muito mal distribuídos entre os diferentes municípios e isso pode levar a um aumento das desigualdades. Então isso tudo tem que ensejar uma reformulação do nosso pacto federativo.

Como conclusão, nós estamos aqui diante da questão do Fórum Social Mundial e os problemas da globalização que o Prefeito Cláudio de Mauro estava comentando conosco, que gera desigualdade. E não podemos esquecer que, frente a essa globalização, somos um país periférico e, portanto, dependente. Isso é um grande problema para nós, ao pensarmos a nossa inserção nesse processo de globalização, ou num outro processo de globalização.

Não há dúvidas que temos que ter ações integradas com todas as outras cidades, com todos os outros países, com as organizações não governamentais e com os movimentos sociais. Mas é preciso que também nós façamos, digamos assim, o dever de casa. Aqui no Brasil o que nós precisamos tremendamente é de um projeto de nação, porque só com um projeto de nação autônoma, com uma integração soberana ao processo de globalização, é que nós temos condição de pensar de verdade na inclusão social, no fortalecimento da gestão local. Sugiro a vocês a leitura de uma entrevista do José Luis Fiori (dada à Folha de São Paulo no dia 18 de novembro de 2001) em que ele faz justamente essa referência: é exatamente em momentos de mudanças grandes como essas, que se abrem mais oportunidades para países periféricos como o Brasil para superar sua condição de periferia, mas isso exige, ao mesmo tempo uma redefinição do nosso pacto federativo, mais homogeneidade territorial, uma redefinição do nosso pacto social, combate à exclusão social, políticas que garantam a inclusão social e mais homogeneidade social, em suma esses dois elementos e o terceiro elemento que é mais participação política, um pacto, uma proposta de nação que envolva a articulação entre a democracia participativa e a democracia direta, nos vários níveis de governo, a começar do governo local.

Pessoalmente não tenho dúvida de que um projeto de nação tem que começar a partir do local, da gestão local, mas tem que começar do local, pensando a gestão local nesse contexto mais amplo de uma Federação com todas as dificuldades e particularidades, que a nossa Federação tem, pensando assim eu creio que nós temos condição de repensar esse país, a partir de nossa localidade, do lugar onde nós moramos, do lugar onde nós administramos, no caso dos prefeitos, e repensar. Com isso contribuindo para a construção de uma outra nação, uma nação que seja soberana, que seja independente, que tenha desenvolvimento econômico, mas desenvolvimento sustentável, desenvolvimento igualitário, sem exclusão social e com participação política para todos. Muito obrigado!”